

1

SEGURANÇA PÚBLICA E DIREITOS HUMANOS:

um estudo na sociedade democrática brasileira

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ¹

RESUMO

No estudo Segurança Pública e Direitos Humanos: um estudo na sociedade democrática brasileira, o objeto trabalhado referiu-se à reflexão da inserção dos conteúdos de Direitos Humanos nas corporações policiais militares, tendo como objetivo analisar a formação e difusão dos Direitos Humanos na Polícia Militar em cidades representativas das cinco regiões do Brasil, especificamente nas capitais onde há a existência de Ouvidoria, acesso às informações, por possuírem municípios atendidos pelo Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI) e possuírem semelhantes taxas de homicídio conforme Mapa da Violência 2008. As capitais que possuem as características elencadas e que foram o espaço da pesquisa de campo são: Belém (PA), Região Norte; Salvador (BA), Região Nordeste; Rio de Janeiro (RJ), Região Sudeste; Porto Alegre (RS), Região Sul e Brasília (DF) Região Centro Oeste. Com este estudo, pretendeu-se, contribuir com investigações no campo da segurança dos Direitos Humanos, a fim de subsidiar a elaboração de políticas públicas voltadas para a Segurança Pública e, ao mesmo tempo, desvelar o universo do trabalho policial em relação aos Direitos Humanos, investigando dados documentais, mas, fundamentalmente, dados qualitativos, obtidos por meio de técnicas de entrevistas, grupos focais e observação participante, tendo como sujeitos da pesquisa soldados, oficiais e gestores da Segurança Pública.

PALAVRAS-CHAVE: Democracia. Direitos Humanos. Educação. Segurança Pública. Polícia Militar.

ABSTRACT

In the study Public Safety and Human Rights: A study in the Brazilian democratic society, the object worked referred to the reflection of the inclusion of the contents of human rights in the military police corps, and to analyze the formation and diffusion of human rights in the Military Police cities representing 05 regions of Brazil, specifically in the capital where there is the existence of the Ombudsman, access to information, by having municipalities served by the National Public Security and Citizenship (PRONASCI) and have similar murder rates as Map of Violence 2008. The capitals that have the characteristics listed and that was the space of field research: Belém (PA), Northern Region, Salvador (BA), Northeast Region, Rio de Janeiro (RJ), Southeast Region, Porto Alegre (RS), South Region and Brasilia (DF) Midwest Region. his study was intended to contribute to research in the field of human rights in order to support the development of public policies for the Public Safety and at the same time, reveal the world of police work in relation to Human Rights, investigating documentary evidence but primarily qualitative data obtained through interview techniques, focus groups and participant observation, and as research subjects soldiers, officers and managers of public safety.

KEYWORDS: Democracy. Human Rights. Education. Public Safety. Military Policy.

¹ Equipe de pesquisa: Verônica do Couto Abreu (coordenadora), Cristiane do Socorro Loureiro Lima, Vera de Souza Paracampo, Roseane Magalhães Lima, Tatiane da Silva Rodrigues Tolosa, Diego Amador Tavares, Jorge Oscar Santos Miranda, Ana Margarida Gonçalves de Souza, Brenda Souza de Miranda, Denise França da Costa.

1. INTRODUÇÃO

O presente texto tem como finalidade apresentar os resultados finais obtidos na pesquisa de campo e documental referente à pesquisa “Segurança Pública e Direitos Humanos: um estudo na sociedade democrática brasileira”, tendo como objeto de reflexão a inserção dos conteúdos de Direitos Humanos nas corporações Policiais Militares, a fim de analisar a formação e a difusão dos Direitos Humanos em cinco capitais brasileiras, quais sejam: Belém, Salvador, Rio de Janeiro, Brasília e Porto Alegre.

Essas cidades foram escolhidas por apresentarem alguns pontos coincidentes em termos de avanço relacionados à Segurança Pública. Dentre os quais, destacam-se a existência de Ouvidoria de Polícia – estrutura institucional traduzida em programas de integralização das polícias –, atendimento pelo Programa Nacional de Segurança com Cidadania (PRONASCI) e acesso às informações institucionais.

O fato da equipe de pesquisa contar com Policiais Militares, facilitou o acesso de pesquisadores às instituições de Segurança Pública e, principalmente, às militares. Entretanto, em alguns locais, como Belém e Rio de Janeiro, não foi possível realizar todas as visitas programadas por falta de resposta aos pedidos de entrevistas à Polícia Militar e à Secretaria Estadual de Segurança Pública.

Originalmente, os objetivos desta pesquisa abrangeram também fontes documentais como eixos de reflexão e comparação entre as falas dos policiais e as observações, vinculados à temática dos Direitos Humanos, bem como algumas informações documentais/administrativas que se incorporassem à análise, tais como: estrutura hierárquica da Polícia Militar; currículos dos Cursos de Formação de Oficiais e de Soldados; formação em Direitos Humanos nas corporações (disciplinas nos cursos, estágios, especializações e aperfeiçoamentos); relatórios das Ouvidorias de Polícia (número de denúncias de policiais contra a instituição e contra outros policiais, e número de denúncias contra policiais); número de homicídios geral no estado e os praticados por policiais; valores e normas referentes às concepções de Direitos Humanos nas corporações policiais e procedimentos institucionais para monitoramento da atuação dos policiais que passaram pela formação em Direitos Humanos. Porém, não obtivemos sucesso na aquisição de todos os documentos solicitados, motivo pelo qual optamos por privilegiar os materiais referentes às grades curriculares dos Cursos de Formação de Praças e Oficiais, pois foram obtidos em todas as capitais visitadas. Isso não quer dizer que desconsideramos outras fontes documentais, mas estas foram usadas apenas como vínculos analíticos generalizados e não propriamente como análises detalhadas.

Sendo assim, os principais objetivos do presente estudo foram analisar e comparar a formação em Direitos Humanos nas corporações militares em cinco capitais brasileiras, destacando, nas suas especificidades, as semelhanças e diferenças, identificando a aplicabilidade dessa formação na ação policial, bem como os investimentos nessa área.

Um dado relevante foi a busca de material e coleta de informações primárias por meio da pesquisa de campo nas capitais citadas, possibilitando um estudo obtido “face a face” com os policiais, sendo realizadas entrevistas semiestruturadas, grupos focais, diálogos informais, todos gravados com a concordância dos informantes e

depois transcritos para análise, além de observação participante nos locais em que potencialmente se vivencia a prática policial em toda a sua plenitude administrativa e operacional.

Os locais previamente contatados para visita técnica e que foram priorizados para a realização do levantamento de campo foram: Secretaria de Segurança Pública, Ouvidoria, Corregedoria Militar, Comando Geral, Diretoria de Ensino, Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças e Academias de Formação de Oficiais. Entretanto, vale esclarecer que, por questões de dificuldades de acesso, nem todos os locais foram visitados.

Ainda que não estivesse no foco de nossas discussões, mas pelo fato de alguns gestores institucionais insistirem na visita aos chamados “locais pacificados” é que os visitamos no Rio de Janeiro e Salvador, pois, mesmo que teoricamente, poderiam ser locais de aplicação dos Direitos Humanos na ação policial, por oportunizar contatos mais próximos da comunidade e, por conseguinte, procurar gerar uma atitude de respeito e observância aos valores humanos. Essa postura foi verbalizada tanto pelos policiais atuantes nesses locais e pela própria observação dos pesquisadores. Segundo alguns policiais lotados nessas áreas e gestores diretamente envolvidos, as pacificações podem ser consideradas como iniciativas e investimentos no campo dos Direitos Humanos vinculados à filosofia de Polícia Comunitária em locais antes considerados extremamente violentos e carentes, onde a força indiscriminada da ação policial e a violação sistemática dos direitos também se faziam presentes.

Frente a essas características que configuraram a pesquisa de campo, um esforço de superação foi importante: mesmo diante da falta de respostas aos ofícios enviados a fim de solicitar encontros presenciais e envio de documentos oficiais, nossas insistidas comunicações tiveram uma resposta positiva com o envio de fontes documentais referentes aos Currículos de Formação de Praças e Oficiais, totalizando o universo de obtenção das malhas curriculares das capitais *locus* da pesquisa.

Nos locais da pesquisa de campo (Rio de Janeiro, Salvador, Brasília, Porto Alegre e Belém), a fim de contornar as ausências de respostas aos contatos, nossa estratégia foi além do envio de ofícios e documentos via internet, nossos contatos eram realizados via telefone e fax.

Vale ressaltar que, apesar de a sede da pesquisa ser a cidade de Belém, e todos os pesquisadores nessa cidade residirem, esse foi o local a que, paradoxalmente, tivemos menos acesso, por isso somente consta a visita à Ouvidoria da Secretaria de Segurança Pública e uma entrevista com uma, praça no Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças.

Ainda que as estratégias metodológicas não fossem plenamente concretizadas – pois foram realizadas as entrevistas com os gestores, mas não foi possível a aplicação dos questionários como previsto –, a fim de atingir um número maior de informantes realizamos contatos com policiais e pessoas que trabalham nas instituições visitadas permitindo um fornecimento de informações significativas para que fossem alcançados os objetivos da pesquisa. Dentre os objetivos mais importantes, a inserção nos cursos

de formação de policiais de disciplinas e iniciativas provenientes dos Direitos Humanos como eixo fundante para uma nova postura de polícia cidadã, comunitária, ética que tenha como pressuposto os Direitos Humanos.

Considerando a carência de estudos similares na literatura, referentes aos campos de Segurança Pública no que diz respeito à aplicabilidade da disciplina de Direitos Humanos na Polícia Militar, sua transversalidade com a formação dos policiais e com a avaliação de serviços de Segurança Pública, já pautadas nos Direitos Humanos, destacamos o caráter precursor desta pesquisa.

Lembrando o que situa LIMA (2009, p.122)

estudos que desvendem os diversos aspectos do universo contraditório de trabalho do Policial Militar são raros e essenciais para a construção de um clima organizacional de primazia do direito, de respeito a si mesmo e ao Outro como um ser dotado de possibilidades e limitações, promulgando-se o respeito à vida como valor ético central.

Essa característica permitiu a produção de um conhecimento sobre a visão dos profissionais de Segurança Pública (Gestores e Policiais Militares operadores) e o respectivo contexto dos Direitos Humanos.

Durante a coleta de dados, as falas, os relatos, os depoimentos e os “desabafos” dos Policiais Operadores e Gestores foram tão intensos que as informações fornecidas configuraram um desenho interessante da pesquisa, notabilizando desta forma o alcance dos objetivos.

Ressaltamos que durante a execução da pesquisa houve eventuais mudanças motivadas principalmente pela ausência de respostas aos nossos pedidos de documentos, aos questionários e pelas dificuldades de aplicação individual de questionários nos locais de pesquisa. Desta feita, tivemos que realinhar objeto da pesquisa e os objetivos, tais como:

- a) Exclusão dos dados referentes às Relatórios das Ouvidorias e Corregedorias;
- b) Focalização da análise nos currículos dos cursos de formação de Soldados e Oficiais, a fim de dar conta de todas as análises e comparações;
- c) Não inclusão do número de homicídios geral no estado e os praticados por policiais como ponto de discussão;
- d) Priorização das entrevistas com os Gestores de Segurança Pública (ouvidor, corregedor, comandante geral, Secretário de Segurança Pública, diretor de ensino) e grupos focais com praças e oficiais;

Face às dificuldades de obtenção de dados por meio dos questionários, como já mencionado, valorizamos as entrevistas, dando especial destaque aos grupos focais. Percebemos nas idas a campo que esse recurso é fundamental a fim de se obter dados e informações mais verídicas e espontâneas sobre a atividade policial, oportunizando perceber os aspectos mais subjetivos dos informantes, como desconfiças, olhares paralelos, seus medos e esperanças, os quais são revelados no contato face a face.

Desta feita, priorizamos os Praças e os oficiais que efetivamente estão na atividade operacional, pois lidam no seu cotidiano com inúmeras e diversificadas situações que envolvem os Direitos Humanos.

Não houve uma equivalência referente aos locais visitados quanto às instituições, pois ao chegarmos ao primeiro local de pesquisa de campo – geralmente a Secretaria de Segurança Pública – fomos impelidos a visitar outros locais que não estavam no planejamento da pesquisa, mas que por questões de delicadeza e com a expectativa de que venham a acrescentar dados interessantes à pesquisa, acabamos por aceitar as indicações. De qualquer forma, nesse período da pesquisa as instituições mais comumente visitadas foram as Secretarias de Segurança Pública, Comando Geral da PM, Ouvidoria da Secretaria de Segurança Pública, Corregedorias e Ouvidoria das PMs, Institutos, Academias das PMs e Centros de Formação e Zonas Pacificadas, nos casos de Rio de Janeiro e Salvador.

Por último, definimos como eixos de análise para a referida pesquisa as entrevistas com Gestores da Segurança Pública, grupos focais com praças e oficiais da Polícia Militar, observações no *locus* da pesquisa e dados documentais materializados por meio das grades e malhas curriculares dos Cursos de Formação de Praças e Oficiais das cinco capitais eleitas para a pesquisa de campo. Ressalta-se que todas as entrevistas e grupos focais foram gravados, contabilizando 138 horas de gravação, sendo as análises retiradas do material oriundo das gravações e das grades curriculares dos cursos de formação.

Vale dizer que a relevância social de pesquisas dessa natureza contribui significativamente para as discussões não somente acadêmicas/científicas, mas abrem caminhos promissores para desvelar a realidade concreta da Segurança Pública.

2. METODOLOGIA

Efetivamente a pesquisa teve início em dezembro de 2011 com a assinatura da Carta Acordo, período em que os trabalhos de busca de contatos com os locais de campo e a organização da pesquisa em si foram realizados concomitantemente, estendendo-se até julho de 2012.

O desenvolvimento das atividades, que se distribuem em visitas às instituições, entrevistas e grupos focais, fez parte de um universo diversificado, mas com temas transversais e relevantes para a pesquisa, pois revelaram situações do cotidiano, iniciativas inovadoras ou reconfiguradas pela necessidade de mudanças e filosofia, principalmente em função das cidades sede da Copa do Mundo em 2014. Aliás, das capitais *locus* da pesquisa, apenas Belém não sediará a Copa, nas demais percebemos mudanças significativas em função da copa de 2014, principalmente referente à formação dos policiais.

Mas, independente desse grande evento, que exige uma nova postura e imagem da polícia brasileira, sabemos que as mudanças não foram planejadas visando apenas a esse aspecto (embora alguns tenham manifestado sua preocupação pós-Copa e Olimpíadas, como no caso do Rio de Janeiro, principalmente com a espetacularização em torno das

favelas pacificadas com grande repercussão na mídia). Essas mudanças já vinham sendo processadas e vinculadas à necessidade de uma nova polícia a partir da década de 1990, com novas configurações democráticas, cenários econômicos competitivos, direitos sociais clamando por leis e estatutos na garantia de direitos, o que logicamente exige a ruptura com modelos antigos que em nada contribuíram para uma polícia cidadã, ao contrário, somente reforçaram comportamentos autoritários nas instituições militares.

2.1. PÚBLICO ALVO

Para uma compreensão mais exata do público alvo, a seguir serão detalhadas as categorias trabalhadas nesta pesquisa.

- a) **Gestores de Segurança Pública:** Secretário e Subsecretário de Segurança Pública, Comandante Geral da PM, Ouvidor, Corregedor, Diretor de Ensino ou outra função em que o policial, militar ou não, esteja em cargo de gestão atuando no campo da Segurança Pública;
- b) **Praças:** Soldados, Cabos, Sargentos e Subtenentes;
- c) **Oficiais:** Tenentes, Capitães, Majores, Tenentes-Coronéis e Coronéis.

2.2. ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS UTILIZADAS

É importante explicitar as renovadas configurações metodológicas vivenciadas ao longo da pesquisa de campo e documental, pois percebemos que algumas das estratégias traçadas inicialmente foram infrutíferas, como exemplo, a aplicação de questionários. Mas reafirmamos que o roteiro de perguntas previamente estabelecido foi respeitado, pois representava perguntas seminais para o processo de conhecimento foco da pesquisa.

Apesar das dificuldades de entrada no campo, principalmente relativa à instituição Policial Militar, em que geralmente os projetos e iniciativas de toda ordem são concebidos de “cima para baixo”, os policiais, a princípio se sentiam “desconfiados” e temerosos em fornecer informações, mas como informávamos que a pesquisa era legitimada e financiada pela Secretaria Nacional de Segurança Pública- SENASP, a maioria ficava disponível em colaborar, pelo menos verbalmente; sentiam-se confiantes em colocar seus relatos, suas dificuldades, suas expectativas e a esperança de que iniciativas como estas poderiam contribuir para a construção uma polícia verdadeiramente democrática. Toda a abordagem e o processo de aproximação com os policiais se deu de forma espontânea propiciada pela própria metodologia.

Os instrumentos de coleta de dados foram:

- Entrevistas semiestruturadas: realizadas com aproximações dialogais face a face, que obedeciam a um roteiro, o qual, embora estruturado com perguntas direcionadas, sempre deixava os informantes à vontade para fazer suas explanações. Vale dizer que os roteiros para Gestores e para Praças/Oficiais eram praticamente iguais, diferenciando-se apenas em termos de relatos das iniciativas, projetos e investimentos sobre Direitos Humanos no campo da Segurança Pública;

• Grupos Focais: direcionados para Praças e Oficiais. De acordo com Rodrigues, citado por Otávio Cruz Neto e outros (2002) com o título Grupos Focais e Pesquisa Social Qualitativa: o debate orientado como técnica de investigação” o Grupo Focal é “uma forma rápida, fácil e prática de pôr-se em contato com a população que se deseja investigar”. Com o intuito de atingir um maior número de policiais, optamos por utilizar esse instrumento de coleta de dados. Os números de participantes oscilaram nos locais pesquisados, entretanto a média permaneceu entre 06 e 10 policiais, embora em Porto Alegre esse número tenha sido bem maior, em média 25 policiais, os quais estavam em formação. Como nos ofereciam a entrada em sala de aula, aproveitamos as falas de todos os alunos presentes, tendo o cuidado de ouvir o maior número de relatos.

Vale dizer que nossa postura diante dos relatos era de acolhimento e não de julgamento, no que pese termos escutado várias opiniões sobre Direitos Humanos, algumas totalmente contrárias aos princípios humanitários e outras em palavras repetidas do senso comum, como: “Os Direitos Humanos é só para bandidos”, ou “Quando o policial morre e é agredido e ferido, vê se os Direitos Humanos vem defender?”². Entretanto, a certeza de uma postura compartilhada com os interesses da instituição policial possibilitou uma troca de confiança a tal ponto, de as pessoas, em certos momentos, sentirem-se confiantes até mesmo para “desabafar” e colocar efetivamente suas preocupações e ações como policiais. A fim de preservar e respeitar a identidade dos sujeitos, decidimos omitir todos os nomes, tanto nos grupos focais como nas entrevistas com os gestores, neste último caso vamos mencionar apenas os cargo que ocupam.

Vale esclarecer que o roteiro de perguntas não significou que as mesmas foram feitas na ordem em que se apresentavam, tampouco que todas foram respondidas, pois em uma situação de diálogo direto em que são estabelecidas relações de reciprocidade, as perguntas sequenciais podem sofrer uma ruptura a fim de deixar fluir naturalmente as falas e depoimentos, quando os papéis de entrevistadores e entrevistados caem do cenário formal da pesquisa para darem lugar às expressões espontâneas e por vezes mais verdadeiras.

O referencial documental e presencial com base no qual foi erigida a pesquisa pautou-se nos estudos, documentos adquiridos via internet e nos locais da pesquisa (grades e currículos de formação), entrevistas, grupos focais e diálogos. Essa abordagem é consoante com a proposta da SENASP, que busca articular a educação policial ao desenvolvimento de recursos humanos e ao trabalho efetivamente executado na atuação policial com os próprios anseios da sociedade em uma perspectiva democrática e por isso cidadã.

Como já mencionado, foram usadas várias estratégias a fim de obter os materiais solicitados, cuja importância seria complementar com os dados de campo:

- Pesquisa via internet e catálogos telefônicos para visualizar endereços institucionais, contatos telefônicos e via eletrônica por sites e *e-mail*;
- Criação de *e-mail* próprio da pesquisa para envio e recebimento de ofícios;
- Aproximadamente com 20 dias de antecedência, eram enviados os *e-mails* ao local de pesquisa, e, na semana anterior à viagem, os contatos telefônicos e por fax faziam parte da estratégia para articular encontros e visitas;

²Informações verbais proferidas pelos policiais nos grupos focais durante a pesquisa de campo.

- Nos próprios locais das entrevistas com os gestores, solicitávamos os documentos específicos de cada unidade policial, como exemplo, na Secretaria de Segurança Pública os documentos eram solicitados em sua totalidade, entretanto, mesmo com insistidos pedidos, estes não eram entregues, com exceção dos centros e diretorias de ensino que, em sua totalidade, nos entregaram os currículos de formação de Praças e Oficiais;

- Pesquisa via internet para suprir a ausência de materiais. Entretanto, a maioria desses materiais, ou seja, Estrutura Hierárquica da Polícia Militar, Currículos dos Cursos de Formação de Oficiais e Soldados, Formação em Direitos Humanos nas Corporações (disciplinas nos cursos, estágios, especializações e aperfeiçoamentos), Relatórios das Ouvidorias de Polícia (número de denúncias de policiais contra a instituição e contra outros policiais e número de denúncias contra policiais), números de Homicídios geral no estado e os praticados por policiais, Valores e Normas referentes às concepções de Direitos Humanos nas corporações policiais e procedimentos institucionais para monitoramento da atuação dos policiais que passaram pela formação em Direitos Humanos, não estão disponibilizados eletronicamente.

De posse dos dados obtidos nas pesquisas de campo e documental, estes eram distribuídos pela equipe a fim de realização de análise e interpretação. Para uma melhor compreensão, o processamento dos dados está explicitado conforme o Quadro 01, a seguir.

Quadro 01 – Sequência Metodológica da Coleta de Dados

Instrumento	Entrevistas e grupos focais	Observação	Pesquisa Documental Dados documentais
Etapa 1	1. Gravação	1. Nos Batalhões, zonas pacificadas e visitas monitoradas nas instituições policiais como Academias, Centros de Formação	1. Organização dos dados documentais, especificamente as grades e malhas curriculares dos Cursos de Formação de Praças e Oficiais
Etapa 2	2. Transcrição em aproximadamente 80% das falas originais	2. Produção de relatório sobre as impressões e observações dos locais observados	2. Localização das disciplinas de Direitos Humanos e suas correlatas
Etapa 3	3. Organização conforme capitais e coleta de dados	3. Análise e interpretação da observação	3. Análise das transversalidades com outras disciplinas, embora não correlatas, mas seu conteúdo evidenciasse a aplicabilidade dos Direitos Humanos
Etapa 4	4. Impressão	4. Comparação com outras fontes de dados das capitais	Organizados conforme grau de coincidência
Etapa 5	5. Análise e interpretação das falas		5. Análise e interpretação dos currículos
Etapa 6	6. Comparação com outras fontes de dados das capitais		6. Comparação com outras fontes de dados das capitais

Fonte: elaborado pela equipe de pesquisa (2012)

Como uns dos fatores importantes para a coleta de informações foram os diálogos (grupos focais) e entrevistas semiestruturadas, os sujeitos da pesquisa foram consultados acerca de seu interesse e disponibilidade em participar da pesquisa e sua aceitação para o uso de gravador de voz.

Quanto à gravação, não houve problema, apenas os alunos do Centro de Formação de Praças de Salvador e os policiais do 18º Batalhão da mesma cidade ficaram temerosos quanto ao uso desse recurso, mas a questão foi dirimida a partir do momento em que afirmamos que as falas seriam anônimas, sem identificação de nomes.

As dificuldades foram inúmeras, mas não suficientes para anular os caminhos metodológicos traçados, tampouco prejudicaram o alcance dos objetivos principais da pesquisa, focados para avaliar a aplicabilidade dos Direitos Humanos no campo da Segurança Pública por meio das falas dos policiais, e materialmente trabalhados nos currículos dos cursos de formação.

Não podemos deixar de constatar que o nosso trabalho foi prejudicado pela falta de compromisso e, em nossa análise, até de temeridade, por parte dos órgãos de Segurança Pública em colaborar com a pesquisa no que se refere a estatísticas oficiais da Polícia Militar, suas respectivas estruturas organizacionais e dados sobre violência cometida por policiais. Podendo se antecipar uma crítica construtiva para a Segurança Pública: há a necessidade de mais transparência e abertura ao diálogo com a ciência e com a sociedade civil, assim como é necessário romper com velhos paradigmas do conceito de Instituição Total, como colocado por Goffman (1999, p. 11) “[...] local de residência e trabalho onde grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada”.

Ainda que seja premente esse conceito em uma Instituição Militar, a nova pedagogia de policiamento, a contribuição dos civis na formação policial, com a presença principalmente das unidades de ensino superior, o aumento do nível de escolaridade dos policiais, as novas exigências da sociedade pela Segurança Pública para redução e controle da violência; ou melhor, a inserção definitiva da sociedade nas discussões sobre as políticas de Segurança Pública e a vivência democrática, não combinam mais com o ocultamento das informações para pesquisas dessa natureza.

Outra hipótese para a omissão de informações em alguns locais deve-se à falta de sistematização e organização dos dados documentais e memória da instituição. Como por muito tempo foi lograda ao anonimato, seus Gestores certamente não se empenhavam em historicizar suas informações.

3. PESQUISA – DADOS/RESULTADOS ENCONTRADOS

Antes de explicitar os dados comparativos da pesquisa, faz-se necessário delinear aspectos, características e análises de cada cidade visitada, a fim de conhecer suas especificidades referentes ao foco de estudo, em especial o conteúdo dos Direitos Humanos e sua aplicabilidade no cotidiano profissional e nas relações com a sociedade na intervenção policial.

3.1. RIO DE JANEIRO (RJ)

Como amplamente divulgado pelos meios de comunicação e por estudos acadêmicos, as questões de Segurança Pública pelas quais passa a cidade do Rio de Janeiro são bem específicas por relacionarem-se ao grande vilão da criminalidade e da violência: o tráfico de drogas e o poder dos traficantes, ocasionando o medo e pavor da população. Por outro lado, as políticas públicas são, até então, ineficazes no combate às drogas. Todas essas questões certamente induzem pensar no grande desafio da polícia brasileira, e em especial no Rio de Janeiro, em conquistar espaços de confiança, diálogo e credibilidade perante a própria corporação e a sociedade. Infelizmente, a imagem da polícia está associada aos episódios de corrupção e violência, como os episódios divulgados nesses últimos anos pela mídia nacional e internacional – como Carandiru-SP (1992), Vigário Geral-RJ (1993), Corumbiara- RO (1995), Eldorado dos Carajás-PA (1996), Diadema - SP (1997) –, além dos grupos de extermínio, formados na sua maioria por policiais, a chamada “milícia policial”. Enfim, além do Estado Brasileiro ter se mostrado ineficiente de garantir o direito à segurança, esses agentes tornam-se instrumentos potenciais de insegurança da população, situação claramente apontada no relatório da Anistia Internacional “Eles Entram Atirando – Policiamento de Comunidades Socialmente Excluídas no Brasil” (Índice AI: AMR 19/025/2005).

A situação de medo e insegurança não atinge somente a população. Contraditoriamente, esses profissionais de segurança passam por constates mortificações a ponto de omitirem que são policiais, como nas palavras de um policial com 26 anos de profissão falando de modo desanimado: “Quando perguntam qual a tua profissão eu evito falar, deixo um vazio” (informação verbal).

Esse medo pelo qual passa o policial é, em certo aspecto, justificável e naturalizado, mas altamente gritante sob o ponto de vista da liberdade de pertencer a uma instituição. Esconder-se, omitir sua profissão, não ter a liberdade de transitar livremente fardado, de falar orgulhoso sobre sua atividade laboral, não devem ser parte da prática policial.

Esses referenciais elucidam tanto as contradições inerentes à atividade policial relativas à aplicabilidade da temática dos Direitos Humanos, assim como às relações de orgulho *versus* medo e indignação de serem policiais. Ao mesmo tempo em que os policiais sentem orgulho de pertencer à PMERJ, coexistem com o medo e a dificuldade extrema de serem obrigados a omitirem sua real atividade profissional. Esse certamente é um traço marcante na PM do Rio de Janeiro, dentre outros igualmente graves.

Ainda que seja extremamente natural e uma prática já consolidada e difundida pelos próprios educadores ainda na academia, o fato esconderem que são policiais e não puderem sequer “andar de farda”, revela não somente as gritantes contradições da atividade policial como também a ausência de autoridade e força do próprio Estado de não poder se mostrar. No Rio de Janeiro

essa prática é mais visível quando uma policial fala com indignação sobre isso: “[...] a gente não pode sair fardado! Aqui se inverteram os valores: O PM se esconde. O PM não pode colocar sua farda para secar, ninguém pode saber que ele é PM” (informante do Rio de Janeiro, grupo focal).

Ora, as questões dos Direitos Humanos são produtos de um processo educativo continuado e, como diz Hannah Arendt (2007), uma construção e reconstrução, não são dados, gratuitos, como benesses do Estado, são frutos de conquistas sociais e por isso permanentemente são frutos do aqui e do agora, tendo que ser ensinados e repassados como processo educativo.

Nossas entrevistas no Rio de Janeiro revelaram alguns problemas estruturais graves no que se refere à defesa dos Direitos Humanos. A formação policial, como nos foi relatado, tem disciplinas que versam sobre os Direitos Humanos, mas pecam na transversalização do tema dentro do projeto pedagógico dos cursos.

Um entrevistado, falando sobre a formação dos instrutores de abordagem policial e tiro, relata: “Foram feitos alguns encontros de debate sobre o assunto [Direitos Humanos], mas não foi obrigatório ministrar o curso para esses instrutores”. E mais:

Em parte por causa da formação precária: quatro meses, dois meses no Batalhão. Desses quatro meses, um mês era na PO [Policamento Ostensivo] e limpeza, o FLANDU (Faxina, limpeza e arrumação de dependências da unidade). Então ele saía um cara que usava uma arma e era policial. Mas, ele é um policial formado, ele tem conhecimento técnico? Não. Ele não se sente capaz! (Oficial, 12 anos de serviço, informação verbal).

Todavia, também são relatados os avanços dentro de uma nova visão de policiamento, quando os policiais estão mais próximos da população, a exigência de uma nova ordem democrática provoca o respeito ao outro e isso é evidenciado também:

Na minha formação, 12 anos atrás, a gente corria na rua (tropa trabalhando Ed. Física) e eu cantava: “Ei, você que tá me olhando, eu não gosto de você! Se continuar me olhando, vou aí pegar você”, era a música que cantávamos fazendo exercício! Era essa a formação que você tinha na polícia, a formação do policial combatente, aquele resquício da época da ditadura... E a polícia passou a enxergar que nós somos prestadores de serviço, nós não somos combatentes. Tem uma frase muito engraçada: “O policial acha que o fuzil é a extensão peniana dele, que ele é muito mais homem com o fuzil na mão”. Hoje em dia, a polícia é voltada para os Direitos Humanos, uma polícia de proximidade, polícia comunitária e é o que realmente está funcionando. (Oficial, 12 anos de trabalho, informação verbal).

A partir de pesquisas via internet, encontramos a dissertação de mestrado de BASÍLIO (2007) intitulada “O Desafio da Formação do Policial Militar do Estado do Rio de Janeiro: Utopia ou Realidade Possível?”. Ela foi fundamental para suprir a falta de documentos que deveriam ser cedidos pela polícia. Em linhas gerais, entre as várias análises que o autor faz em

seu trabalho, ele nos apresenta alguns quadros, tabelas e gráficos sobre o currículo do curso da formação de soldados da Polícia Militar do Rio de Janeiro, onde apresentam, entre outros dados, as disciplinas, ementas etc.

A partir desses dados, o autor tece suas análises destacando a natureza do trabalho policial, apresentando seus problemas e contradições, acentuando as perspectivas da formação policial em uma sociedade democrática. Soma-se a isso a sua descrição e análise feita, com propriedade, acerca da estruturação do programa de treinamento do Soldado Policial Militar do estado do Rio de Janeiro (PMERJ), tendo como parâmetros de comparação os programas de treinamentos de outros estados da Federação, mantendo a correlação com a Matriz Curricular Nacional (MCN). O autor obteve os dados por meio de solicitações, junto à Polícia Militar de cada um dos 27 Estados-Membros da Federação, sobre as grades curriculares, carga horária, plano de matérias, recrutamento e seleção dos candidatos e instrutores, avaliação das políticas de ensino. Desses 27 estados, somente 13 atenderam sua solicitação.

Com base na grade curricular supracitada, a formação do CFSd (Curso de Formação de Soldados) da PMERJ possui duração de 32 semanas, sendo 1.160 horas/aula divididas em três módulos, a saber: Módulo I – teórico; Módulo II – teórico e prático; e Módulo III – prático. Dentre os objetivos do curso, estão: a) Formar o Soldado Policial Militar; b) Desenvolver as aptidões necessárias para o exercício da função; e c) Motivar o aluno em formação, demonstrando a importância da Corporação e a responsabilidade do Soldado PM para com a sociedade fluminense.

No que diz respeito aos Direitos Humanos, a grade curricular apresenta a disciplina Ética e Direitos Humanos, com carga horária de 10 h/a. Outra disciplina que sugere aspectos acerca dos Direitos Humanos é a disciplina Prática Policial Cidadã – Viva-Rio. A ementa referente à disciplina Ética e Direitos Humanos subdivide-se em cinco assuntos: a) A Ética e a Moral; b) Cidadania e os direitos individuais e coletivos; c) Declaração Universal dos Direitos Humanos. Direitos Humanos e a polícia no regime democrático; d) Direitos Humanos e o comportamento do Policial Militar em serviço. Direitos Humanos no ato da prisão; e) Recomendações práticas para a vida profissional com base nos princípios da ética e da cidadania.

Cada assunto é ministrado em duas sessões, nas quais o processo de ensino se dá mediante dinâmica de grupo e explanação oral, com carga horária de 10 h/a. De acordo com BASÍLIO (2010), de 1997 a 2006 a disciplina Direitos Humanos sempre esteve presente na grade curricular do curso. Os relatos dos entrevistados também confirmam a existência de palestras e a disciplina Direitos Humanos no currículo do curso.

Ao confrontarmos a formação em Direitos Humanos dentro do Curso de Formação de Soldados da PMERJ e as vivências contidas nos relatos dos entrevistados, podemos concluir que a formação é deficiente, ainda que aborde sobre os Direitos Humanos, dando preferência para a parte prática, como sugere os fragmentos a seguir:

De especialização a gente só fez um curso, que até teve a parte teórica, mas o objetivo foi a parte prática. Foi o Curso de Capacitação em Atuação Policial Frente a Grupos Vulneráveis, que durou um mês. Teve aulas teóricas de Direitos Humanos, mas teve uma ênfase na prática de abordagem dos grupos vulneráveis. (Oficial, 12 anos de trabalho).

Pelas palavras proferidas, constata-se vigorar a velha filosofia dos Direitos Humanos concebida do ponto de vista institucional e não propriamente uma atitude pessoal e profissional de respeito ao outro, extensiva à esfera pública e à esfera pessoal/privada.

Por outro lado, os gestores com os quais obtivemos contatos foram enfáticos em afirmar uma evolução significativa dos Direitos Humanos, principalmente relativa aos cursos direcionados aos policiais cujo conteúdo concretizam-se pela transversalidade das disciplinas e onde os Direitos Humanos ocupam um lugar importante nos conteúdos.

Os documentos analisados se referem ao currículo a ser ministrado no ano de 2012, reformulado por uma equipe interdisciplinar, tendo como referência a Matriz Curricular Nacional (MJ/SENASP) e as próprias demandas da sociedade atual frente às incivildades urbanas, o que resultou em ações educativas pertinentes a uma nova postura e filosofia da PMERJ.

Com base nos referenciais da Matriz Curricular Nacional, o desenho curricular do Rio tem como classificação as competências nas dimensões Cognitivas (conhecimento), Operativas (habilidades) e Atitudinais (atitudes); esta última reveladora das conexões temáticas referentes aos Direitos Humanos. A seguir, ilustraremos o quadro das competências a fim de confirmar os elos significantes dos Direitos Humanos:

Quadro 02 – Competências Atitudinais

N	Competências
1	Agir com orientação para resultados
2	Capacidade de visão estratégica
3	Capacidade de discernimento
4	Capacidade de agir proativamente
5	Capacidade de agir com persistência e determinação, demonstrando interesse e comprometimento com o trabalho
6	Capacidade de resistência à frustração (capacidade de enfrentamento a situações de adversidade)
7	Capacidade de manter sigilo
8	Capacidade de agir com imparcialidade (agir com neutralidade e impessoalidade)
9	Capacidade de agir com paciência
10	Capacidade de trabalhar em equipe
11	Capacidade de agir com flexibilidade
12	Capacidade de disciplina
13	Capacidade de agir com humildade
14	Capacidade de ter controle emocional
15	Capacidade de agir com ética e profissionalismo
16	Capacidade de agir com dinamismo
17	Capacidade de agir com criatividade e inovação
18	Capacidade de pronta reação
19	Capacidade de negociação
20	Capacidade de reagir e enfrentar situações de risco, com prudência e coragem
21	Capacidade de agir com deferência
22	Capacidade de agir com assertividade
23	Capacidade de agir com versatilidade
24	Ter manejo de estresse (saber controlar-se em situações difíceis/estressantes)
25	Ter abertura para mudanças no uso de novas tecnologias relacionadas ao trabalho
26	Ser capaz de agir com bom senso
27	Capacidade de agir com empatia
28	Ter capacidade de manter respeito à hierarquia da Instituição
29	Capacidade de comunicação
30	Ser cordial (educado)
31	Ser capaz de agir demonstrando controle da ansiedade
32	Ser capaz de agir com preocupação com a própria segurança
33	Ser capaz de agir com preocupação com a segurança de sua família

34	Capacidade de agir com senso crítico
35	Capacidade de agir com discrição
36	Ser capaz de separar a vida profissional da vida pessoal
37	Agir com eficiência no desempenho das atividades
38	Ao realizar as tarefas do cargo, analisar o trabalho e os resultados alcançados de forma crítica e criteriosa
39	Capacidade de manter bom relacionamento interpessoal
40	Capacidade de agir com responsabilidade
41	Ser capaz de se relacionar com o público
42	Ser capaz de atender prontamente aos chamados
43	Capacidade de ser assíduo e pontual
44	Capacidade de agir com urbanidade (agir com civilidade, ser polido e cortês ao desempenhar suas atribuições)
45	Capacidade de agir com zelo
46	Capacidade de organização
47	Capacidade de manter-se motivado (capacidade de encontrar forças em si mesmo e entusiasmo mesmo diante dos desafios)
48	Capacidade de tomada de decisão
49	Ser capaz de trabalhar de forma interdisciplinar
50	Viver de acordo com a sua realidade
51	Orientar-se pelo código de ética da PMERJ

Fonte: Documento CEFAP 31 de Voluntários/2012 – Secretaria de Segurança Pública do Rio de Janeiro

Os grifos do quadro envolvem comportamentos e atitudes que são esperados do policial no ato de sua ação, refletido nos valores e atitudes no trato consigo mesmo e com a população e que avaliamos como condizentes com os Direitos Humanos, ainda que os demais sejam também importantes.

Ao analisarmos o quadro da grade curricular na formação de soldados, observamos das 1.182 horas de carga horária as disciplinas que, a nosso ver, invariavelmente remetem à temática dos Direitos Humanos.

Quadro 03 – Disciplinas transversais aos Direitos Humanos

Disciplinas	Carga Horária
Curso de aprimoramento da prática policial cidadã – CAPPC	60
Direitos Humanos	16
Ética	08
Polícia Comunitária	20
Psicologia e Estresse Policial	12
TOTAL	116

Fonte: Extraído Documento CEFAP 31 de Voluntários/2012 – SSPRJ

Do total de 1.182 horas do Curso de Formação de Soldados em um período de aproximadamente sete meses, **116 horas** são destinadas às disciplinas que avaliamos serem transversais ao tema dos Direitos Humanos, o que equivale a um percentual aproximado de **9,8%** do total, que, embora pequeno, é bastante significativo para a educação policial humanizada e comunitária.

3.1.1. Considerações de análise do Rio de Janeiro

Em relação à aplicabilidade dos Direitos Humanos na corporação carioca, evidencia-se no currículo uma grande preocupação com vínculos e nexos importantes para uma visão crítica sobre Direitos Humanos baseada em valores universais, mas também particularizados sobre a formação. As palavras de um Oficial com 26 anos de polícia apresentam com propriedade de experiência alguns requisitos necessários para um policial para servir com eficiência baseado na perspectiva dos Direitos Humanos: “Ele tem que ter preparação técnica, física, psicológica, ter caráter, preparação teórica e prática e uma formação continuada” (informação verbal)

O estudo revelou que a Segurança Pública no Rio de Janeiro tem toda uma singularidade e é justamente a Polícia Militar que está no comando desse processo, mas, ao que parece, a mudança na forma de pensar veio para ficar. Mas evidentemente há ainda um longo caminho a ser trilhado antes que se possa falar de uma Segurança Pública ideal, especialmente no que se refere aos Direitos Humanos e o caminho da transição sempre exige grandes cuidados. Para quem trabalha com Segurança Pública, por exemplo, vigora o medo de que o novo modelo seja apenas uma política de governo e/ou voltada para os grandes eventos esportivos que ocorrerão no Brasil entre 2014 e 2016, e que ao final do governo vigente e das olimpíadas de 2016 as políticas de Segurança Pública atuais sejam ignoradas, culminando com a volta da violência e criminalidade nas favelas pacificadas e em outros locais em que há uma expressiva diminuição dos índices de violência.

Estariamos traíndo o princípio básico das ciências humanas se nos conformássemos em pensar que os homens no poder e as ideias deles formam o motor principal da mudança de paradigma em vigência na Segurança Pública do Rio de Janeiro. Entretanto, para os fins desta pesquisa, não é realmente importante discutir quem ou o quê deu o primeiro “empurrão” da mudança, o que nos resta é aproveitar os novos ares e trabalhar para que a melhor Segurança Pública possível possa ser construída.

Em entrevistas nos grupos focais, observamos que os Praças com maior tempo de serviço são os que menos acreditam na prática humanizada, mas também se constatou que nos grupos com Oficiais eles são também céticos em relação a essa questão, mesmo os que possuem pouco tempo de polícia. Esse descrédito é, segundo eles, também incentivado pela atitude da população e por diferenças entre classes sociais. Os que possuem aparentemente mais recursos e conhecimento são os mais difíceis de serem abordados, enquanto que as pessoas mais humildes aceitam com mais facilidade uma abordagem. E aí os policiais correm o risco de retribuir conforme a situação e às vezes cometem alguns excessos. Por outro lado, é já ponto conclusivo de que a população não confia na polícia que tem, como confirmado em um grupo focal com Praças: “É, talvez

a gente tenha que fazer uma *mea culpa*, de repente pela nossa formação, às vezes você não sabe como agir e você quer afastar o problema porque você não sabe como lidar com ele [...]” (Praça, 12 anos, informação verbal).

Outra questão verbalizada pelos policiais é a indiferença do Estado em relação à polícia, quando o policial se sente à mercê da pujança econômica veiculada pela mídia em relação ao Rio de Janeiro. Um policial fez uma comparação muito interessante, mas chocante do ponto de vista de como ele se sente desprotegido, principalmente pelo fato de reivindicação de direitos como os salários e melhores condições de trabalho, alusivas às greves implodidas pelo Brasil em janeiro de 2012:

Quando fala em greve, em salário, parece que o policial se sente à margem da pujança econômica do Estado, é como as favelas, como se o policial fosse a favela do Estado, a PM é a favela do Estado... Quando você passa a ser excluído, isso é transformado em uma reação, a resposta é a violência, o desapego, o mal servir. Essa violência que não precisa ser física, boa parte dela é no tratamento, ela se reflete porque você não se sente parte dela. (Oficial, informação verbal).

Por fim, para o policial falar sobre Direitos Humanos, requer um trabalho amiúde na formação de um modo geral, desde a entrada do policial até os anos vindouros de sua atividade policial. Mas isso vai depender da própria valorização do policial pela corporação, indo desde bons salários até o acompanhamento psicológico em situação em que ele necessite por exigência de sua prática policial.

Ainda que o foco da pesquisa não fosse direcionado ao estudo de policiamento comunitário, não podemos deixar de registrar o trabalho efetivado pela PMERJ no que tange às zonas pacificadas. Tanto os comandantes destas áreas como os policiais que ali trabalham são inclinados a acreditar que esse é o caminho para uma polícia verdadeiramente democrática porque suas ações são planejadas e executadas conjuntamente com a comunidade e a polícia passa a gozar de credibilidade ao mesmo tempo em que a autoestima dos moradores passa a ser resgatada. Uma Oficial com 14 anos de PMERJ, que viveu o início das primeiras UPPs fala com entusiasmo sobre esse novo modelo:

Eu comecei a me envolver com a comunidade e participar de todos os eventos e reuniões, pois a comunidade já se mobilizava antes da polícia entrar lá, mas sempre se mobilizava a favor do tráfico e não somente em benefício próprio e passou a ver que diversas coisas não eram exatamente como se pensava. Eles têm diversas carências culturais, materiais, referenciais, emocionais, eles são felizes daquela forma e a única coisa que eles querem é uma voz uma explicação de alguma coisa, pois, se você perceber, não existem muitas ocorrências nas favelas, as que existem emergem justamente dessas carências, como a violência contra mulher, lesão corporal pela falta de diálogo nas famílias.

Hoje o modelo utilizado é do diálogo, só que com o histórico dessa comunidade é muito difícil, pois estão acostumados com o imediato: a violência. A forma de aproximação é fazendo projetos, dando aulas e se aproximando nas reuniões. (informação verbal).

Por outro lado, a autoestima do policial também fica latente, influenciada na sua valorização laboral e a sensação de que seu trabalho é frutífero. As afirmações de um comandante de uma UPP evidenciam isso:

[...] Hoje chegar em casa, olhar assim: eu não tenho um homicídio há dois anos e meio num morro que era só confronto de tráfico; crimes aqui, foram todos solucionados; pessoas do tráfico que estão vindo nos procurar, querendo trabalhar. Crianças que idolatravam os traficantes, que tinham eles como ídolos, hoje em dia adoram os policiais, querem trabalhar, querem ser fuzileiros navais... Foi feita, inclusive, nessa UPP aqui, uma pesquisa, “no que a UPP influenciou nas notas escolares das crianças”, em todas em que foram feitas a pesquisa, as notas escolares aumentaram, as crianças tiveram um aproveitamento muito melhor nas escolas... Nas estatísticas, reduz o crime, mas briga de marido e mulher aumenta, e por que aumenta? Porque não era registrado, agora o pessoal tem mais liberdade de ir à delegacia registrar. (informação verbal).

Os aspectos inovadores constatados na pesquisa são evidenciados pela malha curricular inovadora que contempla a dimensão formativa do policial, colocando-o como agente de interlocução entre a polícia e a comunidade, em uma perspectiva pedagógica que transcende o conhecimento cognitivo e operativo para dar lugar a uma visão educativa permanente, na busca de uma nova identidade policial. Percebemos que essa visão educativa é ponto fundamental na formação dos policiais, respeitando o perfil de violência do Rio, na sua maioria vinculado ao crime organizado.

Evidentemente que todas as mazelas pelas quais passam as cidades com grande conglomerados urbanos não se findam com uma ação efetiva de políticas de Segurança Pública apenas. Elas por si só não são suficientes para abarcar a dinâmica do real dos graves problemas socioeconômicos, mas a Segurança Pública, atuando em conjunto com os outros órgãos governamentais, certamente será potencializadora de ações que podem culminar com a minimização da violência, começando pelo próprio efetivo policial. Exemplo disso são as UPPs, pois é a polícia, em um primeiro momento, que passa a ser canalizadora das questões comunitárias, é ela (a polícia) que “abre caminho” para que outras instituições – governamentais ou não – fixem seus projetos e programas a fim de oportunizar a comunidade para uma nova perspectiva de vida.

Ressalta-se que programas como estes não são a versão definitiva contra a violência. Anos terão que se passar e pelo crivo crítico de uma avaliação contínua a fim de saber se iniciativas como essas vão perdurar como uma política decisiva para o enfrentamento da violência, ou é apenas mais um projeto de poder, como afirmam alguns críticos. No entanto, é interessante reconhecer sua viabilidade perante o caos urbano da violência ou mais explicitamente como colocado pelo professor Michel Misse (2011)³ “O solo das milícias é a generalizada corrupção na polícia fluminense”, quando perguntado sobre os efeitos das UPPs nas favelas cariocas.

O sentimento de insegurança diminuiu na cidade; isso está visível nas áreas turísticas e nos bairros de classe média da zona sul e zona norte. Mas o tráfico armado ou as milícias parapoliciais continuam atuando na maioria das favelas da cidade e em todas as favelas da região metropolitana (baixada fluminense e região serrana, além de Niterói). São mais de 200 as favelas que se sabe que estão sob controle ou do tráfico ou de milícias. É um grande desafio, que se acumulou ao longo dos últimos 30 anos.

3 Entrevista com Michel Misse. Disponível em: < <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/504509-o-solo-das-milicias-e-a-generalizada-corrupcao-na-policia-fluminense-entrevista-especial-com-michel-misse> >. Acesso em: 08 Mar. 2012.

Por outro lado, a importância de uma formação que prepare o policial para ser um agente de mudança na comunidade é confirmada nas palavras de uma gestora da Subsecretaria de Ensino e Programas de Prevenção do Rio de Janeiro, quando perguntada sobre qual seria o modelo mais adequado da formação dos policiais na perspectiva dos Direitos Humanos:

Acho que é preciso repensar o modelo de gestão de ensino das instituições de Segurança Pública, rever os conteúdos de formação, propor um novo sistema de controle e avaliação. A formação do profissional evidentemente deve estar pautada na legalidade, nos aspectos técnicos e também éticos, no respeito aos Direitos Humanos. (Gestora, Rio de Janeiro, informação verbal).

3.2. SALVADOR (BA)

A Polícia Militar do Estado da Bahia desenvolve no âmbito de suas atribuições a formação de seus policiais; pelo menos é o que consta nas duas ações educacionais baianas: o projeto educacional “Caravana do Conhecimento” e os cursos de pós-graduação em *Lato Sensu* e Gestão em Segurança Pública e Defesa Social (bacharelado). O primeiro é uma iniciativa do Departamento de Ensino para a socialização de conhecimento diverso nas unidades de ensino da Polícia Militar da Bahia, por meio de palestras e atividades centradas em temas atuais.

Com isso, a Polícia Militar, vislumbra possibilitar uma educação permanente tendo como referência um aprendizado organizacional com projetos e ações educacionais que valorizem o capital humano presente na Corporação Militar. Tal projeto de educação tem por objetivo dar ao Policial Militar o aprimoramento técnico e intelectual a partir da atualização de conhecimentos, habilidades e atitudes essenciais à atuação profissional qualificada. Para o Gestor de Ensino,

É voltado para área específica de Direitos Humanos dentro dos nossos currículos. É um programa que nós estamos fazendo com toda PM voltada para a parte operacional e para a parte de formação. Nós estamos hoje com a formação de quase dois mil alunos e soldados em todo o estado da Bahia; na capital é aproximadamente um mil e, no interior quase um mil. Num chega a ser 2 mil, é um total exato de 1.981 soldados que nós estamos formando. Esses alunos fazem parte do Projeto “Educação Caravana do Conhecimento”. (informação verbal).

Esse projeto opera por meio de realizações de ciclo de palestras ou atividades que abrangem as áreas temáticas: *Gestão Pública, Economia política; Direitos Humanos, Estatuto dos Policiais Militares – Direitos e Deveres; Policiamento Ostensivo Geral; Policiamento de Trânsito Urbano etc.*

Segundo o Gestor da “Caravana do Conhecimento”, somente no mês de março (período em que ocorreu a entrevista para a pesquisa) o projeto conseguiu auxiliar na qualificação de aproximadamente dois mil Soldados da Polícia Militar, principalmente, dos “Praças”. Essa formação acontece no próprio Batalhão da Polícia Militar, que deixou de ter a função operacional e passou a funcionar como Batalhão de Ensino, Instrução e Capacitação. O Gestor explica como é organizado o Projeto:

Temos Batalhão de Instrução, Ensino e Capacitação na PMBA. Os quatros maiores batalhões do interior do estado (Ilhéus, Vitória da Conquista, Juazeiro e Feira de Santana) foram transformados em ensino, instrução e capacitação. E nós pegamos a parte operacional e colocamos em companhias independentes; ou seja, nós pegamos a cidade, exemplo, a cidade de Feira de Santana é uma cidade de 700 mil habitantes, então, tínhamos lá o 1º Batalhão da Polícia Militar, o 1º BPM, foi transformado em um Batalhão de ensino, instrução e capacitação; então deixou de ser operacional e nós criamos quatro unidades que chamamos de Companhia Independente da Polícia Militar sob o Comando de um Major e dividimos a cidade de Feira de Santana em quatro áreas regionalizadas de policiamento, então pulverizamos e o Batalhão se tornou em Batalhão de ensino, instrução e capacitação, por lei. (informação verbal).

Quando indagado sobre a formação dos “Praças” da Polícia Militar em Direitos Humanos, o Gestor esclarece que o “Caravana do Conhecimento” contempla essa dimensão do ensino na tentativa de ajudar os militares a reparar as falhas cometidas por abuso de autoridade durante o exercício da profissão:

É basicamente o que nós estamos tentando fazer com essas questões voltadas. A disciplina dos Direitos Humanos está inserida no projeto como elemento primordial, para poder estar ajustando nossas falhas junto à sociedade. (informação verbal).

Projetos educacionais como esse têm surtido avanços de forma gradativa na Polícia Militar da Bahia. Isso faz com que a própria Polícia modifique sua maneira de conduzir a formação de seus soldados e o regimento para o ingresso na Corporação.

Para esse “novo policial” já há um planejamento de ações em que será exigida uma formação em Direitos Humanos, o policiamento nas Bases Comunitárias. Por isso, a introdução de disciplinas ou temática sobre Direitos Humanos torna-se essencial, pois modifica a maneira de o Policial Militar se relacionar com a sociedade. Em 39 anos de carreira destinada à Polícia Militar, um gestor observa essas mudanças com otimismo, principalmente com a implantação das Bases Comunitárias de Segurança:

As implantações dessas bases comunitárias de segurança com a introdução no seio da instituição de modalidades diferentes, com base em filosofias de polícia comunitária voltada na polícia japonesa, isso, obviamente, tem melhorado muito o comportamento do policial frente àquele “seio social” [...] É o policial que está sendo formado com essa outra visão de aplicação de policiamento, trabalho da polícia *versus* cidadão, polícia e comunidade. Então a gente está apenas nesses passos, querendo introduzir a filosofia de polícia comunitária e tem que ser gradativa, lenta, porque os problemas sociais já aconteceram diferente do Japão que não tem o problema social grave que nós temos. (informação verbal).

O curso de Gestão em Segurança Pública e Defesa Social é outra medida educativa elaborada pela Polícia Militar da Bahia que pretende dar uma formação profissional que colabore para a melhoria da prestação do serviço público de Segurança Pública. É um curso que preza por uma visão que permita ao aluno “internalizar” valores éticos e socioprofissionais que consigam estabelecer uma relação humanística a partir de uma reflexão e compreensão da realidade social.

Entretanto, algo que chamou a atenção ao ler o plano curricular é que para chegar a um curso que contemple as expectativas dos policiais, houve antes uma consulta com

eles, um amplo debate para a formulação da grade curricular, a qual respeitou todas as normas de regulamentação de ensino: a Matriz Curricular Nacional, o Plano Nacional de Segurança Pública e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei LDB- 9.394/96).

Na entrevista da Superintendência de Prevenção, é possível notar que na sua percepção ocorre a desvalorização do Policial Militar enquanto cidadão, visto que os Direitos Humanos só atuam de forma a coibi-lo e de forma punitiva nas suas ações.

Enquanto discurso, os Direitos Humanos são incorporados como algo de extrema importância na ação policial, mas o que ocorre é um grande distanciamento entre a formação e a execução, pois se percebe que grande parte dos policiais inclui os Direitos Humanos na sua atuação por razões meramente legais e não por uma adesão pessoal, principalmente pelo sentimento de desvalorização do Estado para com esse profissional, e assim não acreditam nessa forma de atuação que traz como um dos princípios o respeito à dignidade humana.

Os Direitos Humanos, com base no que tive a oportunidade de aprender aqui, é valorizar e cumprir com o que está escrito mesmo como direitos fundamentais ao cidadão dentro da Constituição Federal, que estão garantidos e, portanto, não devem ser ceifados, independente da cor, raça, religião e opção sexual. Isto está relacionado a cada cidadão e deve ser respeitado. E com certeza eu vou cumprir com o meu papel e atuar de forma legal a função de Policial Militar. (informação verbal colhida no Centro de Formação de Soldados – Grupo Focal).

A hierarquia, um dos pilares da Polícia Militar, é vista como necessária para manter a ordem e o respeito, porém os policiais enfatizam que deve ser aplicada com menos rigor. Na cidade em questão, a hierarquia, antes tão rígida, hoje vem tomando contornos mais flexíveis entre superiores e subordinados, no sentido de ser aceitável, por exemplo, que um Soldado reporte-se diretamente a um comandante, inimaginável há alguns anos. Para alguns, esse movimento é reflexo de um posicionamento mais ousado dos policiais subordinados (assim como talvez possa ser atribuído a um grau maior de instrução do Policial Militar hoje), embora seja perceptível que as Praças sintam-se mais distanciados dos Oficiais no que concerne às relações de trabalho, dificultando contatos de amizade e até mesmo de respeito. Por outro lado, entre os Oficiais há dificuldade de relações motivadas pela hierarquia rígida da instituição, mas em todas as cidades pesquisadas, isso depende muito da maneira pessoal de o Comandante gerenciar. Por exemplo, em Salvador, os discursos afirmam esse distanciamento, culminando no antigo modelo e permanecendo a morosidade e deficiências na comunicação. Por exemplo, no diálogo mantido com um Policial Militar da PMBA quando perguntado se eles tinham acesso direto ao Comandante Geral: “Não, tem que ser pela hierarquia” (informação verbal), foi a resposta obtida.

O discurso sobre a concepção de Direitos Humanos difere-se entre níveis hierárquicos, ou seja, entre a cúpula e a base. A cúpula tem um discurso aprimorado e costuma demonstrar amplo conhecimento, inclusive filosófico, a respeito, demonstra maior esclarecimento sobre o tema, expressa o respeito a todo cidadão, e está organizando cursos para mostrar que os Direitos Humanos são muito amplos para serem “rotulados” com o jargão de “defesa de bandidos”, e que, acima de tudo, tem que respeitar a dignidade das pessoas independente de cor, sexo ou raça.

Assim como muitos falam das diversas questões sociais que estão envolvidas e que devem ser trabalhadas para a defesa dos Direitos dos Homens; a base apresenta uma concepção mais semelhante ao senso comum, no entanto, estão em processo de formação, têm noção teórica bem definida do que seja Direitos Humanos e falam muito no respeito ao cidadão, principalmente os que estão acabando os cursos de Soldado, porém nas entrevistas realizadas é possível perceber que a maioria – principalmente os que já têm uma vivência maior nas ruas, e até mesmos os que já se formaram há mais de 20 anos – sentem-se indefesos em relação aos Direitos Humanos, pois quando são perguntados sobre o que isso significa para eles, comentam que é hipocrisia falar de Direitos Humanos na Polícia, pois eles próprios não são valorizados dentro da Instituição e a sociedade também não os valoriza, reclamam de baixos salários, condições de trabalho precárias, falam que Direitos Humanos é só para “Homens Direitos”. Um oficial em entrevista falou sobre Direitos Humanos:

Respeitar a dignidade das pessoas de cor, sexo, raça... Assim, é bem abrangente; num sentido é respeitar o outro. A gente quando fala em Direitos Humanos abrange todos os direitos: a gente tem o direito do policial, o direito do cidadão e digo sempre que o policial não é um extraterrestre, ele sai da sociedade, então de certa forma ele é da sociedade. Então se pergunta: “ah, a polícia é violenta?”, será que a sociedade também não é violenta? Agora assim, ele tem a envergadura, o poder de polícia e não deve cometer muitas coisas... Mas acho que é importante que os policiais tenham seus Direitos Humanos e legais respeitados... A Constituição diz que o salário mínimo tem que ser suficiente para suprir as necessidades básicas do cidadão; com seiscentos reais, morar, se alimentar, dar educação ao filhos, fazer isso tudo, aí a gente para e diz que isso é um desrespeito aos Direitos Humanos, não só na concepção violência, na concepção crueldade. O cidadão que ganha um salário mínimo não tem seus Direitos Humanos respeitados, por quê? (Oficial PMBA. Informação verbal).

Outro Oficial fala sobre Direitos Humanos e sua preocupação com a atividade policial e pela vulnerabilidade deste em se expor mais diretamente:

Os Direitos Humanos, que é uma coisa universal, nós estamos pela Constituição para proteger o cidadão; mas precisamos também olhar o direito dos nossos policiais. Então, enquanto a mídia combate a Instituição ou as instituições policiais em questão de violência contra os Direitos Humanos contra o cidadão por ter muita vezes no exercício da profissão ter cometido “deslize”, “falha” na sua atividade profissional é...também, o Policial Militar, no seu dever de defender o cidadão muitas vezes se “sucumbe” (Oficial PMBA. Informação verbal).

Quando o policial mata por um erro ou até abruptamente um ser humano em razão de seu serviço, há um chamativo muito eloquente por parte da mídia com referência à questão dos Direitos Humanos, mas quando o processo é inverso, não há essa eloquência. (Oficial PMBA. Informação verbal).

Em outra fala, os Direitos Humanos são concebidos pela projeção das ações policiais no âmbito social, no sentido de aproximação com a comunidade de tal forma que a polícia também passa a ser canalizadora das questões sociais envolvidas na comunidade:

Ações sociais com a Segurança Pública não acontecem tão somente pela polícia, tem também seu lado social que tem principalmente ações que transformam a realidade daquela comunidade. Aqui tem uma câmara que lidera ações dentro dessas áreas políticas, quem coordena é uma assessora

que põe essa pratica no dia a dia, junto à Secretaria de Desenvolvimento Social. Dentro dessa câmara tem representantes de várias secretarias; se você vai para uma área e identifica ali uma demanda em educação para saúde, aí o grupo vai trabalhar para atender essa demanda do sistema, porque se tu falas em prevenção da violência, é tudo Direitos humanos. (Oficial PMBA. Informação verbal).

Na concepção das Praças que ingressaram recentemente na Polícia, os Direitos Humanos devem se direcionar para a formação capaz de prepará-los para enfrentar as diversidades do cotidiano e no trato equitativo do cidadão, pois o policial tem que ser esse que orienta, educa, indica, porque se faz presente nas ruas e estabelece integralmente relações com o cidadão.

Quando perguntados sobre o Curso de Formação de Soldados, na avaliação dos alunos tem sido bom em determinados pontos em outros possui falhas, pois embora tenha um cronograma de execução das aulas este não é colocado em prática. O exemplo é a coincidência dos horários das aulas com o horário de trabalho dos instrutores, já que a maioria deles é policial e no geral sempre precisa reduzir o conteúdo programático e o horário das aulas, pois estão de serviço em outro Batalhão, no dia e horário das aulas. Os alunos apontam uma solução para isso, que é a sessão (a dispensa) dos instrutores em dia de aula e uma melhor remuneração, uma vez que muitos estão ministrando aula pelo compromisso e por boa vontade em compartilhar conhecimento e ajudar na formação dos futuros Soldados, pois a remuneração pela hora aula não compensa.

Os professores (instrutores) são bastante comprometidos com o curso e com os alunos; segundo eles, os instrutores conseguem repassar o conteúdo de maneira didática e acessível, mas ainda não se tem uma estrutura física capaz de oferecer condições reais para uma boa formação.

Nossos professores são ideais. Conseguem trazer a teoria para a prática. Nossos professores têm muita boa vontade. Na verdade, eles têm essa boa vontade porque sabem que estaremos trabalhando com eles no futuro, então, essa preocupação pessoal de cada instrutor aqui tem essa ligação nossa. Claro que tem toda a questão da hierarquia e disciplinas mas eles, os instrutores, têm essa questão de olhar um pouco à frente: “serão meus colegas num futuro muito próximo, estaremos nas ruas em qualquer situação...” Mas a questão da estrutura, da organização, do organograma acadêmico teria que ter uma dinâmica legal para a atividade. (Alunos/ Soldados. grupo de alunos, informações verbais).

Os pontos negativos ressaltados estão relacionados à estrutura física do prédio onde as aulas acontecem. Para os alunos, as dependências não apresentam condições para a realização das aulas.

Aluno C: No meu caso, eu me surpreendi pela falta de estrutura aqui do quartel, porque não tem condição nenhuma de ensino, atrapalha totalmente na... [refere-se à formação] para quem vai aplicar os assuntos e para o pessoal aprender. Não ajuda em nada a estrutura totalmente precária, fora do nível qualquer [...] na minha opinião, 90% ou mais dos instrutores aqui são bons instrutores.

Essa questão do Comando não ver a mudança de carga horária mensal para os policiais sabendo que vai interferir na formação de quase três mil alunos que estão se formando em todo estado, isso aí é uma falta de coerência. Tudo bem que se mude o cronograma mensal de hora trabalhada do Policial Militar, mas, contanto que não venha interferir na formação dos futuros Policiais Militares, aí se mudou de uma hora para outra. Os professores que tinham compromisso com a gente aqui ficaram impedidos de vir porque têm que cumprir essas 60 horas, e interferiu aqui, e existem semanas que são duas ou três aulas.

Existe também o valor da hora aula que não compensa, muitos professores vivem falando para a gente: “tô aqui, porque o dinheiro, esse dinheiro não paga nem minha gasolina. Venho porque gosto e sei que vocês não estão na rua.” Professores que chegam aqui fardados, discutem trabalhos com a gente e depois voltam para a companhia e avisam que semana que vem não poderão vir porque estarão de serviço, aí pede para o monitor dar continuidade na atividade. Tudo isso termina interferindo na formação. (informações verbais).

Essa redução de hora-aula em determinadas disciplinas implica na falta de aprimoramento da parte técnica, principalmente nas aulas de manuseio e disparo de “armas de fogo”. Apesar de saberem dos cuidados que devem ter ao usá-las, os alunos não se sentem preparados para usar uma arma. Para suprimir a carência de preparo, muitos deles pagam aulas particulares para ter instrução de tiro, porque a carga horária ofertada pelo curso de formação não contempla a real necessidade; existem alunos que passam pela formação e tiveram em média cinco a dez aulas de tiro durante todo o curso, prejudicando assim a atuação dos policiais que em situações de conflitos têm que agir em menor tempo possível, e quando erram algum tiro isso não é visto como culpa da má formação que o Estado oferece e sim um erro do policial e ele acaba respondendo por isso, sendo hostilizado pela sociedade, que não admite erro, quer simplesmente um Policial 100% qualificado.

Aluno A: Principalmente a matéria de tiro. A gente atira pouco. Em uma questão de minuto ou segundo tem que usar a arma. Isso foi pouco treinado em termo de carga horária de praticar o tiro e, até matéria de policiamento ostensivo também acho que a carga horária é pouca.

[...] Tem um instrutor nosso que ele tem um convênio e, ele dá aula e a gente ainda paga por fora para dar tiro.

Aluno B: No meu caso, ao sair daqui, durante esse período, procuro por meios próprios investir nesse meio, melhorar por esse lado, investir na segurança, na técnica de tiro por meios próprios. O que é passado aqui é muito pouco.

Comentaram que também as aulas de Direitos Humanos possuem pouca carga horária, apenas 30 horas; ressaltaram que é muito importante ter mais base em Direitos Humanos e que o assunto devia ser mais aprofundado. Alguns alunos apontam para a diferença que ocorre entre a formação de Soldados e Oficiais; na opinião deles, a formação poderia ser vista de maneira conjunta, já que o objetivo é um só: a formação do Policial Militar.

Aluno C: houve falha no que acho é em carga horária de algumas matérias. Algumas matérias têm que ser mais debatidas com mais tempo. No entanto, não tiveram esse tempo todo [...] eu acho que é complicado falar em relação à formação. Eu acho que o tempo de formação para ir às ruas é muito pouco, pequeno demais. Por que falo isso? O médico,

para ele ser médico, ele passa seis anos para depois fazer residência e posteriormente, vir a atender uma pessoa e socorrer. E nós, como policiais, lidamos com vida. Eu acho que a formação que acontece não é direcionada.

Aluno B: Direitos Humanos também é pouca. São 30 horas [...] que a aumentasse a carga horária para aquilo que temos mais necessidade, que é os Direitos Humanos e Direito, que a gente precisa, já que vamos trabalhar em órgão público e abordagem de policiamento ostensivo, assim, coisas mais práticas. Porque a gente ouve, teoria e teoria... Mas o que vamos aprender mesmo, muito mesmo em relação à abordagem e tiro é na prática. E às vezes não sei se, não vou dizer que é falta de incentivo do governo, a gente não sabe dizer de onde vem isso aí... Se eles organizaram isso, mas a gente sente falta muito disso e às vezes a gente fica inseguro quando a gente vai [refere-se à rua, local de trabalho]... Se bem que a gente trabalhou em lugares que nos saímos muito bem e fomos elogiados, mas eu acredito que muitas pessoas ainda chegam um pouco inseguras. A falta de estrutura física implica na aula prática.

Aluno D : Existe uma questão da formação do Soldado da Polícia Militar que é diferente do corpo de oficiais da academia de Polícia Militar. Existem hoje no estado diversos núcleos, isso descentraliza o ensino. O ideal é que tivesse um núcleo só, onde todo mundo visse de forma única o que está sendo passado, ensinado. Às vezes eu tenho contato com colegas que foram designados para outros quartéis de formação e a gente percebe que existe uma diferença na formação; colegas que hoje já atuam fora estagiando com armas, atuando em incursões e a gente, aqui, ainda não fez esse tipo de serviço, só trabalhamos ainda em situações de carnaval, em estádios, mas não com armas, porque sempre estamos sob o Comando de um mais antigo: sargento, cabo, tenente, que é o único que está atuando na patrulha e com arma na mão. Seria ideal que fosse uma unificação no ensino como é na academia de polícia de oficial. (informações verbais).

Ainda há certa relutância entre os policiais mais antigos na profissão quanto à questão dos Direitos Humanos, não o que eles representam, mas a maneira como são abordados, em particular pelos meios de comunicação, o que leva a sociedade a interpretar que os Direitos Humanos somente são assegurados ao “criminoso”; ao Policial Militar não são resguardados esses Direitos. É o que pode ser notado durante entrevista com um gestor:

A estatística nossa é muito grande e que a própria mídia, que defende muito os Direitos Humanos, não procura saber quantos Policiais Militares no mês faleceram no serviço. Essa é a grande questão! Porque são policiais, têm cometido alguns erros? Sim. As Instituições em todo Brasil têm seus regulamentos, seus Estatutos porque somos militares estaduais, então estamos submetidos ao Código do Processo Penal Militar, e ele é muito rígido. E há um certo pensar por parte da comunidade militar, também, nesse lado. Quando o policial mata por um erro ou até abruptamente um ser humano em razão de seu serviço, há um chamativo muito eloquente por parte da mídia com referência à questão dos Direitos Humanos, mas quando o processo é inverso, não há essa eloquência. Há um ressentimento por parte daquele que deixa sua família, sua casa, seus filhos e vai para o operacional; porque sabe que sai, mas não sabe se volta. Então é muito fácil [criticá-los] ... porque não existem dois seres diferentes, é um ser só. Policial Militar não é um ferro, um aço, é um ser humano susceptível aos erros e falhas, a cometer alguns “deslizes” como em qualquer outra instituição. (Gestor Institucional. Informação verbal).

Muito dos alunos entrevistados no curso de formação de Soldados explicaram suas noções sobre Direitos Humanos por meio de exemplos vivenciais, quase todos participaram de episódios pessoais de abuso de autoridade policial, foram abordados por Policiais Militares de maneira vexatória e abrupta, e com base nesses acontecimentos vivenciais é que pensam em fazer de forma diferente, tendo como base a aplicação dos conhecimentos em Direitos Humanos, evidenciando assim, que os policiais novos demonstram maior aceitabilidade da filosofia de Direitos Humanos, vê-se que eles buscam sempre aprender essa nova doutrina que a Segurança Pública inseriu em sua atuação, e querem mudar a visão de Polícia repressora para uma Polícia mais atuante diante da comunidade e valorizando e respeitando aos cidadãos:

Eu hoje aqui vejo que tem, sim, que fazer essa abordagem, mas não generalizar, porque acho que num olhar podemos identificar – eu pelo menos penso assim – ‘uma pessoa que aparentemente pode ser do bem, ou não. Não pela cor ou raça, mas acho que pelo comportamento. Sempre nesses serviços [abordagem] que já tirei, lembro disso. Porque é aquela coisa, não vou fazer com os outros que eu não quero que faça comigo. Então, acho que tem que haver isso, e com relação aos Direitos Humanos. Acho que também algumas coisas que estão acontecendo da polícia ser “mal vista” é devido a alguns comportamentos de alguns policiais, e aí termina generalizando, acaba como se todos os policiais agissem de forma arbitrária e não é isso. Pelo menos, aqui, no curso o que eles [os instrutores] orientam é para agirmos dentro da legalidade. Então se algum quiser agir fora disso é porque já veio para cá com esse pensamento e, não foi formado aqui. (Entrevista com grupo de alunos/soldados, informação verbal).

Foi identificado em Salvador que os Policiais Militares responsáveis pela instrução nas academias têm remuneração inferior às dos civis que exercem a mesma função.

A academia aqui é ingrata conosco. O problema aqui é disparidade entre as remunerações. Os instrutores civis têm remunerações superiores às nossas, com titulação inferior. Eu vou avaliar o trabalho de CAO [Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais], CEGESP [Curso de Especialização em Gestão Estratégica de Segurança Pública], eu sou mestre e recebo trinta e cinco reais, o mesmo professor com especialização recebe sessenta e cinco (Instrutor PMBA. Informação verbal).

A grade curricular da PM/BA foi fruto de referências a partir do Plano Nacional de Segurança Pública e na Matriz Curricular Nacional de 2011, atendendo também as novas exigências da sociedade.

Primeiramente apresentaremos a grade curricular da estrutura pedagógica da PM/BA referente à formação de Cabos, Soldados e Sargentos para fazermos algumas análises:

Quadro 04 – Grade Curricular do Curso de Formação de Soldados

ORD	DISCIPLINA (D) / ATIVIDADE (A)	LEGENDA	MÓD. I	MÓD. II	CH
1	EDUCAÇÃO FÍSICA	A*	20h	20h	40
2	PREVENÇÃO E PROTEÇÃO PESSOAL	A*	20h	20h	40
3	TIRO POLICIAL	D*	40	50h	90
4	DIREITO APLICADO	D*	40h	40h	80
5	LEGISLAÇÃO PM	D*	20h	30h	50
6	ORDEM UNIDA	A*	20h	20h	40
7	POLICIAMENTO OSTENSIVO GERAL	D*	36h	30h	66
8	SEMINÁRIO DE TEMAS SELECIONADOS	A*	30h	30h	60
9	PRÁTICA POLICIAL SUPERVISIONADA	A*	70h	70h	140
10	POLICIAMENTO OSTENSIVO DE TRÂNSITO	D*	20h	20h	40
11	HIGIENE E SOCORRO DE URGÊNCIA	D*	20h	20h	40
12	POLÍCIA COMUNITÁRIA	D*	30h	-	30
13	DIREITOS HUMANOS	D*	30h	-	30
14	FUNDAMENTOS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL	D*	30h	-	30
15	RELAÇÕES INTERPESSOAIS	A*	30h	-	30
16	CORRESPONDÊNCIA PM	D*	30h	-	30
17	HISTÓRIA DA PM/ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO	D*	30h	-	30
18	INTRODUÇÃO À SOCIOLOGIA	D*	30h	-	30
19	DIREITO MILITAR APLICADO	D*	-	30h	30
20	POLICIAMENTO OSTENSIVO EM EVENTOS ESPECIAIS	D*	-	30h	30
21	ATIVIDADE DE CHOQUE	A*	-	20h	20
22	GERENCIAMENTO DE CRISES	D*	-	30h	30
23	POLICIAMENTO OSTENSIVO DE GUARDAS	D*	-	30h	30
24	INTELIGÊNCIA POLICIAL	D*	-	30h	30
25	EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICOS-RACIAIS E DE GÊNERO	A*	-	30h	30
26	JORNADA DE INSTRUÇÃO PM	A*	-	20h	20
27	LÍNGUA INGLESA	D*	30h	30h	60
CARGA HORÁRIA TOTAL			576	600	1176

Fonte: Extraído do Documento: Quartel no Alto de Ondina, 09 de fevereiro de 2012.

Das **1.176** horas de aulas, podemos constatar que existem 05 disciplinas as quais avaliamos como transversais aos Direitos Humanos, embora avaliemos que a transversalidade deva passar necessariamente por todas as disciplinas, até porque o sentido dado aos Direitos Humanos transcendem as disciplinas cujos conteúdos são correlatos mais explicitamente. Em negrito estão as disciplinas correlatas que representam **9,8%** do total (115 horas). Vale destacar a disciplina de 20 horas dedicada às

relações interpessoais, uma importante oportunidade de reflexão nas relações pessoais e profissionais do policial com o grupo e com a comunidade, quebra de paradigmas estabelecidos como verdadeiros a partir do momento em que refletem com o outro e consigo mesmo.

Igualmente destacamos as disciplinas Introdução à Sociologia, o que remete o policial a pensar criticamente, e à importância de conhecimento sistematizado, assim como a disciplina Educação para as Relações Étnico-Raciais e de Gênero, representante dos grupos vulneráveis, foco de respeito dos Direitos Humanos e sua preocupação com grupos alvo de preconceitos.

3.2.1. Considerações de análise de Salvador

Considera-se que o grupo de alunos entrevistados da Polícia Militar da Bahia apresenta um bom curso de formação de Soldados, no entanto requer uma atenção maior na organização, execução e nas dependências físicas do local onde acontecem as aulas. Durante o depoimento dos alunos, esteve visível a vontade de romper com a concepção de Polícia Militar que emprega a força física antes de saber a natureza do acontecimento (“bate primeiro e depois pergunta”), demonstrando que os Policiais que estão entrando agora com essa nova grade curricular em que estão em foco os Direitos Humanos, têm demonstrado que eles conseguem absorver tal conhecimento teoricamente e na prática ainda há um sobreposição de que Direitos Humanos é somente para bandidos. Verifica-se também que há certo ressentimento em relação à Corporação, pois as Praças sentem que eles próprios não têm Direitos Humanos, não têm reconhecimento dentro da Instituição, e quando comentem algum erro, os defensores dos Direitos Humanos só defendem os “bandidos” enquanto eles sentem que não são defendidos.

Oficiais e Gestores, quando perguntados sobre sua concepção de Direitos Humanos, sempre falam da parte organizacional e têm uma discussão sobre Direitos Humanos bem amplos. Eles veem que os cursos que estão sendo ministrados sobre a disciplina de Direitos Humanos estão contemplando objetivos, pois a introdução dessa matéria nos cursos é um meio para difundir tal filosofia entre os Policiais, para que estes possam incorporar não apenas como uma conduta que eles (Policiais) devem seguir só porque estão trabalhando na Polícia e sim incorporar em sua vida e que assim eles possam repassar à comunidade.

Sem dúvida, iniciativas como a Caravana do Conhecimento são importantes na difusão e na implementação de uma filosofia cujos pilares estão assentados nos Direitos Humanos, na proximidade com a comunidade e na postura cidadã e democrática da Polícia ao trabalhar diretamente com a população. Outro aspecto bem significativo diz respeito à recém-criada Superintendência de Combate e Prevenção à Violência, da Secretaria de Segurança Pública, cujas ações estão direcionadas não somente às ações externas de combate à violência, mas representam um olhar interno, direcionados às Instituições Policiais e, por conseguinte, uma política voltada para o policial com iniciativas de valorização.

Outro ponto de avanço está relacionado à criação das Bases Comunitárias de Segurança em bairros com alto índice de violência, nos quais após a adoção de iniciativas combativas e ostensivas da Polícia Militar estão diminuindo os índices de violência; e mais, representam, segundo alguns policiais, um dado importante para o avanço dos Direitos Humanos, pois representam respeito para com a comunidade, as pessoas se sentem mais próximas da polícia e estão mais confiantes de manterem laços, até de afetividade, com a comunidade com a qual trabalham. Uma Praça que trabalha na Fazenda Coutos, zona recentemente pacificada, fala com entusiasmo dessa iniciativa:

Acho que é muito importante essa proximidade com as pessoas, tudo na base do respeito à comunidade, dos movimentos internos dessa comunidade. Nós, policiais, fazemos um levantamento em cada casa, um levantamento socioeconômico, e é a oportunidade de conhecermos todas as pessoas. Elas passam a ter outra visão sobre a polícia e passamos a respeitar também sua maneira de ser. Para mim, isso é Direitos Humanos. (informação verbal).

Essas iniciativas na área da Segurança Pública, especificamente direcionadas à Polícia Militar, representam dimensões inovadoras se comparadas a outras épocas; aproximadamente dez anos atrás, por exemplo, quando se investia muito pouco em Segurança Pública na Bahia. Percebemos avanços na área profissional e formativa dos policiais, principalmente porque mais da metade ingressa na carreira militar com curso superior.

3.3. PORTO ALEGRE (RS)

Antes de expor sobre as proposta do Governo do Estado do Rio Grande do Sul para a área da Segurança Pública, um gestor comentou a sua concepção de Direitos Humanos que partiu da seguinte pergunta: “Qual a sua concepção sobre Direitos Humanos?” que é sempre enfatizada em reuniões com os policiais. Para o Gestor, Direitos Humanos estão, antes de qualquer coisa, atrelados ao cumprimento da lei. A eficácia de um bom atendimento policial não é a brutalidade da ação policial, o excesso da coerção, mas sim o cumprimento da lei dos Direitos Humanos.

Quando se fala em Direitos Humanos, é a questão que eu sempre digo para as polícias, ‘nós queremos que você só cumpra a lei’, o estado de direito está exigindo de você não mais que o cumprimento da lei. Qualquer cidadão deve cumprir e o policial especialmente, então, dessa forma, a gente tenta construir com eles também esses princípios. (Gestor Institucional RS. Informação verbal).

O mesmo reconhece que embora tenha ocorrido um avanço no cumprimento dos Direitos Humanos, ainda há um longo caminho a ser percorrido para que as políticas de Direitos Humanos sejam aceitas dentro das Instituições Policiais. Para isso, é fundamental a incorporação da disciplina Direitos Humanos. Ela auxilia a ampliar os horizontes dos policiais, principalmente, dos “novatos”:

Ela é inevitável e necessária, é uma solução civilizatória e nós temos que incentivá-la. Agora, o caminho é longo; nós realmente temos algumas dificuldades, mas temos que insistir nisso, e não é só porque a história dos Direitos Humanos... A história da evolução da raça humana... mas por eficiência da Segurança Pública. [...] Eu vou lhe ser bem franco: quando

a gente dá palestras naqueles auditórios com 200, 300 policiais, quando a gente fala destas políticas o pessoal fica ali olhando... Estão de acordo... Agora, quando a gente vai falar com eles diretamente, especialmente quando estão trabalhando... Quando a gente vai lá na vila, lá no bairro, a gente nota que tem um caminho muito longo ainda pela frente, eu estou lhe falando de policiais novos, porque os mais antigos ficam na deles, até porque sabem que eu sou secretário... Mas os mais jovens cobram muito isso... nós devemos muito à formação. (Gestor Institucional RS. Informação verbal).

Talvez essa evolução apontada pelo Gestor tenha uma relação com o novo perfil de policiais que estão ingressando na Instituição, a maioria dos policiais possui ou estão completando a escolaridade de nível superior, no entanto, essa nova concepção dos Direitos Humanos mesmo entre os “novos policiais” sofre certa resistência, uma vez que ainda acredita-se que os Direitos Humanos foram criados para defender somente o “criminoso”. O Gestor explica que essa visão permeada entre os policiais (Soldados) não é exclusiva deles, mas faz parte do cotidiano de quem trabalha diretamente nas ações de Segurança Pública. Um conceito que foi “deturpado” dentro das instituições policiais e que hoje vem sendo trabalhado na tentativa de desconstruir a maneira de entender e colocar em prática os Direitos Humanos.

Eu administrei o sistema penitenciário daqui e lá nós tínhamos agentes penitenciários muito bem remunerados, não havia requisito para formação em terceiro grau, só que 90%, em face do salário, tinham curso superior, mas a luta com eles era difícil e também lá eu ouvia a mesma coisa do Soldado aqui “você só pensa nos direitos dos presos. Você não pensa nos nossos direitos”, então assim, nós temos um caminho muito longo ainda de formação para esse negócio melhorar. (Gestor Institucional RS. Informação verbal).

Segundo este, é uma tarefa difícil superar a dicotomia entre os direitos do cidadão e os direitos dos policiais, para que se chegue a um objetivo comum, que é uma polícia que respeite os Direitos Humanos. Pois quando se mostra que é preciso dar uma maior atenção à qualificação do profissional, o Policial Militar, para que ele tenha a noção de inviolabilidade desses direitos, parte da sociedade reage afirmando que o estado, nesse caso as entidades de Segurança Pública, estão mais preocupadas com a Polícia do que com o bandido. É interessante porque faz pensar como parte da população ainda “imagina” a polícia, sendo aquela que solucionará todos os problemas por meio do uso exclusivo da “força”.

Uma visita muito importante foi a realizada à Ouvidoria da Segurança Pública, criada em agosto de 1997, por meio do Decreto n.º 39.668⁴, cujo principal objetivo era receber denúncias, reclamações e sugestões da sociedade referentes à prestação de serviço na área da Segurança Pública.

Na visita feita à Ouvidoria, procuramos saber como funciona o trabalho desse órgão vinculado à Secretária de Segurança Pública. Embora tenha sido criado por Decreto, a Ouvidoria ainda é um cargo de confiança delegado pelo governador com um mandato de dois anos, podendo ser renovado. A linha ética depende muito do compromisso e responsabilidade do Ouvidor; a atual equipe que trabalha no escritório é composta por pessoas que possuem perfil e histórico de atuação em movimentos sociais a favor dos Direitos Humanos. Durante a última gestão, a Ouvidoria estava sem exercer sua principal função. Segundo a atual equipe da Ouvidoria, a postura de atuação da gestão anterior

4 Ver <http://arquivonoticias.ssp.rs.gov.br/edtleis/1108060554Decreto_39668_17agosto1999.pdf>.

era omissa em relação aos casos de violência praticada por Policiais Militares – o que fez com que a Ouvidoria ficasse “desacreditada” perante a população, até porque não se sabia o real serviço prestado por ela, já que deixava de atuar. Mas hoje, com um trabalho de divulgação, a procura pelo serviço tem aumentado.

O governo anterior era só repressão. Repressão não só nas ações de crime como na política, extrapolava a questão da Segurança Pública. O que nós percebemos que as pessoas já sabem sobre a ouvidoria é quando mais se divulga, aumenta a procura, mas é perceptível que elas chegam quando já está em uma situação extrema. Tem certos níveis que as pessoas toleram, é muito difícil saber a porcentagem de pessoas que procuram o serviço. (Equipe da Ouvidoria, informação verbal).

Além de executar as atividades da Ouvidoria, acompanhando os variados casos que chegam e assessorando os denunciante nos Processos, a atual equipe da Ouvidoria tenta buscar “reconstruir” a imagem do órgão. Mostrar a importância dele na defesa dos Direitos Humanos, e que pode sim ocorrer uma penalidade para quem transgredir esse Direito, sobretudo, quando o transgressor é funcionário da Segurança Pública: Policial Militar, Civil ou Bombeiro. Para a equipe da Ouvidoria, a punição aos transgressores, pode ajudar o estado a melhorar a qualidade do serviço prestado à sociedade.

Antes aqui não estava atuando, estava cheio de processo, esse trabalho de construção, de mostrar que a ouvidoria realmente atua. Os processos chegam aqui no início e nós acompanhamos até o mais próximo do final, o que existe não é apenas uma punição, isso vai fazer diferença ou não nos serviços. (Equipe da Ouvidoria, informação verbal).

Quando indagados se uma formação em Direitos Humanos poderia ajudar o Policial Militar a não cometer transgressões (violência física e abuso de poder), a equipe da Ouvidoria acredita que a carga horária na formação em Direitos Humanos é muito inferior à expectativa, dada à importância tem na atividade policial. Para eles, a formação do policial em Direitos Humanos deveria não somente contar com teoria, mas sim buscar uma conciliação com a prática. Desse modo, poderá surtir um resultado positivo na formação do profissional.

Pela carga horária ainda não tem os resultados que deveriam ter, por isso é preciso ter o debate com a prática para as pessoas refletirem e perceberem que todos tem esse direito, inclusive os policiais. (Equipe da Ouvidoria, informação verbal).

Outra Instituição bastante atuante na Brigada Militar é a Corregedoria Militar, que recebe processos oriundos da Ouvidoria de Segurança Pública do Estado, é por meio dela que chegam as denúncias referentes a Policiais Militares com má conduta no exercício da profissão. As denúncias mais frequentes que passam pela Ouvidoria são: extorsão, agressão física, invasão de domicílio e abuso de autoridade. Todas elas são apuradas de acordo com sua especificidade, mediante a isso se dá o seguimento ao Processo.

A gente recebe ou repassa, então, dependendo da situação, se for uma situação crime, nós temos um setor criminal, e esse setor se encarrega de fazer essa avaliação, e quando difere, a gente remete para os comandos regionais e isso toma uma posição. A gente recebe pessoas aqui também reclamando e fazemos uma análise preliminar, e daqui a gente encaminha ou para a sessão

de análise criminal ou repassa para os comandos regionais. (PMs responsáveis pelo atendimento na Ouvidoria da Brigada Militar, informação verbal).

Após a denúncia feita na Ouvidoria é dado o prazo de 90 dias para que o denunciante obtenha as devidas respostas. É concedido ao denunciante um formulário (documento comprovando a denúncia realizada) e todos os contatos (telefone, *e-mail* e fax) da Ouvidoria para que ele possa acompanhar o resultado da denúncia.

Os dois policiais responsáveis pelo atendimento na Ouvidoria da Brigada comentam que, embora não tenham conhecimento de como é a reação dos policiais que são denunciados no órgão, uma vez, que os processos não ficam a cargo do departamento que recebe as denúncias, eles são encaminhados para outras sessões. Entretanto, as respostas que chegam após a apuração das denúncias é na sua maioria de caráter corporativo, alegando que não houve nenhum crime cometido pelo policial.

A gente estabelece um prazo de, no mínimo, 90 dias para começar a dar uma resposta. Nós enviamos um formulário ou coisa do tipo para a pessoa, e ela tem todos os contatos daqui para poder ligar e perguntar como anda o caso. (PMs responsáveis pelo atendimento na Ouvidoria da brigada Militar, informação verbal).

As recorrentes denúncias que chegam à Ouvidoria aparentam um aumento da violência policial, mas para os PMs que trabalham no Órgão, o que ocorre é que as pessoas estão tendo uma maior facilidade de acesso ao serviço da Ouvidoria.

Temos visto hoje que aumentou o número de queixas, não necessariamente por causa da violência, mas porque as pessoas estão tendo mais acesso. A questão do acesso fez com que aumentasse o número de denúncias. (PMs responsáveis pelo atendimento na Ouvidoria da Brigada Militar, informação verbal).

Um dado importante apontado pelos entrevistados da Ouvidoria da Brigada Militar é que a maior incidência de denúncias recai sobre os Policiais Militares com pouco tempo de serviço na instituição. Existem delitos que são característicos do perfil de policiais novatos, já as denúncias contra policiais veteranos são muito menores.

Tem alguns tipos de conduta que são características de policiais novos. A violência, a agressão... os policiais mais novos têm esse perfil. Os mais velhos têm mais informação e sabem que tal situação vai dar problema, então eles evitam. (PMs responsáveis pelo atendimento na Ouvidoria da brigada Militar).

Outro ponto evidenciado é que a noção de Direitos Humanos precisa ser mais trabalhada dentro da polícia, pois há policiais que não têm uma concepção sobre o assunto, isso gera uma confusão na hora da atuação do policial.

[...] Porque as pessoas não entendem que o que gera a violência é a pessoa confundir até onde ela pode atuar, e isso tem que ser bem trabalhado dentro da Polícia Militar, para as pessoas se conscientizarem que isso é uma coisa importante. (PMs responsáveis pelo atendimento na Ouvidoria da brigada Militar, informação verbal).

Para o Gestor da Corregedoria a Polícia Militar está atenta às mudanças ocorridas na sociedade. Os Direitos Humanos têm influência direta nas transformações ocorridas dentro da Polícia Militar.

Independente de força de lei ou de qualquer outra questão de ordenamento jurídico... o respeito aos Direitos Humanos, acho que quanto mais isso ocorrer, tanto maior será o nosso nível de civilização e a PM como um agente permanente nas relações com a sociedade tem um papel fundamental nas ações concretas de respeito aos Direitos Humanos. (Corregedor Geral da Brigada Militar, informação verbal).

Na visão do Gestor, a inserção da disciplina de Direitos Humanos no curso de formação do policial foi fundamental, porque esse policial precisa lidar com situações diversas no campo de trabalho.

Ele tem hoje no seu atuar que é uma demanda muito abrangente, ele tem que conhecer do direito ambiental ao direito eleitoral, porque ele lida com tudo isso. (Gestor, Corregedoria, informação verbal)

Tendo o conhecimento mais profundo sobre os Direitos Humanos e, principalmente, colocando-o em prática, consegue-se chegar ao Estado Democrático de Direito.

Nós só vamos ter o Estado Democrático de Direito consolidado a partir do momento que nós respeitarmos o direito fundamental do cidadão, seja ele infrator ou não. (Gestor, Corregedoria, informação verbal)

No que concerne ao ensino, em entrevista realizada na turma do Curso de Oficiais, perguntamos aos alunos, em um total de 25, sobre a estrutura hierárquica da Polícia Militar, até que ponto ela dificulta a atividade policial. Para os alunos, não há nenhuma dificuldade em lidar com a hierarquia, ao contrário, ela facilita na organização a manter o controle interno das atividades.

Acho que facilita a organização, tem o canal do comando para seguir. Às vezes pode haver alguma dificuldade, mas aí é uma dificuldade entre pessoas, aí não seria culpa da estrutura. (Turma do Curso de Oficiais, informação verbal).

Muitos alunos pontuam que a volta aos estudos, neste caso, para ascensão profissional (a obtenção de patente), faz com que eles se deparem com a importância que a hierarquia assume dentro da instituição e fora dela; todavia, não é motivo para causar dificuldades na atividade policial, isso vai depender da postura de cada policial, pois ele tem os ensinamentos de como fazer para administrar essa situação.

Enquanto aos ensinamentos ministrados por meio dos cursos ofertados pela Brigada Militar, a maioria dos alunos comentou que o conteúdo consegue contemplar suas expectativas, no entanto fazem ressalvas quanto à grade curricular. A mais frequente é a incorporação de determinadas disciplinas⁵ que, segundo eles, não são tão relevantes na área de atuação policial.

Aluno Oficial 1: Atende às minhas expectativas, esperava um pouco mais em algumas situações e um pouco menos em outras situações. Acho que nos prepara sim para exercermos a função a que nos propusemos.

Aluno Oficial 2: Acho que como toda instituição de ensino no Brasil, acho que deveria ser visto e melhor adequado, ou seja, tem áreas que não são necessárias e estão na grade curricular e tem áreas de grande valia que não estão na grade curricular; fica difícil eu citar aqui assim, talvez até não deveria. (Alunos do curso de Oficial da Brigada Militar, informações verbais).

⁵ Os alunos preferiram não informar quais seriam essas disciplinas.

Para um grupo de alunos da turma, a pesquisa científica na área da Segurança Pública poderia ser mais bem trabalhada dentro dos cursos de formação, tanto no quesito divulgação quanto no incentivo à produção. Há uma ideia central que pode ser observada a partir dos depoimentos dos alunos: todos têm a plena consciência de que o que é trabalhado no curso, em especial, na formação de oficiais, vai auxiliá-los a enfrentar situações na área da gestão de batalhões e na organização das operações militares.

Só que uma coisa que se discute muito em aula e que fica claro é que [e é uma perspectiva parece que da instituição e da própria sociedade] ele vai ser um gestor, um fiscalizador, alguém que vai gerenciar o serviço prático na rua e ele vai solucionar todos os problemas. (Grupo de alunos do Curso de Oficiais da Brigada Militar, informação verbal).

Questionamos o grupo sobre a formação em Direitos Humanos; como o conteúdo dessa disciplina é ministrado. Os alunos disseram que todos os cursos ministrados pela instituição têm a preocupação com os Direitos Humanos, pois há hoje uma preocupação da instituição em focar esse tema. Mencionaram que disciplinas como: relações humanas, ética e cidadania trazem essa perspectiva. Os instrutores dos cursos tentam trabalhar isso a partir de uma prática. Segundo, os alunos:

Aluno Oficial 1: O instrutor passa para gente sempre nos colocando no lugar do outro. Se você vai abordar alguém e esse alguém é você mesmo, como é que tu vais agir? Daquela forma diferente do que você gostaria de ser abordado? Aí a gente já pensa antes de fazer qualquer coisa nessa situação, isso eles deixam bem claro.

Aluno Oficial 2: Todos os instrutores, de todas as matérias agindo com uma abordagem na direção defensiva e pensando: tudo o que tu fizeres, faça como se você fosse o outro e tu tivesses que atuar. 'se fosse você, como você iria tratar aquela pessoa, tu estás te enxergando, aí te coloca no lugar e você estará agindo de acordo com os Direitos Humanos'. (Grupo de alunos do curso de oficial da Brigada Militar, informação verbal).

Fazer respeitar os Direitos Humanos foi o que mais se escutou nas entrevistas. Mas antes de assegurar os Direitos Humanos, ressaltaram que existe uma formação anterior à do Policial Militar, que é a educação baseada na instituição família e que o indivíduo traz consigo para dentro da ambiente de trabalho, ela possibilita uma reflexão na sua postura de vida, nas ações que vêm a tomar como Policial Militar. Então, o policial não vai somente agir com responsabilidade porque é uma lei que precisa ser obedecida, mas sim porque é um ser humano.

Aluno Oficial 1: Primeiro que educação já se traz de casa. Dentro da formação militar tem uma cobrança, e a tua instrução, a tua orientação é focada nesse sentido, tu associas a tua formação em casa com os teus pais e a tua formação dentro da legalidade.

Aluno Oficial 2: Acho que é adesão pessoal, porque além de ele ser um policial ele é um ser humano também, então quando ele tira a farda, ele vai querer ser bem tratado, por isso ele vai tratar bem as pessoas que estão do lado dele. (Grupo de alunos do curso de oficial da Brigada Militar, informação verbal).

Com frequência, notou-se pelos discursos que os futuros oficiais reconhecem que os cursos de formação poderiam ser mais bem aprimorados, embora consiga dar uma base boa para o exercício da profissão. Essa mesma opinião encontra-se entre os

Soldados (Praças) que têm uma formação diferenciada dos oficiais. Durante a entrevista realizada com um grupo de Soldados que passava por um curso de aperfeiçoamento, a principal divergência encontrada entre os dois grupos são em relação à concepção de Direitos Humanos. Enquanto para os futuros Oficiais esses direitos precisam ser respeitados e vivenciados dentro da prática policial, já para a maior parte dos Soldados entrevistados, os Direitos Humanos ajudam a proteger o criminoso. Foram poucos os policiais que apresentaram opinião diferente.

Qual é a concepção de vocês sobre Direitos Humanos?

PM 1: Proteger o cidadão dos abusos do estado.

PM 2: Garantir os direitos dos cidadãos à liberdade, à vida.

PM 3: Feito para defender vagabundo, mas eu tô vendo agora que não é bem assim.

PM 4: Usam esse nome pra defender vagabundo.

PM 5: Eu acho que os Direitos Humanos foi construído na época errada, porque eles fizeram na época da ditadura militar e fizeram para favorecer aquele momento, e agora está favorecendo só vagabundos. (Grupo de alunos do curso de aperfeiçoamento de Soldados, informações verbais).

Os Soldados questionaram a atuação dos Direitos Humanos. Segundo os militares, eles também têm esse direito, no entanto, não se vê o mesmo tratamento que é destinado ao criminoso em relação aos policiais que morrem ou são vítimas de criminosos durante as atividades policiais: “O fato é que a discussão do D.H só acontece quando é com os bandidos, quando nós sofremos agressão isso não acontece” (Grupo de alunos do curso de aperfeiçoamento de Soldados, informação verbal).

Já as Praças e Oficiais que trabalham no 21º Batalhão da Brigada Militar que está localizado em um dos maiores bairros de Porto Alegre, Restinga, falam com entusiasmo sobre o projeto chamado *Territórios da Paz*⁶, vinculado ao Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI), e pertencente ao RS NA PAZ⁷, o Programa Estadual de Segurança Pública com Cidadania. Além da Restinga, existem mais três bairros onde o projeto atua: Lomba do Pinheiro, Santa Tereza e Rubem Berta. O projeto Territórios da Paz tem por finalidade fazer intervenção do estado em localidade com altos índices de violência e criminalidade.

Esse projeto tem uma semelhança com a projeto de Polícia Comunitária, também implantada no estado, mais precisamente no município de Caxias do Sul. A visita ao Batalhão possibilitou presenciar o perfil do Policial Militar que atua com mais proximidade junto à comunidade. Para o oficial⁸ responsável pelo Batalhão, a formação do policial em Direitos Humanos contribui para se ter uma polícia cidadã, na medida, em que “abre para esse profissional, uma porta e perceber o quanto é valioso essa ação dele dentro da proteção ao cidadão” (Oficial responsável pelo 21º BPM, informação verbal).

⁶ Ver <<http://portal.mj.gov.br/pronasci>>

⁷ Ver <<http://www.ssp.rs.gov.br/?model=conteudo&menu=197>>.

⁸ Em caráter de respeito e lealdade ao entrevistado não identificaremos o policial militar, pois, não obtivemos sua autorização.

Todos os Policiais Militares que trabalham no 21º BPM moram no bairro ou nas adjacências, o que facilita a comunicação e estreita as relações com a comunidade. Essa característica é importante, já que o efetivo do Batalhão é de 140 Policiais Militares para uma área de aproximadamente dois mil hectares. “Aqui a relação é mais próxima, a comunidade entende que estamos aqui para a defesa deles. Aqui é desenvolvido projetos, os policiais aqui são conhecidos.” (Gestor responsável pelo 21º BPM, informação verbal). Segundo o Oficial, desde que foi implantado o “território da paz”, em setembro de 2011, já houve uma diminuição de 40% no número de homicídios.

Para conseguir desenvolver as atividades na área da Restinga, o 21º BPM, que conta com 146 policiais, se reúne sempre uma vez por mês. O objetivo é de planejar as ações do Batalhão e, também, proporcionar uma maior integração entre a corporação, valorizando as ideias de cada policial, assim, ele se sente comprometido com o trabalho na comunidade.

É importante a integralização do policial, se sentir integrado, se sentir valorizado. Porque se ele conseguir mudar alguma coisa aqui, ele próprio vai ser beneficiado. Ele vive aqui. (Gestor responsável pelo 21º BPM, informação verbal).

Ainda de acordo com esse policial, o histórico do Batalhão sempre contou com uma aproximação junto à comunidade, assim perceberam que a repressão não é o caminho mais adequado “a repressão é a pior forma de se punir, a prevenção é a melhor forma, mas sai mais cara e é eficaz, mas em longo prazo” (informação verbal).

O contato mais próximo com o cidadão e com a comunidade são os motivos do projeto “Polícia Comunitária” implantado no município de Caxias do Sul. É o primeiro município do estado a receber o projeto. O coordenador estadual das Polícias Comunitárias explica que a escolha pelo município é atribuída aos seguintes fatores: a) ser maior cidade do interior; b) ter um dos maiores índices de furto e roubo; c) possuir o maior número de associações de moradores. Este último é fundamental para o sucesso do projeto, já que facilita o estabelecimento de um diálogo com a comunidade por meio das associações.

Somente para esta etapa de implementação do núcleo no município, o governo do estado deve investir 1,2 milhões de reais, depois haverá mais duas etapas a cumprir: a extensão para todo o perímetro urbano, por conseguinte, chegar ao interior do município de Caxias do Sul. Dentro desse investimento está incluída a formação dos Policiais Militares que vão atuar no projeto. Para os outros núcleos de Polícia Comunitária, que irão abranger 18 bairros do município, a Secretaria de Segurança Pública, procederá da seguinte maneira: a) identificação das áreas que o projeto tem viabilidade para funcionar; b) seleção de policiais com perfil para trabalhar no projeto; c) Capacitação dos Policiais Militares:

Primeiro nós identificamos as áreas necessárias em que o projeto se encaixaria. São 10 núcleos de Polícia Comunitária, que abrangem 18 bairros do município. Todos esses bairros estão localizados no entorno da área central, porque o centro tem uma outra dinâmica, que as pessoas não são tão comunitárias, não têm aquela convivência, porque as pessoas vão para comprar e não permanecem no centro, por isso nós pegamos essas áreas que têm um maior

índice de criminalidade nesse tipo de crime, que é o furto e o roubo. Então, nós identificamos as áreas e os policiais com o perfil, porque nós sabemos que tem que ter uma boa vontade do policial para poder fazer a aproximação do policial com a comunidade. Identificamos essas pessoas e separados nós fizemos a capacitação. Então todos receberam uma capacitação que em uma primeira fase foi de 40 horas falando sobre a política da Polícia Comunitária, durando uma semana inteira. (Coordenador Estadual da Polícia Comunitária, informação verbal).

Esse projeto chama a atenção para o profissional que vai trabalhar nessas localidades. O Policial tem que preencher alguns requisitos, por exemplo, ser casado, ter excelente histórico profissional e disciplinar, não desempenhar nenhuma atividade paralela de caráter remunerado e morar na comunidade. O fato de o Policial Militar residir na comunidade faz com que ele ganhe a confiança dos moradores e faça parte do cotidiano deles, assim o policial pode saber as necessidades da comunidade. Os moradores terão participação na construção das atividades da Polícia Comunitária.

Através das associações que fazem a mobilização, as pessoas contribuem com sugestões e informações importantes para segurança, e a partir disso o policial programa a jornada de trabalho dele. Ele estabelece como prioridade aquilo que a comunidade sugeriu. (Coordenador Estadual da Polícia Comunitária, informação verbal).

O projeto da Polícia Comunitária é uma proposta de Segurança Pública de prevenção da violência e criminalidade em longo prazo, que merece atenção para os resultados que se deseja alcançar, por isso, foi criado um Observatório do projeto. A intenção é acompanhar o desempenho das ações desenvolvidas, em especial.

A integração com a comunidade, número de reuniões comunitárias, o que foi encaminhado na reunião, aquilo que a comunidade propôs, como é que isso foi encaminhado, se teve continuidade. Então o observatório nos dá todo esse panorama do projeto. (Coordenador Estadual da Polícia Comunitária, informação verbal).

A abertura das instituições militares, a Polícia, para conhecimento e ensinamento dos Direitos Humanos tem uma influência nesse “novo perfil” de Polícia Militar que se pretende construir no país, já que a ideia de uma polícia mais próxima da comunidade e cidadã faz parte de uma política de Segurança Pública Nacional, na qual cada estado brasileiro busca adequar de acordo com sua realidade local. No estado do Rio Grande do Sul, já há uma mobilização para que isso aconteça como foi descrito acima.

Vale ressaltar que o curso Básico de Formação de Policial Militar, possui 47 disciplinas, divididas em três ciclos por módulos: Ciclo I: módulo Integrado; Ciclo II: Módulo Polícia Ostensiva I; Ciclo III: Módulo Polícia Ostensiva II, cada um deles têm uma carga horária mínima de 15 horas e máxima de 60 horas. A disciplina de Direitos Humanos tem 30 horas, e suas correlatas, como por exemplo, Ética e Cidadania, 20 horas; Relações Humanas e Comunicação Social, 20 horas; Polícia Comunitária, 20 horas. Salienta-se ainda que a transversalidade das disciplinas, as chamadas operacionais, tem um importante aspecto de transversalidade com os Direitos Humanos segundo os gestores entrevistados.

3.3.1. Considerações de análise de Porto Alegre

A partir do que do que foi captado pelos pesquisadores de campo, buscou-se traçar avanços, problemas e contradições da BMRS – Brigada Militar do Rio Grande do Sul no que diz respeito aos Direitos Humanos.

Durante a análise dos relatos coletados na pesquisa de campo, pôde-se averiguar que há um ponto comum entre os discursos dos Oficiais e Soldados. Ambos consideram que o curso de formação militar consegue atender pontualmente os requisitos mínimos para o exercício da profissão, no entanto, por várias vezes argumentam que os conteúdos ministrados poderiam ser mais desenvolvidos ao longo curso. Outra questão levantada, em particular, pelos Soldados é o tempo de duração do curso, seis meses, eles acreditam que seja pouco tempo para o elevado grau de exigência da profissão. Segundo os policiais, o curso deveria ter no mínimo um ano de duração.

Já nas Ouvidorias (da Brigada Militar e da Secretaria de Segurança Pública), o trabalho tem sido de divulgação do serviço, ocasionando o aumento da procura por esses órgãos. No período de nove anos (2004-2012)⁹, fora um total de 7.014 denúncias na Ouvidoria da Brigada Militar, do qual 4.755 foram *denúncias de violência prática por PMs*. A equipe da Ouvidoria pública do estado critica a morosidade e o corporativismo militar em julgar os processos de denúncia contra policiais. No decorrer das entrevistas, membros das duas Ouvidorias comentaram a necessidade de se trabalhar mais os Direitos Humanos dentro da Polícia Militar.

Os depoimentos colhidos durante as entrevistas revelaram a opinião constante de que o curso de formação poderia melhorar, apesar de contemplar as necessidades básicas para habilitar o policial a exercer a profissão. Esse “melhorar” pode ser entendido como a diminuição da carga horária de certas disciplinas, bem como a retirada e inclusão de outras – sobre as disciplinas que poderiam ser suprimidas da grade curricular, os alunos preferiram não citar. Mas entre as disciplinas que mereceriam mais atenção estão Ética, Cidadania e Relações Humanas, disciplinas que apresentam transversalidade com os Direitos Humanos.

O Departamento de Ensino da Brigada Militar cedeu a grade curricular do Curso de Formação do Policial Militar para efeito de análise desta pesquisa. Verificou-se que o Curso Básico de Formação de Policial Militar possui 47 disciplinas, divididas em III ciclos por módulos: *Ciclo I: módulo Integrado; Ciclo II; Módulo Polícia Ostensiva; Ciclo III: Módulo Polícia Ostensiva II*. Cada um deles tem uma carga horária mínima de 15 horas e máxima de 60 horas. Como pôde ser notado, a formação na área que envolve diretamente os Direitos Humanos (Ética, Cidadania, Relações Humanas e Polícia Comunitária) é menor. Isso é fator de preocupação entre os Policiais Militares, cria a sensação de insegurança no momento de colocar em prática, no cotidiano das ruas, o que aprenderam no curso.

Não foram somente em uma ou duas entrevistas realizadas que encontramos críticas à carga horária e disciplinas do curso. Seria interessante se os Centros de Formação criassem oportunidades aos alunos para dar opinião/sugestão quanto à elaboração do desenho curricular do curso.

⁹ Dados fornecidos pela Ouvidoria da Brigada Militar.

A primeira conclusão a que se chegou foi a de que o discurso conceitual sobre Direitos Humanos não se distingue muito entre Gestores, Praças e Oficiais, a diferença consiste em como cada um enxerga a *aplicabilidade* desses conceitos no cotidiano; a partir das entrevistas e grupos focais executados nas visitas aos locais supramencionados, foi possível perceber que, para eles, principalmente os Gestores, os Direitos Humanos são parte fundamental do processo de evolução da sociedade, uma “solução civilizatória” inevitável e necessária; ambos entendem que a aplicabilidade dos conceitos de Direitos Humanos consiste na observância à lei. Em uma palavra, a eficácia de um atendimento policial não se mensura pela brutalidade da ação policial, pelo excesso de coerção, mas sim pelo cumprimento da lei; se o policial cumpre a lei, está respeitando os Direitos Humanos.

Entretanto, para os Gestores e para os Oficiais, o policial (mormente o “de rua”) deve ser capaz de exercer sua função sem exceder limites, respeitar todos os indivíduos de forma igual partindo da premissa de que todos são seres humanos, independente de sua conduta perante a sociedade. A maioria reconhece que embora tenham ocorrido avanços no cumprimento dos Direitos Humanos, ainda há um longo caminho a ser percorrido para que as políticas sobre o assunto sejam aceitas dentro das instituições policiais.

Já quando é questionada a concepção de Direitos Humanos junto as Praças, estes sentem-se excluídos da cobertura dos Direitos Humanos. De um modo geral, entendem a necessidade de observância à lei (como foi dito antes) até como garantia de legalidade, mas acreditam que só algumas minorias têm os direitos defendidos e os Policiais Militares não estão entre estas, sendo que há os que acreditam que “Direitos Humanos” favorecem bandidos. Os comentários abaixo indicam isso:

Eu acredito que os Direitos Humanos são para todos, porém nós sabemos que os órgãos de Direitos Humanos batalham muito mais em prol daqueles que eles consideram menosprezados do que do lado daquele que representa o Estado, mas que os Direitos Humanos existem para todos, existem para todos. Mas a gente sabe que são dois pesos e duas medidas. A gente vê em campanhas nas redes sociais até aquele cachorrinho que morreu agredido, mas a gente não vê campanhas nas redes sociais para aquele PM pai de família que morreu combatendo, que morreu no atendimento de uma ocorrência; a maioria do povo diz o seguinte: “entrou na polícia porque quis, sabia que tinha risco de vida”. E outra coisa, eu, em meus 20 anos de Brigada, nunca vi nenhum órgão de Direitos Humanos chegar até a viúva do Soldado e perguntar se está tudo bem, se não está precisando de nada... (Grupo focal com Alunos-oficiais no Departamento de Ensino da BMRS, informação verbal).

As declarações acima foram obtidas durante a entrevista realizada com um grupo de alunos do curso de Aperfeiçoamento de Praças e com o grupo de Alunos-Oficiais e a principal divergência encontrada entre os dois grupos são em relação à concepção de Direitos Humanos. Enquanto todos os futuros Oficiais que se pronunciaram disseram estar certos de que esses direitos precisam ser respeitados e vivenciados na prática policial; para os Praças entrevistados, os Direitos Humanos ajudam a “proteger bandido”, sendo minoria os policiais que apresentaram opinião diferente¹⁰.

¹⁰ Sendo que um policial disse em processo de mudança de concepção.

Como se indicou anteriormente são frequentes as reclamações por parte dos Policiais Militares quanto à inobservância dos seus direitos, no entanto nos desabafos percebeu-se o incômodo quanto à diferenciação que se tende a fazer entre desvios oriundos do cidadão civil e do militar. Conforme relatos aos pesquisadores, “o policial é previamente condenado pela sociedade”, o que força a inferir que o policial não pode cometer erros; mas, no que diz respeito a essa diferenciação, talvez fosse válido refletir: o policial é um ser humano, portanto passível de erros. No entanto, ele exerce, na sociedade, a função fiscalizadora/punitiva daqueles que vão de encontro à lei, o que o torna diferente dos demais. Se há um policial que transgredir as regras legais de civilidade, como esse mesmo agente poderá cobrar dos outros cidadãos? A polícia é um instrumento de correção do Estado aos seus concidadãos, portanto:

Tudo o que o policial faz é potencializado porque aqueles valores que ele deve cultivar e defender ele não pode violar. Como é que eu vou admitir um policial que furta, que rouba? Eu não posso admitir, porque uma das missões dele é zelar pelo bem da coletividade, ele ali representa o Estado [...] (Corregedoria da BMRS, informação verbal).

O próprio Estatuto da Brigada Militar¹¹ aponta em seu artigo 3º que “constituem uma categoria especial de servidores públicos estaduais, sendo denominados Policiais Militares”, reconhecendo o caráter distinto de sua destinação constitucional, qual seja, exercer a Segurança Pública para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio.

Outro aspecto é a evolução dos valores e concepções de Direitos Humanos (ainda sutil) presente nas corporações Policiais Militares, esta evolução tem, talvez, relação com o novo perfil dos policiais que estão ingressando na instituição, a maioria deles possui ou está completando o nível superior; ou seja, trazem com eles um arcabouço teórico e ideológico que lhes permite enxergar a sociedade de maneira dessemelhante.

Porém, de modo geral, essa “nova concepção” dos Direitos Humanos ainda sofre certa resistência, uma vez que é um vício social acreditar que os Direitos Humanos foram criados para defender somente o “criminoso”, o “delinquente”. Essa visão que paira entre os policiais não é exclusiva deles, está incutida no imaginário da sociedade, e o Policial vem da sociedade (isto é, traz com ele preconceitos, valores etc., os quais vigoram em seu ambiente social); e faz parte do cotidiano de quem trabalha diretamente nas ações de Segurança Pública. A saída é trabalhar na tentativa de desconstruir essa maneira de entender e colocar em prática os Direitos Humanos via *formação*.

Outrossim, reconhece-se que, para que, de uma forma generalizada, os policiais aceitem os *princípios* de Direitos Humanos, é fundamental a incorporação de disciplinas de Direitos Humanos, pois auxiliam na ampliação do horizonte dos policiais, principalmente dos “novatos”:

Ela é inevitável e necessária, é uma solução civilizatória e nós temos que incentivá-la, agora o caminho é longo; nós realmente temos algumas dificuldades, mas temos que insistir nisso, e não é só por que a história dos Direitos Humanos... a história da evolução da raça humana... mas por eficiência da Segurança Pública. (Secretaria de Segurança Pública, informação verbal).

11 BRASIL, Estatuto dos Policiais Militares do Estado do Rio Grande do Sul.

Na BMRS, ouviu-se dos entrevistados que:

Direitos Humanos [...] pode ser mais trabalhado, porque as pessoas não entendem que o que gera a violência é a pessoa confundir até onde ela pode atuar, e isso tem que ser bem trabalhado dentro da Polícia Militar, para as pessoas se conscientizarem que isso é uma coisa importante. (Ouvidoria da BMRS, informação verbal).

Para tanto, sugere-se que se dê lugar de destaque ao repasse, não só de *caput*, artigos e incisos, mas dos princípios e valores contidos nos Direitos Humanos, de maneira a captar sua essência. Entender Direitos Humanos não na perspectiva de obrigatoriedade, mas acentuar a ideia de responsabilidade e importância nas relações humanas e na ação policial.

Igualmente, reajustes na carga horária da formação em Direitos Humanos, aumentando-a, seriam bem-vindos, dada a importância que tem para robustecer o bem servir na atividade policial.

Pela carga horária, ainda não tem os resultados que deveriam ter, por isso é preciso ter o debate com a prática para as pessoas refletirem, e perceberem que todos tem esse direito, inclusive os policiais. (Ouvidoria de Secretaria de Segurança Pública, informação verbal).

Não obstante, parafraseando o Policial Militar que acredita que:

Nas matérias mais específicas, nós precisaríamos de mais atividades práticas... seria interessante se todos nós tivéssemos oportunidade de observar, ver o colega fazer, porque isso vai servir para a gente ali adiante. (Grupo Focal no Departamento de Ensino, informação verbal).

Ainda a respeito dos ensinamentos ministrados por meio dos Cursos de Formação ofertados pela Brigada Militar, a maioria dos alunos do grupo focal com aspirantes a Oficial no Departamento de Ensino da Brigada Militar comentou que o conteúdo consegue contemplar suas expectativas, mesmo que advoguem que os Cursos de Formação poderiam ser mais bem aprimorados, mas, para eles, os Cursos de Formação conseguem sustentar o exercício da profissão. Porém, fazem ressalvas quanto à grade curricular a exemplo da modificação de determinadas disciplinas e incorporação de outras¹², que, segundo eles, não são tão relevadas na academia policial. Sejam vistas as observações:

Aluno 1: Atende às minhas expectativas, esperava um pouco mais em algumas situações e um pouco menos em outras situações. Acho que nos prepara sim para exercermos a função a que nos propusemos. (Aluno do curso de oficiais da Brigada Militar, informação verbal).

Aluno 2: Acho que como toda instituição de ensino no Brasil, acho que deveria ser visto e melhor adequado, ou seja, tem áreas que não são necessárias e estão na grade curricular e tem áreas de grande valia que não estão na grade curricular; fica difícil eu citar aqui assim, talvez até não deveria. (Aluno curso de oficial da Brigada Militar, informação verbal).

Fazer respeitar os Direitos Humanos foi o que mais se escutou nas entrevistas. Mas antes de assegurar os Direitos Humanos, ressaltaram que existe uma formação anterior a do Policial Militar, que é a educação advinda da instituição família e que o indivíduo traz consigo para o ambiente de trabalho. Ficou claro que para os Policiais Militares é

12 A única disciplina citada como candidata à incorporação foi Trânsito.

utópico considerar que a Polícia Militar transforma o caráter de alguém, que, na verdade, enfatiza-se, a formação é familiar. Se existem bons e maus policiais não é porque os bons foram bem formados na academia da PM e os maus foram mal formados. Para eles, a formação se dá no seio familiar, a formação policial é complemento e, sobretudo, uma fonte de conhecimento técnico-operativo.

Primeiro que educação já se traz de casa e dentro da formação militar tem uma cobrança, e a tua instrução, a tua orientação é focada nesse sentido. Tu associas a tua formação em casa com os teus pais e a tua formação dentro da legalidade. (Grupo Focal no Departamento de Ensino da Brigada Militar, informação verbal).

De forma genérica entre os policiais, no discurso, estudar Direitos Humanos possibilita uma reflexão na sua postura de vida, nas ações que vêm a tomar como Policial Militar, então o policial não vai somente agir com responsabilidade porque é uma lei que precisa ser obedecida, mas sim porque é um ser humano.

Acho que é adesão pessoal, porque além de ele ser um policial ele é um ser humano também. Então, quando ele tira a farda, ele vai querer ser bem tratado, por isso ele vai tratar bem as pessoas que estão do lado dele. (Grupo focal com alunos do Departamento de ensino da Brigada Militar, informação verbal).

Respeitam-se as opiniões individuais, todavia em uma análise generalizada é perceptível a sobrepujança da aplicação da lei em detrimento do valor, da adesão moral, quando se diz, por exemplo:

Esse curso também nos proporciona um aprofundamento do assunto Direitos Humanos, além da constituição, é falado aqui dos tratados internacionais. A cada curso tu vais te aprofundando mais no assunto e conhecendo as obrigações, a forma correta de agir na aplicação da lei. Na minha opinião, tem contribuído para nos aprofundarmos mais nas leis, nos acordos, mesmo internacionais e aplicar isso diretamente na vida. (Grupo Focal no Departamento de Ensino da Brigada Militar, informação verbal).

Sobre a “dicotomia” entre direitos do cidadão e direitos dos policiais, sua superação é uma tarefa difícil, mas necessária para que se chegue a um objetivo comum, que é uma polícia que respeite os Direitos Humanos. Todavia, quando se mostra que é preciso dar uma maior atenção à qualificação do profissional, para que ele tenha a noção de inviolabilidade desses direitos, aviva-se outro obstáculo: ao intentar modificar o *modus operandi* da polícia (de forma a torná-la mais amistosa, mais próxima do cidadão), verifica-se o forte clamor público por uma polícia repressora, uma polícia que iniba a criminalidade por força do medo; a opinião pública tende a requerer mais dureza, mais brutalidade etc., postura essa fomentada pela mídia ao exibir programas de televisão (de grande apreciação popular) que preconizam o ódio a quem viola as leis e heroificam as figuras policiais que “pisam na porta e entram atirando”, engendrando na população uma sede de justiça, mas uma justiça “torta”, tendo em vista que se nota, a cada dia, que a sociedade tem se revoltado contra os que promovem a violência, sobretudo urbana, e perdem de vista o limite entre vingança e justiça.

[...] A população não apoia medidas que a gente teria que tomar, medidas mais reformadoras nas nossas polícias, medidas mais técnicas até e de gestão das polícias [...]; se a gente quer mudar alguma coisa

nessas instituições, elas reagem e a mídia e a população reagem junto com ela e dizem assim 'esse cara ao invés de estar se preocupando com bandido, está se preocupando com a polícia', por quê? Porque as pessoas querem dureza, querem apenamento maior... (Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul, informação verbal).

Um dado importante apontado pela Ouvidoria da Brigada Militar é o fato de a maior incidência de denúncias recair sobre os Policiais Militares com pouco tempo de serviço na Instituição, talvez pelo ímpeto da juventude ou pela ideia de polícia que ele traga de fora para dentro da Brigada.

Tem alguns tipos de conduta que são características de policiais novos. A violência, a agressão... Os policiais mais novos têm esse perfil. Os mais velhos têm mais informação e sabem que tal situação vai dar problema, então eles evitam. (Ouvidoria da Brigada Militar, informação verbal).

O projeto da Polícia Comunitária é uma proposta de Segurança Pública ousada de prevenção da violência e criminalidade, em longo prazo, que merece atenção para os resultados que se deseja alcançar, por isso, foi criado um Observatório do projeto.

A intenção é acompanhar o desempenho das ações desenvolvidas, em especial a integração com a comunidade, número de reuniões comunitárias, o que foi encaminhado na reunião, àquilo que a comunidade propôs, como é que isso foi encaminhado, se teve continuidade, então o observatório nos dá todo esse panorama do projeto. (Coordenador Estadual da Polícia Comunitária, informação verbal).

Percebeu-se que as medidas, disciplinas e a preocupação ética no combate aos excessos das Corporações Policiais Militares são bastante frequentes na Brigada Militar, e revelam que, diferente do que se possa pensar, são os policiais mais novos que cometem as infrações com maior frequência. Ademais, como todo mecanismo que vise corrigir falhas éticas de determinados grupos, as Ouvidorias e as Corregedorias enfrentam barreiras, com enfoque no *corporativismo*, talvez o maior deles. Como vimos, esse *corporativismo* tem, possivelmente, fundamento no fato de um policial precisar do outro, porém não se pode ser ingênuo o bastante para desconsiderar os interesses, as trocas de favores nem tão nobres assim.

Por fim, a hierarquia, que, como vimos, apresenta-se de pelo menos duas formas: a necessária à organização e a repressora, que prejudica as relações entre comandados e comandantes, e entre Polícia e população, uma vez que quem age com autoritarismo tende a julgar-se superior, acima do bem do mal e esta postura não raramente ultrapassa os muros do Batalhão, ou seja, exercida arbitrariamente torna-se ácida a qualquer estrutura.

3.4. BRASÍLIA (DF)

Vários Oficiais se dispuseram a falar abertamente sobre o tema Segurança Pública e Direitos Humanos, de forma que pudemos entrevistar vários Oficiais, Praças e Gestores, o que nos deu uma visão bastante ampliada e específica dos conteúdos, da aplicabilidade e dos avanços no campo dos Direitos Humanos e do ensino.

Toda essa colaboração tem um importante significado, pois quando a Polícia Militar do Distrito Federal se abre para a pesquisa científica está se abrindo também para a sociedade e permitindo um diálogo que só pode gerar bons frutos. Uma hipótese válida para a abertura da Polícia Militar Brasiliense é o elevado percentual de Oficiais que possuem ensino superior, hoje eles são maioria. Pudemos constatar nas entrevistas, a PMDF já se adaptou ao modelo interdisciplinar de conhecimento específico em Segurança Pública (sem dúvida essencial na instituição) *versus* conhecimento científico-acadêmico.

No campo dos Direitos Humanos, a PMDF evoluiu muito nos últimos anos, podemos dizer que está em vigor um processo de mudança de paradigma, e muitos grupos da polícia visivelmente estão se esforçando para humanizar o serviço de Segurança Pública. Mas é evidente que ainda existem vários problemas e empecilhos para que possamos falar de uma “nova PMDF”, humanizada e cumpridora de todos os requisitos de Direitos Humanos. No entanto, é visível notar que ser policial não faz parte de um ideário, como se constata na fala:

A gente vive num mundo globalizado em que tudo é muito rápido, em que não tem mais idealismo. Os próprios partidos políticos tinham idealismo, antigamente, eu era criança, vivi isso, meus pais viveram isso, era bem definida a ideologia partidária. Onde eu quero chegar com isso? A própria polícia hoje, a senhora vê isso aqui, para muitos é um emprego, que se amanhã tiver oportunidade de arrumar um outro melhor, que remunere melhor, ele vai sair daqui. Para muitos, isso aqui é um trampolim, não é vocação. (Aluno Oficial da PMDF, informação verbal).

A fala do Aluno Oficial da PMDF sozinha poderia nos ajudar a entender uma boa parte da dificuldade em implantar uma cultura dos Direitos Humanos na Polícia Militar, e não apenas na polícia de Brasília, mas na PM brasileira em geral. A profissão de policial é dotada de enorme importância social e por isso mesmo é um cargo de grande responsabilidade, e quando o profissional não desempenha sua função com gosto, os efeitos não incorrerão apenas sobre ele, mas sobre toda a população. Da mesma forma como acontece com os professores nas escolas, com os médicos nos postos da Saúde Pública, e com os políticos de qualquer instância do poder.

Se partirmos do princípio de que os policiais estão descontentes e desencantados com a sua função apenas porque a maior parte deles não tem a vocação necessária para ocupar o cargo que detém, não nos restará muita opção a não ser concluir que essa problemática é um beco sem saída. Mas mesmo não tendo conversado com um número muito grande de oficiais, nós pudemos observar que em muitos casos o desencanto para com a profissão se dá frente a uma porção de realidades cotidianas que colaboram para o desencantamento com a profissão, ou seja, não é um desencanto com o cargo de policial, mas com questões como remuneração, precarização do trabalho (que envolve desde insegurança no trabalho até falta de tempo para o lazer e para a família) e outro fator que é muito relatado nas entrevistas é o sentimento de desprestígio por parte da própria sociedade, afinal, qual é a visão altamente propagada do policial brasileiro? Corrupto, violento, autoritário etc. Para os bons policiais, os cumpridores da lei e reais defensores da sociedade, esses estigmas têm forte poder e operam de forma negativa em seu dia a dia. Em nossas entrevistas, nós encontramos algumas dessas insatisfações claramente descritas.

Há casos de precarização da atividade policial (é um número grande de falas, mas a intenção nessa primeira parte do trabalho é justamente de dar voz aos Oficiais):

Hoje em dia não tem um que tenha uma carga definida de trabalho (em qualquer estado, não tem), você pega um Policial Militar hoje e põe em uma escala de 24h rodando, fora que local para alimentação não tem, local para fazer as necessidades fisiológicas não tem, e isso daí são coisas pequenas que para qualquer um trabalhador é falta de condições. E o policial hoje em dia, se não tem uma organização dentro da instituição, você não tem defendidos esses valores, porque, querendo ou não querendo, não tem uma legislação que ampare isso. (Aluno Oficial da PMDF, informação verbal).

O nosso instrutor de sociologia fala muito isso: o policial não pode chorar dentro do quartel porque ninguém vai querer trabalhar com ele, não pode chorar em casa porque a família dele, primeiro não vai entender e depois vai se desesperar... Então, onde é que você vai desaguar suas pressões? [...] Eu acho que a assistência psicológica não deve se restringir ao dia em que eu troquei tiro, ela tinha que ser um trabalho preventivo. (Aluno Oficial da PMDF, informação verbal).

[...] Na maioria dos quartéis você não vai ver banheiros com chuveiro quente e privados. Eu trabalhei em um batalhão que cuidava de uma área imensa que tinha dois colchões para o pessoal descansar e colchões imundos, salas imundas, porque a polícia não valoriza isso. Tinha um grupamento que pegava 3h da tarde e saía 3h da manhã, é benéfico que esse policial vá para casa dirigindo, ou será que seria interessante eu ter um alojamento decente para ele dormir e poder se deslocar com segurança? (Aluno Oficial da PMDF, informação verbal).

Há casos que denunciam falhas na formação do Policial Militar do Distrito Federal:

O meu curso não me preparou para ser um policial, o curso me preparou para ser um militar... Aprendi a ser policial quando atendi minha primeira ocorrência, aí eu: “poxa, sou um policial”, mas antes disso eu era um militar. (Aluno Oficial da PMDF, informação verbal).

No nosso curso, a gente teve mais carga horária de disciplinas militares do que disciplinas policiais... A gente é formado para ser militar. Aí quando eu chego na rua vai pelo intuitivo, vai pelo pouco que você aprendeu [...] então, para mim, seria adequar, a carga horária de policiamento maior do que a de militarismo. (Aluno Oficial da PMDF, informação verbal).

Há casos em que é relatado o abuso de poder por parte dos Oficiais de patente mais elevada:

O que ocorre na verdade é o abuso de poder, diante da hierarquia e disciplina [internamente], de os subordinados levarem questões pertinentes, para o bem da própria corporação e aí por uma questão egocêntrica, ingerência política, tem-se prejudicado toda a corporação por conta disso e às vezes causa um prejuízo muito grande. (Aluno Oficial da PMDF, informação verbal).

E, por fim, há casos de insatisfação quanto à vulnerabilidade (que eles acreditam ter) perante a lei:

Muitas vezes nós sentimos que os nossos direitos são cerceados, porque na atividade policial ocorre muito cerceamento de alguns direitos e querendo ou não querendo, como em qualquer outro órgão ocorrem desvios, mas os nossos desvios são levados muito mais em conta do que em qualquer outro órgão... (Soldado do Batalhão de Choque, informação verbal).

O policial já tem uma condenação prévia, se demonstram os fatos, a primeira coisa que aparece é que o policial já é culpado, até que ele prove o contrário, ele já é culpado. (Aluno Oficial da PMDF, informação verbal).

Em algumas carreiras um erro pode ser uma coisa boba, agora, na carreira toda do Policial Militar pode ser drástico, fatal para a carreira do policial e para a vida de outras pessoas. (Aluno Oficial da PMDF, informação verbal).

Todas essas falas revelam graves contradições, os profissionais que carregam sobre o ombro a responsabilidade de zelar pela Segurança Pública têm de lidar ainda hoje com o desamparo do Estado, questões que vão do alojamento sem estrutura, passam por jornadas de trabalho extensas e chegam à falta de eficiente e constante assistência psicológica em uma profissão que sabidamente exige muito do aspecto psicológico, sendo extremamente estressante. Esse mesmo profissional denuncia a constância dos casos de assédio moral por parte de oficiais de alta patente, e uma formação demasiadamente teórica.

Fato, aliás, que é recorrente nos ensinos superior e técnico e/ou instrumentalizante brasileiro, quando a formação acaba, os ex-alunos e agora profissionais não sabem o que fazer com os saberes que receberam na Instituição de Ensino. Para o policial, isso se evidencia muito mais, porque ele detém armas e todo o poder de sua patente/posto e farda. Ele sabe que deve respeitar a vida humana, mas não sabe como agir em situações extremas porque na formação eles ouviram falar sobre como administrar tais ocorrências, mas muitas vezes não tiveram a orientação prática e de um alguém com experiência quando viveram suas primeiras situações extremas.

Aí já há duas linhas gerais de explicação para a constância dos casos de violações dos Direitos Humanos por parte da PMDF (embora esta polícia ainda tenha números bem mais satisfatórios que os da maioria do país): desencanto com a profissão e formação deficiente.

É evidente que todas as situações descritas até aqui pelos PMs da PMDF têm de ser olhadas criticamente, mesmo a par de todas as contradições existentes na carreira. Acima de tudo, o PM tem de ter o compromisso para com a Instituição e para com a sociedade, as dificuldades, infelizmente, fazem parte da realidade brasileira em todas as profissões e em nenhuma delas é dado o direito a quem quer que seja de violar os Direitos Humanos de qualquer pessoa. Direitos Humanos não é apenas um conceito, é algo real, todo o indivíduo detém tais direitos, primordialmente o direito à vida (seguido de todos os direitos que proporcionam qualidade de vida), alguns (a maioria, em verdade) são cerceados desses direitos apenas (e ao mesmo tempo de forma tão complexa) porque consciente ou inconscientemente certos atores se julgam mais importantes, mais humanos do que outros.

Infelizmente ao analisar o discurso de alguns Oficiais entrevistados nos damos conta de que eles ainda lidam de forma errada com os Direitos Humanos, e de forma geral isso ocorre justamente por aquilo que determinamos no parágrafo anterior.

Se você não se resguardar com uma gravação, você será punida, os Direitos Humanos complicaram mais a vida do policial porque até provar o contrário você será o bandido. Há um conflito nos Direitos Humanos, pois ele é para pessoas menos providas de direitos, pois ele nunca irá contra o Estado. (Policial Militar do Batalhão de Choque da PMDF, informação verbal).

Ele só atrapalha o cotidiano do policial, ele foca somente nos descumpridores da lei, mas o resto da população fica à mercê. (Policial Militar do Batalhão de Choque da PMDF, informação verbal).

Só são efetivados os direitos dos meliantes, a gente não vê esse direito em pessoas que estão em hospitais, que passam fome, enfim nos diversos direitos preconizados. (Policial Militar do Batalhão de Choque da PMDF, informação verbal).

E o mais grave, encontramos denúncia de má formação. Há instrutores com forma de pensar, a nosso ver, equivocada.

Eu e um delegado demos aula em uma instituição que eu não vou falar o nome por respeito, mas quando terminou a aula de Direitos Humanos – ele era professor de umas turmas e eu de outras – chegou uma aula de defesa pessoal, o professor de defesa pessoal disse: “Bate aqui que não deixa marca, Direitos Humanos que nada, quem manda aqui sou eu”. Então não houve a preocupação daquela instituição de tornar transversal, o que é muito importante, e não tem problema só com os professores, tem com os coordenadores e todos os membros da instituição. (Corregedoria da PMDF, informação verbal).

Esses exemplos com absoluta certeza são obstáculos para a construção de uma PMDF humanizada, especialmente nesse último caso, quando verificamos que quase 30 anos após o fim da ditadura militar a Instituição ainda guarda resquícios negativos da forma de ver o sujeito infrator da lei.

Como já dissemos no início dessa análise, o avanço no campo dos Direitos Humanos é visível, a mudança de mentalidade é efetiva, e a partir de agora vamos analisar de que forma isso foi alcançado.

Um primeiro fator que também já foi mencionado é importância do fato de que hoje a maior parte dos Oficiais da PMDF possui, pelo menos, uma graduação em Instituições de Ensino Superior. Novamente temos que ser críticos nesse ponto, possuir nível superior não garante integridade moral e nem respeito à dignidade humana (que são fundamentais), e lamentavelmente o ensino superior na atual realidade brasileira não garante sequer que o policial tenha maior capacidade crítica. Da mesma forma, o policial com nível médio dos outros estados brasileiros pode ser mais íntegro, mais crítico, mais dedicado e menos violento do que o policial com nível superior.

Porém podemos refletir que há uma maior possibilidade de abertura ao tema dos Direitos Humanos e conscientização sobre esses valores, e, em última medida, pelo menos é possível que o PM com nível superior conheça melhor a legislação brasileira e os limites que a lei lhe impõe (que haja ao menos a sanção institucional mais bem percebida por esse profissional).

E, no caso da PMDF, constatamos que este fator tem contribuído sim para a mudança. Há campos da PMDF que estão visivelmente abertos e interessados em implantar esse novo paradigma de Segurança Pública, de polícia humanizada. A reflexão sobre Direitos Humanos é facilmente percebida, os cursos de formação de forma integral contemplam o tema e o conhecimento acadêmico tem ajudado nesse sentido.

[...] Se falava muito em Direitos Humanos de forma empírica, aí nós começamos a levar isso para as academias e discutir, porque quando se falava em Direitos Humanos, e até hoje se fala, de Direitos Humanos do bandido e não do policial. Aí tem essa discussão que não leva a lugar nenhum, e o senso comum, como sempre, discutiu essa questão e nunca ninguém tratou. Quando tratou isso de forma científica, aí nós tentamos com essas estruturas científicas, aí nós “sentamos” com essas estruturas científicas, teses, dissertações nas academias e levamos os professores para dentro e aí nós mudamos. Foi a partir daí: da formação, do estudo que nós começamos a construir um novo caminho com essa abordagem. A outra coisa foi que o próprio policial, já se valendo do senso comum, dos processos empíricos, mas assim como a medição qualitativa e quantitativa das suas ações, ele começou a perceber que as ações de violência não estavam trazendo resultado para o seu trabalho. Então ele prendia, batia, espancava, mas no dia seguinte o cara tava fazendo a mesma coisa. Então ele falou: enfrentamento, não é por aí. Então ele cansou de fazer isso. (Secretaria de Segurança Pública da PMDF, informação verbal).

Hoje Polícia está se inserindo definitivamente no mundo acadêmico, e isso representa vários ganhos, e isso há uns 15 anos atrás era uma coisa inconcebível, a universidade se inserir na academia, no comando, no choque, as pessoas tendo um conhecimento maior está representando uma ganho muito grande, e que seja sempre cada vez maior. (Corregedoria da PMDF, informação verbal).

Já falamos anteriormente sobre os casos em que os policiais possuem concepções a nosso ver equivocadas sobre os Direitos Humanos, mas na PMDF constatamos que (embora sempre deva ser levado em conta o pequeno campo de entrevistas realizadas frente a totalidade do efetivo) a maioria dos Oficiais entrevistados possuem uma concepção de Direitos Humanos de acordo com os ditames democráticos e éticos, pelo menos no discurso, eles valorizam a questão.

Colocaremos abaixo algumas dessas concepções descritas (elas são incompletas, e confusas até, mas é natural quando se é surpreendido pela pergunta “O que são Direitos Humanos?”), verificando-se que grande parte não conseguiu articular completamente a fala, mas de qualquer modo, expressaram sua concepção:

Os Direitos Humanos são os direitos aplicados à pessoa simplesmente por ela ser humana e ele visa tentar adequar a sociedade, deixá-la no mesmo nível... Com os Direitos Humanos você tenta equiparar todos no mesmo nível para que todos consigam viver em sociedade e garantir assim seus direitos. (Aluno Oficial da PMDF, informação verbal).

Eu definiria os Direitos Humanos como o respeito a todas as características dos seres humanos, respeito à sua moral, respeito à sua integridade física, social, psicológica, aplicando e recebendo esse respeito. (Aluno Oficial da PMDF, informação verbal).

Direitos humanos, para mim, é o respeito mínimo de um ser humano para com outro ser humano. (Aluno Oficial da PMDF, informação verbal).

Outro fator bastante satisfatório e que sem dúvida favorece a humanização da PMDF é o fato de esta Instituição ter inserido em todos os seus cursos de formação a disciplina Direitos Humanos e uma série de outras disciplinas que também contemplam a discussão e a educação para o tema.

O Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais (CAO) é um curso de 560 horas, das quais 40 horas são destinadas especificamente para Direitos Humanos por meio da disciplina “Seminário de Direitos Humanos”, um equivalente a mais de 7% de matéria específica.

O Curso de Altos Estudos (CAE), antigo Curso Superior de Polícia Militar (CSPM) é um curso de 520 horas (sendo 40 destinadas à orientação de trabalho de conclusão, ou seja, um efetivo de 480 horas de disciplinas), das quais 40 horas são destinadas à disciplina “Seminário de Direitos Humanos”, ou seja, mais de 8% destinado à disciplina específica em Direitos Humanos.

O Curso de formação de Praças é dividido em curso Fundamental, curso profissional, curso profissional específico e o ensino complementar:

- a) o curso fundamental tem 190 horas, das quais 40 horas são destinadas à disciplina Direitos Humanos, ou seja, 21% são destinados à matéria específica em Direitos Humanos;
- b) o curso profissional tem 465 horas, das quais 30 horas são destinadas à disciplina “Diversidade Étnico-Sócio e Cultural”, que apenas no caso de uma transgressão muito grande é que não poderá ser considerada efetivamente uma matéria que está interligada ao tema dos Direitos Humanos, representa mais de 6% do curso.
- c) o curso profissional específico tem 470 horas e 60 horas destinadas à disciplina “Polícia Comunitária”, que, sem dúvida, é um campo dos Direitos Humanos. Temos então quase 13% do curso destinado aos Direitos Humanos;
- d) o curso de ensino complementar é mais prático e por isso não tem carga horária específica em Direitos Humanos.

O Curso de Formação de Oficiais (CFO) é um curso de três anos aparentemente bastante completo no que se refere a disciplinas teóricas, embora os alunos em geral reclamem da falta de prática durante a formação (assunto que já debatemos em outro momento do texto).

Listamos algumas disciplinas do extenso curso que podem compor um eixo de matérias destinadas a pensar os Direitos Humanos, embora as limitações dessa pesquisa não possam comprovar que, na prática, isso ocorre: a) Sociologia (30 horas); b) Psicologia Geral (30 horas); c) Filosofia (30 horas); d) Direito com constitucional (30 horas); e) Direito Penal (60 Horas); f) Psicologia social e institucional (30 horas); g) Antropologia cultural (30 horas); h) Direito civil (60 horas); i) Direito constitucional (30 horas); j) Ética e deontologia (30 horas), que Juntas somam 360 horas.

Segundo o discurso de muitos dos entrevistados, o tema Direitos Humanos não está apenas na grade curricular, ele é efetivo nos cursos de formação, ou seja, “saiu do papel”, e mais que isso, o direcionamento da formação é descrito naquele modelo ideal, quando mesmo as disciplinas de tiro e defesa pessoal estão contempladas por abordagens de respeito à vida e à dignidade humana. É claro que aqui há uma limitação da pesquisa, apenas o acompanhamento do curso em seu dia a dia nos possibilitaria afirmar que essa é uma afirmação verdadeira, e, como notamos, que apesar da evolução

da PMDF no quesito Direitos Humanos, ainda encontramos diversos casos de policiais que são denunciados por abuso de poder, violência, homicídio e até mesmo tortura. Portanto, não podemos simplesmente aceitar que os cursos de formação já alcançaram o nível ideal para a consolidação de uma Polícia Militar humanizada. Mas os avanços são sim louváveis no campo dos Direitos Humanos:

A grande vantagem é que, mesmo saindo depois, nós já avançamos mais, porque nós pegamos os modelos que já existiam e já começamos do décimo passo e agora nós estamos um pouco à frente, até por conta desse nosso pequeno espaço territorial, mesmo com o adensamento. Então, nosso controle é muito fácil. Eu conheço noventa por cento do efetivo da corporação “de conversar”, de conhecer, de encontrar à paisana na rua e saber quem é, tanto de Policial Militar quanto de Policial Civil (isso em outro estado é impossível). (Secretaria de Segurança Pública da PMDF quando da pergunta se achava que Brasília estava à frente das demais cidades brasileiras quando o tema é Segurança Pública e Direitos Humanos, informação verbal).

Mas também é uma questão social, pois quando você pergunta para a sociedade sobre os Direitos Humanos, eles respondem que isso só aparece para bandido, isso é recorrente não só para policiais como na própria sociedade. Então, não é uma questão particular de polícia, é uma questão de entendimento social das pessoas, que talvez nunca viam Direitos Humanos ou só viam nas ONGs, elas não veem os Direitos Humanos como garantia de dignidade. (Corregedoria da PMDF, informação verbal).

Eu entendo que a corporação trabalha para ter esse direcionamento correto, se houver algum deslize nesse direcionamento ele deve ser corrigido, mas voltando à máxima da qualidade total, nada é tão bom que não precisa ser aperfeiçoado e evoluindo junto com a nossa sociedade. E hoje há toda essa indicação nesse direcionamento da Política de Direitos Humanos, fazendo que o Policial possa se enxergar dentro da visão da corporação e a nossa missão é fazer com que isso aconteça. Sempre buscando a perfeição. (DEC – Diretoria de Educação e Cultura, informação verbal).

Inegavelmente, ainda há que se falar brevemente sobre o desenvolvimento de uma concepção de Segurança Pública que cresce no Brasil, e Brasília não foge a isso: a cultura de um policiamento comunitário. Percebemos isso no discurso dos oficiais, na grade curricular dos cursos de formação e, principalmente, no destaque que as ações movidas por este mote vêm alcançando frente à sociedade. Na realidade da PMDF, e do Brasil como um todo, o policiamento comunitário não é tratado como modelo oficial de policiamento, mas notamos facilmente na pesquisa de campo que já existem diversas pessoas dentro e fora da instituição militar arguindo por esse modelo de policiamento.

Percebemos nas entrevistas com os oficiais da PMDF que muitos dos PMs se sentem incomodados com o estigma muito comumente atribuído a essa classe. A sociedade, falando em termos gerais, ainda enxerga o militar como autoritário e violento, ainda associa o Oficial da PM aos militares do período da ditadura, e evidentemente esse estigma não existe apenas porque “a população brasileira ainda não esqueceu a ditadura”, podemos até aceitar esse tipo de explicação como um pontapé inicial para o entendimento desta “estigmatização do PM”, mas de forma alguma podemos aceitá-la como única explicação válida.

Na verdade, o brasileiro ainda não consegue enxergar com bons olhos o PM, porque esta classe guarda sim muitos elementos da Ditadura, muitos PMs ainda enxergam o enfrentamento do crime como combate e como guerra, e por isso alguns

ainda utilizam artifícios que já não são mais tolerados pela sociedade e nem condizem com os Direitos Humanos, especialmente a tortura. E muito PMs ainda intimidam a população e abusam no uso da força.

Agora, o que a pesquisa nos deu oportunidade de perceber de perto e com mais clareza foi a quantidade de Oficiais da PMDF que possuem uma postura mais humanizada, mais condizente com a realidade desejada pelos defensores da democracia e dos Direitos Humanos.

Quando se observa de perto, os processos sociais não são tão claros e lineares quanto nossa razão e desejo de entender a realidade buscam, o quadro é o seguinte: dentro da instituição PMDF existem forças que reproduzem o comportamento violento, autoritário e abusivo que um dia foi o traço mais marcante dessa instituição, ao mesmo tempo existem forças que implementam uma visão de Segurança Pública em que trazem os ares do respeito à vida e à dignidade humana. Há um conflito entre essas forças.

Mas o momento histórico tem se configurado de forma a dar privilégio à mudança, à humanização da PMDF. E, nas entrevistas, nós percebemos que os oficiais querem e sentem necessidade de mudar a concepção que a sociedade tem deles, muito embora muitos não saibam como podem fazer isso.

[...] A gente fica um pouco endurecido para poder ter aquele contato com a comunidade, então eu acredito que esse nome 'militar' tem uma herança... uma concepção negativa, embora as instituições militares sejam milenares, deram certo e de uma forma responsável fazem coisas muito boas; só que na minha concepção, quando a gente trabalha com polícia, a gente tem que trabalhar voltado para humanizar. (Núcleo de Enfrentamento ao Crack da Subsecretaria de Operações em Segurança Pública da PMDF, informação verbal).

Então, perguntamos aos oficiais como a PMDF poderia reverter a imagem socialmente construída do PM violento, autoritário e abusivo. Obtivemos respostas bem interessantes:

A nossa atividade tem uma linha muito dura, a gente vai ficando embrutecido pelo tipo de atitude que a gente tem que ter, pela forma como a população também nos recebe, então se a gente não tiver um contrapeso de ações sociais, de ações comunitárias e trabalhar esse viés de Direitos Humanos no nosso currículo, o policial acaba por entender que a responsabilidade daquela pasta não é dele. Então, quem tem que cuidar de outras mazelas é sempre outra secretaria, outra pasta do governo, e não; é responsabilidade também nossa. Embora, na minha opinião, a polícia não deva canalizar todos os esforços... a polícia não vai fazer todas as ações comunitárias do Brasil todo para resolver todo o problema, sendo que tem outros segmentos têm que fazer isso. No entanto, eu acho que a gente tem que ter uma boa parcela de contribuição e aí eu falo que temos o PROERD. (Núcleo de Enfrentamento ao Craque da Subsecretaria de Operações em Segurança Pública da PMDF, informação verbal).

Mas em contrapartida, quando você tem um contato com a sociedade, principalmente quando você adota alguns requisitos voltados para a polícia comunitária, que a sociedade entende que o policial vem da sociedade, ele não é inserido na sociedade, ele vem da sociedade e torna-se policial, que ele compreende, que a instituição abre esse contato e essa troca de valores e que a segurança não é uma coisa posta e que é uma coisa que tem que ser feita na comunidade, a partir daí você torna-se um pouco mais valorizado, a visão

da sociedade em relação a você torna-se melhor, mas, hoje, você entrar em uma viatura, em qualquer setor, e você tomar uma postura ali, você vai sentir a diferença de certas pessoas. (Cadete da PMDF, informação verbal).

Quando a PM se dá conta do seu papel para com a prevenção do crime e faz a sua parte para diminuir as contradições sociais do Brasil, ela se aproxima da população, adquire respeito e faz Segurança Pública de qualidade.

3.4.1. Considerações de análise de Brasília

Podemos constatar nas entrevistas que a PMDF já se adaptou ao modelo interdisciplinar de conhecimento específico em Segurança Pública (sem dúvida, essencial na Instituição) *versus* conhecimento científico. A reflexão sobre Direitos Humanos é facilmente percebida, os cursos de formação contemplam o tema, e o conhecimento acadêmico tem ajudado nesse sentido.

O PM do Distrito Federal convive com o desencanto da profissão, que tem origem em uma série de contradições na vida profissional, entre as quais se destacam a alta carga horária de trabalho, a falta de assistência psicológica, a falta de locais adequados para o trabalho, o descrédito da sociedade e a formação deficiente no aspecto prático.

O avanço no campo dos Direitos Humanos é visível, a mudança de mentalidade é efetiva. Talvez não com a velocidade desejada, mas está em vigor uma mudança de paradigma na Segurança Pública, e o exemplo claro é a multiplicação dos serviços de policiamento comunitário.

Todos os cursos de formação já contemplam o tema dos Direitos Humanos. É claro que aqui há uma limitação da pesquisa, apenas o acompanhamento do curso em seu dia a dia nos possibilitaria afirmar que essa é uma afirmação verdadeira, notamos que apesar da evolução da PMDF no quesito Direitos Humanos, ainda encontramos diversos casos de policiais que são denunciados por abuso de poder, violência, homicídio e até mesmo tortura, não podemos simplesmente aceitar que os cursos de formação já alcançaram o nível ideal para a consolidação de uma Polícia Militar humanizada.

Embora a PM guarde sim muitos elementos da ditadura, percebemos que muitos Oficiais da PMDF se sentem incomodados com o estigma do PM autoritário, violento e abusivo.

Dentro da instituição PMDF existem forças que reproduzem o comportamento violento, autoritário e abusivo que um dia foi o traço mais marcante dessa Instituição, ao mesmo tempo e convivendo de forma conflituosa com a força anterior existem forças que trazem os ares do respeito à vida e a dignidade humana. Há um conflito entre essas forças, que felizmente tem se configurado de forma a dar privilégio à mudança, à humanização da PMDF.

3.5. BELÉM (PA)

Duas Instituições da Segurança Pública foram visitadas: a Ouvidoria da Secretaria de Segurança Pública e Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças da Polícia Militar do Pará. Buscar-se-á identificar os avanços, problemas e contradições da Polícia Militar do Pará no que concerne aos Direitos Humanos, além de propor algumas soluções.

O primeiro item analisado foi a hierarquia¹³, em entrevista com uma praça com bastante experiência no Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças observou-se que esta (que ao lado da disciplina, é base institucional da Polícia Militar) se mostra mais flexível; segundo o conteúdo dos depoimentos ficou mais simples reportar-se a um superior hierárquico, o que no ponto de vista deles tem melhorado o trabalho; essa melhora no trabalho pode ser resultado tanto de uma maior celeridade na comunicação (uma informação que venha de um nível hierárquico mais baixo demora muito mais a chegar ao nível hierárquico mais alto se tiver que seguir o escalonamento da PM) quanto do evitamento da deturpação que a mensagem pode sofrer “no caminho”. Esta flexibilização pode estar decorrendo de dois movimentos convergentes: um oriundo da abertura dos superiores e o outro de maior ‘atitude’, maior iniciativa por parte dos subalternos, além da mudança de mentalidade sofrida na sociedade como um todo.

Há algum tempo a hierarquia era deturpada, principalmente na polícia, penso que hoje o policial tem mais acesso ao seu superior hierárquico, de certa forma hoje ficou mais simples e isso tem melhorado o trabalho, por isso o soldado precisa ter iniciativa e atitude, tem melhorado bastante o acesso, ate por abertura dos superiores hierárquicos. A hierarquia ajuda no sentido da organização. (Praça PMPA).

Em Belém, como em outras capitais, percebeu-se a progressão do nível de escolaridade o que significa dizer que os novos policiais tendem a ter um perfil, em tese, mais questionador, mais crítico, até em virtude da bagagem teórica e ideológica que receberam em suas graduações, e mais, o conhecimento mais amplo tem permitido ao grupo discussões mais analíticas e minimizado os clichês do senso comum.

Apesar de o concurso ser pra nível médio, tem aumentado bastante o numero de graduados na polícia e isso tem melhorado pra nós porque conseguimos debater melhor os temas atuais, a gente procura coloca-los em situações onde ele vivencie o que realmente acontece, assim conseguimos fazer o trabalho muito mais do ponto de vista do que a sociedade quer do que a polícia, agregando os conhecimentos que possui, fazendo um trabalho diferenciado com os cidadãos. (Praça PMPA).

Verificou-se um ponto contraditório, no concernente à formação: de acordo com a PM, a formação é toda permeada pelas noções de Direitos Humanos, desde as disciplinas teóricas às práticas, enquanto que na Ouvidoria ouviu-se que o maior problema não é só a diminuta carga horária, mas sim o fato de não haver transversalidade das outras disciplinas com os Direitos Humanos. Como exemplo na Ouvidoria citou-se as aulas de tiro em que o policial é treinado a acertar os órgãos vitais, sendo que numa ação policial orientada pelos Direitos Humanos a proposta é totalmente contrária.

13 § 1º A hierarquia Policial Militar é a ordenação da autoridade, em níveis diferentes, dentro da estrutura da Polícia Militar, por postos ou graduações. Dentro de um mesmo posto ou graduação, a ordenação faz-se pela antiguidade nestes, sendo o respeito à hierarquia consubstanciado no espírito de acatamento à sequência da autoridade. (Estatuto da Polícia Militar do Pará).

Ainda sobre a formação em Direitos Humanos, tomou-se conhecimento que ela tornou obrigatória nos Cursos de Formação devido a uma Resolução do Conselho Estadual de Segurança Pública do Pará, desde 1997. Porém sobre a carga horária na Ouvidoria entende-se que a quantidade de horas seja insuficiente, como demonstram os relatos abaixo:

Nós ainda questionamos que o quantitativo de horas que é dispensado a essa formação, ainda, no meu entendimento, ainda é insuficiente. Desde que a formação fosse transversalizada ela contempla-se os demais cursos ali, aí eu entendo que seria suficiente, porque uma coisa é você receber teoricamente o Direitos Humanos, outra coisa é você ter diante, oferecer um olhar dos Direitos Humanos para o nível da abordagem, para o nível de entendimento, relação com a sociedade civil, bem isso aí ainda não sei. Eu recebo a teoria lá com o Instituto, mas quando eu venho pra prática do cotidiano eu não exerço esses conhecimentos de Direitos Humanos (Ouvidoria da Segurança Pública).

Outro ponto destacado é no CFAP foi sobre a regularidade dos cursos:

Infelizmente, nós aqui não temos essa regularidade de cursos. O que acontece? Nós temos o curso de soldados que dura mais ou menos um ano, um Curso de Sargento que não é regular (nós não trabalhamos com calendário - seria um desejo nosso trabalhar assim) [...] o que nós temos é esporádico, de repente a nossa diretoria levanta um curso aqui, acolá, mas não temos este calendário (infelizmente). Mas, dentro da polícia temos o Curso de Sargento e de Aperfeiçoamento de Sargento, em relação a Praças, mas que não acontece de forma regular. (Praça PMPA)

Portanto seria interessante que a Instituição seguisse um calendário acadêmico regular que envolvesse um programa de Educação Continuada, além dos Cursos de Formação e Aperfeiçoamento segundo as necessidades encontradas na corporação, para tanto valeriam consultas e sugestões dadas pela própria corporação sobre a Grade Curricular 'principal' e a de cursos eventuais; seriam úteis também, relatórios como os da Ouvidoria e da Corregedoria para que servissem como fonte de dados em busca das principais falhas dos policiais em serviço.

Outra contradição se dá pelas incongruências que impedem a unidade do falar e do fazer, é comum em depoimentos que a teoria esteja em conformidade com os ideais de Direitos Humanos, todavia, que a prática transgrida os quase que por completo. E este embate, talvez em muito se deva a concepções antigas e deturpadas que muitas vezes vêm de cima para baixo, demonstrando que não é só a base que precisa de "atualização", a cúpula também. No trecho que segue é possível observar-se isto.

Muitas vezes a formação não chega a alcançar todos os níveis da polícia, fica ali naquela questão da base, "-ah, vamos estruturar a base."

Só que o que alguns dos próprios policiais já notaram, "-Ah, a gente ouve, a gente até tenta mudar e mudar essa concepção, mas quando a gente chega no enfrentamento, o meu superior diz assim; 'Não, aquilo é balela, não escuta nada disso, vamos fazer de outra forma.'" Isso a gente escuta muito. (Informação verbal - Ouvidoria da Segurança Pública)

Conforme escrito abaixo, na evolução da Polícia, dentre outras coisas, foi verificada uma conscientização por parte da instituição quanto ao papel do Policial Militar na sociedade, a ideia de que o policial tinha que ser treinado para uma guerra, sendo submetido a esforços extremos foi reduzida, percebeu-se o valor de uma polícia

mais preparada psicológica e tecnicamente para lidar com as situações de violência, sobretudo, urbana. Segue o supramencionado excerto:

Se cometia situações de alto esforço físico, com a justificativa que o policial deve ser preparado para diversas situações, mas nos não vivenciamos aquilo na capital, porque aqui não vai precisar entrar em mato, ficar de baixo d'água, aqui temos que fazer o preparo mais psicológico e mais legal, até porque esse esforço físico vai de contra até os próprios direitos humanos, não vou mais fazer que ele corra o dia todo, mas vou fazer que ele faça seu trabalho bem condicionado, pensando na saúde, no psicológico, na alimentação. Não há mais aquele exagero, pois a preparação é para que o policial seja produtivo na função dele (Informação verbal - Praça da PMPA).

O tradicional impasse Direitos do Cidadão *versus* Direitos do Policial é tratado pela Ouvidoria de forma distinta do que se vê comumente, aos pesquisadores foi dito que o policial “já tem a proteção devidamente do próprio Estado” e os indivíduos oriundos da sociedade civil precisam que os movimentos sociais atuem em sua defesa com vistas a garantir-lhes os Direitos Humanos.

Pesquisador: Aos policiais quando sofrem alguma violação dos direitos humanos é garantido o direito a eles também?

Sim. É garantido os direitos humanos para todos e todas. Há, há uma diferenciação que é a seguinte; quando a sociedade civil tem alguém que é vitimado seja pela tortura, etc., tal, tal. E que os movimentos se juntem e vão lá é uma forma de proteção, defesa através da denúncia imediata. Quando é um policial que sofre a violação também grave nesse sentido, ele já tem a proteção devidamente do próprio Estado, essa é uma diferença que é bem presente nesse sentido, mas isso não deixa de que nós defensores, defensoras de direitos humanos reconheçam que aquele cidadão, que é cidadão, que também sofreu uma violação. Então nossa base é essa, dentro das nossas diretrizes (Ouvidoria da Segurança Pública).

Mas, reconhece a precarização a que o policial é submetido no que diz respeito à garantia de condições elementares de sobrevivência (isso inclui moradia, salários baixos, e outras condições básicas de sobrevivência que devem ter o homem e sua família).

[...] E aí quando se fala da formação, a formação é insipiente sim, porque eles não avançaram nessa questão da formação, nós aqui (grande pausa). Eu olho a nossa carência da sociedade civil, eles cometem violações sim, mas eles são também vítimas do sistema, empobrecidos e com uma deficiência de moradia, quem mora aqui dentro da área metropolitana até tem uma determinada estrutura, mas quem está lá na ponta, lá no interior, infelizmente, não tem condições nenhuma, então hoje eu faço essa avaliação, nesse olhar. (Ouvidoria da Segurança Pública)

E para além das necessidades pessoais mal supridas e debilitadas é observado o escasseamento de infraestrutura que proporcione ao policial um mínimo de qualidade de vida no trabalho: armas ultrapassadas, coletes sem condições de uso, locais sem condições estruturais, como é descrito na passagem abaixo:

Não sei agora se melhorou, né. Mas por exemplo, os coletes, que eram só pra enfeite, que não tinha proteção mesmo né? As armas eram obsoletas com relação ao outro lado, entende, então eles falavam sempre essas falas. Eu cheguei a visitar alguns comandos no interior, que gente! Era uma coisa horrível! Tinha local que era uma casa caindo na cabeça deles, de palha, de madeira, às vezes a casa já era cedida pela prefeitura, um horror. (Ouvidoria da Segurança Pública)

E quando o policial se vê excluído, violentado pelo Estado seja enquanto arrimo de família, seja enquanto trabalhador, isto tende a se transformar em uma reação, a resposta tende a ser a violência, o desapego, o mal servir. Uma violência em que a agressão física é o extremo, mas boa parte dela é dissipada em violências menores.

É observado pelos membros da Ouvidoria que, na carga horária dos cursos do Instituto de Ensino de Segurança do Pará-IESP para Direitos Humanos não há espaço para que a Ouvidoria leve sua contribuição para os policiais em formação, e defende que este espaço deveria ser dado. Posto que muitos nem ao menos têm claro o funcionamento e a importância desta para a sociedade e para o próprio Sistema de Segurança Pública do qual a Polícia Militar faz parte.

Alegam também que a formação dada por instituições competentes em direitos humanos e pela Ouvidoria é dependente da instituição de ensino, no caso o IESP, então o ideal é que existisse, no caso da Ouvidoria, por exemplo, uma formação complementar feita pela e na Ouvidoria.

O que eu queria, o que nós devemos reivindicar, a ouvidoria pra si, é a capacitação periódica, permanente, nos comandos regionais. Porque eles saem de lá do IESP e vêm e é nessa aplicação, na ponta, é que acontecem as deformidades da aplicação, da formação. Então, eu acho, que o nosso planejamento deve focar nos comandos regionais, pra que a gente tenha acesso aos nossos policiais (Ouvidoria da Segurança Pública).

É falado sobre a heroificação, o endeusamento do comportamento violento do policial pela população o que acaba sendo obstáculo para a conscientização sobre os princípios de Direitos Humanos. É possível assistir-se os programas de início de tarde em que “grandes nomes da polícia paraense” aparecem como “algozes da bandidagem”, e são reconhecidos como bons policiais por não tolerarem os desvios de conduta. Nestes mesmos programas, “DIREITOS HUMANOS” é sinônimo de órgão de defesa dos Direitos Humanos, que por sua vez só defende bandido.

Há parcelas e parcelas, tanto dentro da polícia quanto na sociedade civil, se você acredita em direitos humanos, nesse conceito da, de não tolerar a atitude violenta, por exemplo, há uma parcela da sociedade não muito grande, mas considerável, que endeusa policiais que realmente usam violência. Mas isso é muito complicado e a gente tem o trabalho sério com isso, e aí acaba perpassando com aquela situação da formação de milícias (Ouvidoria da Segurança Pública).

Ligada a isto, pontua-se a reação da sociedade mediante o crime, cita-se o sentimento de impunidade como exacerbador da aversão aos “bandidos” e da resistência de reconhecer nesses indivíduos seres humanos portadores de direitos invioláveis o que acarreta comportamentos anticívicos (o mais atroz é o linchamento) por parte da sociedade civil que se vê no direito de exterminar ou fazer sofrer aquele que delinuiu. Vide:

O crime dele é tão pequeno, a pena dele é tão grande, vai levar ele a morte, vai levar ele a tortura. Eles não têm conhecimento de quem espanca e bate tá cometendo uma violação pior que a do autor, é o desconhecimento, a ignorância da população (Ouvidoria da Segurança Pública).

A sociedade como um todo, tem o sentimento de impunidade, é um sentimento, não é uma sensação, é um sentimento de dor por perda de membros da família, por homicídios dolosos né, em sua maioria, por

homicídios de trânsito, por é ser, vamos dizer assim, furtado, assaltado a qualquer hora em qualquer momento e em qualquer lugar, então esse sentimento é de que a violência pra Segurança Pública, no sistema é só os homicídios dolorosos, é só, esse é o índice que tá aí. Não é só essa a violência, são os abusos sexuais, as torturas psicológicas, as torturas físicas, então esse é o sentimento da impunidade. Então, por que agem assim, nas revoltas do linchamento quando tem a oportunidade de colocar a mão ali, principalmente àqueles que mais desconhecem esse direito de cidadania que está garantido (Ouvidoria da Segurança Pública).

3.5.1. Considerações de análise de Belém

A cidade de Belém foi o local com menor índice de entrevistas. Mesmo assim, podemos tecer algumas considerações acerca da aplicabilidade dos Direitos Humanos.

No Pará ainda na década de 90 do Século XX a disciplina Direitos Humanos tornou-se obrigatória em todos os cursos de formação de policiais militares, tanto de oficiais como de praças. Outro grande incentivo na questão dos Direitos Humanos ocorrido na mesma década foi quando a Polícia Militar do Pará participou de um Projeto realizado pelo Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV), em parceria com a Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça, iniciou o Programa de Integração das Normas dos Direitos Humanos e Princípios Humanitários Aplicáveis à Função Policial¹⁴, visando a integração dessas normas de proteção da pessoa da pessoa humana nos manuais, doutrina e ensino das academias de formação das forças policiais dos 26 Estados brasileiros e Distrito Federal, conforme destaca LIMA (2009, p.152:153)

Na Polícia Militar do Pará esta foi a iniciativa de maior impacto na área dos Direitos Humanos, resultando na formação de mais de 100 policiais militares como instrutores de Direitos Humanos e Direito Internacional Humanitário, sendo que mais de 3000 policiais militares realizaram Estágio de Capacitação em Direitos Humanos e DIH. No início, principalmente nos estágios, muitos policiais militares expressavam receio e desgosto quanto ao significado dos Direitos Humanos, porém com o decorrer do curso com sua metodologia reflexiva e com aulas teórico-práticas esses sentimentos transformavam-se, registrando na avaliação final de um estágio a seguinte 'fala' "[...] com esse curso eu descobri que sou uma pessoa", expressa de um policial com mais de 20 anos de serviço.

Porém, essa descoberta de ser pessoa, de ser agente de direitos começou a gerar críticas por tornar-se incompatível com os lemas de uma instituição militar, lembrando Arendt (2004, p. 177): "[...] o maior mal perpetrado é o mal cometido por Ninguém, isto é, por um ser humano que se recusa a ser uma pessoa".

A instituição militar "prega" o discurso da impessoabilidade, da necessidade do espírito de corpo, sendo feito o processo da mortificação do eu de Goffman (1992) e de docilização dos corpos de Foucault (1996). Logo, o ser que interroga, questiona e toma partido, como diz Mounier (1964), começa a ser alguém que incomoda. Desse modo, paulatinamente, foram sendo colocadas barreiras que dificultaram a continuidade do projeto, ocorrendo seu enfraquecimento, sendo que o último relatório do CICV mostra que até 2007 ainda não haviam sido incorporadas as normas de direitos humanos e direito internacional humanitário nos manuais operacionais e no planejamento da Polícia Militar do Pará.

14 Ver detalhes do programa em: <<http://www.icrc.org/Web/por/sitepor0.nsf/html/5ZSMAU>>.

A dimensão da totalidade foi percebida pelos policiais militares – como integrantes de um contexto maior, no caso internacional – e pode ser identificada nos que fizeram treinamento em Direitos Humanos e como pode ser visualizado na seguinte ‘fala’:

[...] Em outubro de 2002, pude perceber a problemática enfrentada em diversos países, relacionada às práticas policiais de desrespeito e conhecer os instrumentos legais utilizados para a sensibilização das pessoas quanto à necessidade das polícias se adequarem ao modelo mundial. (PM 01- MAJ - 16 anos de serviço).

Outro ponto a ressaltar sobre a PMPA foram os avanços significativos em relação ao ensino da Segurança Pública há aproximadamente 13 anos, com a criação do IESP (Instituto de Ensino de Segurança do Pará) em 1999, fazendo parte das mudanças anunciadas nesta área com a perspectiva de uma formação integrada dos profissionais de Segurança Pública do Estado do Pará. E de certa forma, o caráter acadêmico foi instaurado de tal forma que isso propiciou uma mudança de visão, inclusive no campo dos Direitos Humanos.

Conforme o *site* da instituição,

a finalidade do IESP é promover formação técnico-profissional, graduação, qualificação permanente em nível de aperfeiçoamento e pós-graduação aos agentes do Sistema de Segurança Pública e Defesa Social (Polícia Militar do Pará, Polícia Civil do Pará, Corpo de Bombeiros Militar do Pará, Departamento de Trânsito do estado do Pará, Superintendência do Sistema Penitenciário do Pará e Centro de Perícias Científicas ‘Renato Chaves’).¹⁵

A Ouvidoria do Sistema de Segurança Pública colocou a corrupção policial como outro aspecto em questão, pois ela tem conhecimento de vários casos deste tipo de ação, enfatiza que só formar não basta, há que corrigir, com vistas a inibir outros possíveis infratores.

Eu acho que nesse estágio em que a gente se encontra que é a beira do caos, como comprovou esse relato [foram expostos vários exemplos de corrupção policial], eu acho que focar na formação é importante, mas a repressão nesse momento, a denúncia, a apuração dos fatos, e a gente vê efetivamente uma resposta do poder público, dando repressão a isso, que vai fazer com que quem tá iniciando agora não repita daqui a algum tempo (informação verbal, Ouvidoria da Segurança Pública).

Na discussão foi enfatizado que a maioria das ouvidorias é formada por indicações do governo, mas Ouvidoria do Pará tem eleição civil desde 1996, a exemplo das Ouvidorias do Maranhão, Acre, Rio Grande do Norte e Pernambuco. Ainda assim, as questões da falta de autonomia política e financeira da ouvidoria do estado do Pará dificultam o pleno exercício das funções da mesma. Isto se dá por conta dos

Baixos recursos, você tem pouco pessoal pra você fazer equipes pra fazer uma ouvidoria itinerante mesmo, isso pra mim, ela não é pura e simplesmente de autonomia financeira, é de autonomia política mesmo, é restrição política (Ouvidoria da Segurança Pública).

Outro destaque no campo da Segurança Pública no Pará é a realização de cursos de especialização em Segurança Pública nas Universidades Públicas, sendo alguns deles com fomento da Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública – RENAESP e

¹⁵ Disponível em: <www.segup.pa.gov.br>. Acesso em: 11 abr. 2012.

sedimentando a Segurança Pública como campo de conhecimento acadêmico foi iniciado o Mestrado Profissional em Segurança Pública, em convênio com a Universidade Federal do Pará, atrelado ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais.

3.6. ABORDAGEM COMPARATIVA

3.6.1. Pontos Coincidentes

Guardadas as proporções de desenvolvimento urbano e índices de dimensões culturais, sociais e econômicas que podem funcionar com um grande distanciamento de situações, pode-se dizer que as cidades visitadas apresentam níveis coincidentes quando se fala de investimentos e projetos na área da Segurança Pública e da aplicabilidade e iniciativas em Direitos Humanos, movidos principalmente na perspectiva de formarem um número significativo de policiais em preparação à Copa de 2014. No Rio de Janeiro, está prevista a formação de 14.000 mil novos Soldados e em Salvador, com menos destaque, a formação de 3.000 Soldados, assim como nas cidades de Porto Alegre e Brasília. No Rio de Janeiro, por exemplo, a concretização dessa formação está presente na iniciativa da Subsecretaria de Educação que atuou na criação do projeto do CEFAP:

Essa proposta é uma reflexão que tem como ponto de partida a atual Política de Segurança Pública adotada pela Secretaria de Estado da Segurança do Rio de Janeiro, na qual os processos de aprendizagem passam a ter contornos de uma ponte entre as atividades policiais e as dinâmicas e demandas da sociedade. (Currículos para os Cursos de Formação Soldado – Cabo – Sargento/2012).

As iniciativas e projetos que contemplam a formação em Direitos Humanos nas polícias militares nas cidades visitadas estão presentes tanto nos discursos dos gestores como também nas grades curriculares, ainda que com menor incidência devido ao número ainda reduzido de carga horária dedicada à formação em Direitos Humanos. Nas palavras de um gestor, quando comenta sobre a preocupação da instituição:

Toda instituição militar parece buscar esse equilíbrio na formação, entre formar um profissional que tenha conhecimento técnico que passe por um processo de sensibilização, porque ele vai ser um prestador de serviços, mas ao mesmo tempo ele tem que poder com o fuzil, ele [instituição] tem que ter alguém que sustente toda a adversidade que vai passar ... (Grupo Focal com oficiais a frente do Programa de Capacitação e Educação em Direitos Humanos no Rio de Janeiro, informação verbal).

Se há, por parte da Polícia, um arcabouço de iniciativas no campo dos Direitos Humanos cujo alvo é o cidadão, tanto os Praças como os Oficiais dos locais visitados, são enfáticos em afirmar que a relação dos Direitos Humanos para com eles está longe de se concretizar, por perdurar, até hoje, a ideia de que “Direitos Humanos é para bandidos”. Esse discurso, embora guarde semelhanças com o senso comum e faça parte da cultura popular, ainda é muito recorrente, mesmo em cidades com grande desenvolvimento econômico e cultural. A pesquisa demonstrou que, por mais que haja um trabalho efetivo de desmistificação dos Direitos Humanos, por muito tempo associado à “proteção de bandidos”, essa ideia ainda é recorrente, mesmo em níveis hierárquicos, da menor à maior patente.

Quando você vai palestrar, discursar ou dar aula sobre Direitos Humanos a resistência do policial é muito grande, seja Praça ou Oficial, “eu tenho que respeitar os direitos deles, mas ninguém respeita os meus!” Mas, essa resistência é das duas partes, você vê que um policial do Rio de Janeiro morre e você não vê ninguém dos Direitos Humanos levantando bandeira; em uma ação na comunidade ou na rua mesmo morre alguém, os Direitos Humanos vêm forte em cima da Polícia Militar, mas ao contrário você não vê! “(Oficial, no Grupo Focal no Rio de Janeiro, informação verbal).

Outro ponto de convergência se refere à questão da hierarquia. Quando perguntados se a estrutura hierárquica da polícia agia como fator de entrave nas relações e dificultava o entendimento sobre Direitos Humanos, em todas as cidades, os Praças afirmaram que, embora a hierarquia por si só ajuda na ação policial, as relações cotidianas eram afetadas pela arrogância do poder e indiferença pelas patentes menores. Aliás, alguns chegaram a afirmar que na verdade o comando de forma democrática, antes de ser um princípio institucional presente nas polícias atuais, passa a ser uma atitude individual pelo fato da corporação ser “a cara do comandante”, como mencionado por um policial:

Quando nós, sargentos ou soldados, queriam explicar alguma insatisfação, eles [referindo-se aos oficiais] eram bem taxativos: Soldados não são pagos para pensar e sim executar! [...] ainda persiste até hoje, é bem presente no nosso meio. E ainda digo mais, é um abismo e não de conhecimento, e sim de comparação entre Oficiais para Praças é um abismo! (Soldado, 22 anos de Polícia, Grupo Focal realizado em Salvador, informação verbal).

Esses indicadores de insatisfação revelam sentimentos ambivalentes pelos quais é possível detectar problemas nas relações internas estabelecidas e significam medidas importantes para averiguar o grau da aplicabilidade da formação em Direitos Humanos dentro da própria corporação.

A formação em Direitos Humanos nas cidades visitadas ainda carece de maiores investimentos, ainda que sejam promissoras iniciativas neste campo como os projetos que partem das premissas de maior aproximação com a comunidade, da preocupação do ensino nas PMs ser direcionado à formação integral do policial e a perspectiva, por parte principalmente dos gestores, de proporcionar um grau de formação capaz de “derrubar” antigos paradigmas sobre os Direitos Humanos.

Outro fator perceptível em todos os locais de pesquisa foi a constatação de que todas as grades e malhas curriculares apresentarem conteúdos significativos e concretos relativos à disciplinas de Direitos Humanos, seus correlatos e a transversalidade com outros conteúdos. Porém, ressalta-se que, por mais que haja essa preocupação, ainda é pouco visível a aplicabilidade no cotidiano da atividade policial.

3.6.2. Pontos Divergentes

Muito pouco se constatou acerca dos dados que indicam diferenças significativas entre as cidades estudadas, a não ser que sejam dados de diferenciação de características socioeconômicas. No entanto, é notório que cidades como Rio e Salvador, por serem polos turísticos fortes no cenário brasileiro, apresentem diferenças de procedimento, como por exemplo, melhor preparo da PM em lidar com grandes quantitativos de

peessoas em eventos, grandes e pequenos que exigem práticas operacionais a fim de não denegir a imagem da PM e da própria cidade.

No caso de Brasília, mesmo não sendo uma zona turística importante, apresenta uma particularidade diferente das outras cidades por ser a capital do Brasil e por ser palco de constantes atos de protesto e manifestações reivindicatórias. E mais, é alvo de críticas midiáticas, eventos estes que, diferentemente de zonas de entretenimento turístico, demandam mais preparo da PM.

A instalação das zonas Pacificadas figuram como um estrondoso investimento no campo de Direitos Humanos, pois ali são concretizadas ações e relações que têm resgatado a vida cotidiana da comunidade residente nessas áreas e se apresentam, como um importante meio de aplicação dos Direitos Humanos, apesar das dificuldades iniciais e críticas de estudiosos e da população desta nova forma de pacificação.

O que vimos foram policiais motivados, falando de maneira empolgante sobre essa nova realidade, sentindo-se importantes porque são valorizados pela comunidade, o grau de desconfiança vai aos poucos sendo rompido, dando lugar às relações cordiais. Essa nova filosofia, assim podemos afirmar, encontra eco na perspectiva de Policiamento Comunitário que, segundo o Ministério da Justiça, é

Uma filosofia e uma estratégia organizacional fundamentadas, principalmente, em uma parceria entre a população e as instituições de Segurança Pública e defesa social. Baseia-se na premissa de que tanto as instituições estatais, quanto à população local, devem trabalhar juntas para identificar, priorizar e resolver problemas que afetam a Segurança Pública, tais como o crime, o medo do crime, a exclusão e a desigualdade social que acentuam os problemas relativos à criminalidade e dificultam o propósito de melhorar a qualidade de vida dos cidadãos.

E os policiais que estão à frente das zonas Pacificadas têm o conhecimento do que seja Policiamento Comunitário, mas constatamos que, na verdade, não existe uma preparação prévia a fim de que policiais formados em Policiamento Comunitário e Direitos Humanos se sintam aptos a trabalhar nesses locais. Ainda perdura a indicação e preferência do comandante em destacar para as zonas Pacificadas minimamente policiais que tenham certo grau de sensibilidade e comprometimento profissional. A escolha ainda é feita de maneira doméstica, embora as ações sejam planejadas. De certo modo, a polícia é canalizadora de todas as situações do cotidiano e invariavelmente ele acaba se envolvendo com a comunidade. Isso é expresso de forma bem clara por um Oficial da PMERJ que viveu as primeiras experiências da UPP no Rio de Janeiro:

O tráfico, que movia tudo na comunidade desde cuidar de problemas pessoais, como por exemplo, briga entre casais, como doenças de membros da comunidade antes da UPP, ele era referência. Portanto, a polícia tem que se tornar referência dessa comunidade auxiliando-os da melhor forma possível, para que assim eles possam absorver essa nova forma do cotidiano deles, e acima de tudo conhecer esse espaço, seja de dia ou pela noite, porque às vezes pela manhã é calmo e à noite é diferente, assim como modificar certos lugares que antes eram usados pelo tráfico hoje deve-se usar para o bem da comunidade. (Oficial, informação verbal).

Projetos como “Rio Contra a Homofobia” (Rio de Janeiro) e projetos da Secretaria de Direitos Humanos da PM de Porto Alegre representam um verdadeiro avanço no campo dos Direitos Humanos quanto à questão de respeito às diversidades culturais e sexuais, sendo a polícia um grande canalizador de preservação dos direitos.

Identificamos que o Projeto PROERD (Programa Educacional de Resistência às Drogas) está presente em todas as cidades visitadas, representada uma atuação mais próxima da polícia com crianças e jovens, sendo também considerado um importante avanço de inserção dos Direitos Humanos junto à comunidade. Ressalta-se, por outro lado, que estas iniciativas são frutos concretos dos conteúdos acadêmicos ministrados nos cursos de Formação de Soldados e Oficiais.

Identificam-se também algumas diferenças significativas em relação ao campo dos Direitos Humanos nas duas cidades: enquanto no Rio há uma maior abertura para as formas diversificadas de trabalho dos Direitos Humanos, em Salvador, ainda que exista essa preocupação, as iniciativas são embrionárias, carecendo de um investimento mais eficaz e mais do que isso: uma maior adesão por parte da própria Polícia.

4. PROPOSIÇÕES/SUGESTÕES

Aqui se registra um conjunto de propostas e sugestões para se pensar o processo de ensino, transmissão e aquisição de novos conhecimentos policiais no que concerne aos Direitos Humanos, que partiram dos participantes e da equipe de pesquisa, de acordo com as gravações e transcrições geradas pela pesquisa de campo nas cidades do Rio de Janeiro, Salvador, Porto Alegre, Brasília e Belém. Assinala-se que se optou por generalizar as propostas e sugestões.

- A noção de Direitos Humanos precisa ser mais trabalhada dentro da Polícia, pois há policiais que não têm uma concepção sobre o assunto, isso gera distorções na atuação do policial, “porque as pessoas não entendem que o que gera a violência é a pessoa confundir até onde ela pode atuar, e isso tem que ser bem trabalhado dentro da Polícia Militar, para as pessoas se conscientizarem que isso é uma coisa importante.” (PM participante da pesquisa, informação verbal).

- Sugere-se que a formação em Direitos Humanos possa contar com instrutores civis e militares ministrando cursos nos Centros de Formação, pois a interação de ambos os pontos de vista traria maior equilíbrio à formação. No caso dos civis, estes poderiam trazer um “novo olhar” para dentro da instituição militar, um olhar externo, trazendo a perspectiva da sociedade que circunda a Polícia Militar. Por outro lado, é muito importante valorizar o capital humano que existe na própria instituição, já que nela há profissionais qualificados para fazer este trabalho, que apresentariam um olhar institucional, preservando assim a essência da instituição. Destaca-se mais uma vez a *interação entre ambos* para um trabalho conjunto no sentido de rocar opiniões e debater especialmente assuntos tabus à Polícia Militar e/ou à sociedade.

- Inclusão de discussões teóricas de estudiosos, filósofos, sociólogos que versam sobre a não-violência no campo social, as quais se expressam por suas teorias visionárias.

Nesse caso, sugerimos autores como Martin Buber, Emmanuel Mounier, Paul Ricoeur, as ideias de Mahatma Gandhi sobre a Não-Violência, cuja tônica de pensamentos voltam-se para o respeito à pessoa humana, suas manifestações concretas na vida democrática e de cidadania e nos princípios éticos da humanidade.

- Debate do tema Direitos Humanos de forma mais ampla: ementa com temas transversais mais abrangentes, passando pelo Direito a ter educação, a ter uma boa moradia, a ter acesso à saúde etc.

- Transversalidade dos Direitos Humanos em todos os conteúdos de formação e de aperfeiçoamento, por exemplo, discussões em torno de “como uma postura pautada nos Direitos Humanos pode influenciar e diferenciar-se na prática do tiro”. Nas disciplinas jurídicas, nas discussões sobre a origem da Polícia Militar, em que os Direitos Humanos das pessoas foram desrespeitados; ou seja, incorporar no processo educativo que a prática dos Direitos Humanos deve ser um princípio ético, mais do que um ordenamento jurídico, ou melhor dizendo, uma compreensão de Direitos Humanos como uma adesão pessoal e de cidadania e não meramente como uma atitude vinculada somente à força da lei.

- Aumento do tempo de duração para os Cursos de Formação, em especial do Curso de Formação de Soldados.

- Abordagem maior sobre Legislação nos Cursos de Formação de Soldados.

- Aumento de aulas práticas, levando os alunos a campo para que tomem conhecimento das atividades que mais tarde irão exercer, sendo cumpridas ética e moralmente, o que tende a dar uma noção ainda mais clara de suas funções, evitando as distorções entre teoria e prática, como comentada por policiais ao dizerem que o aprendizado mais importante foi adquirido nas ruas às “duras penas” e não no período de formação.

- Obrigatoriedade da presença de todos os policiais militares (independente da graduação, posto ou patente, pois verificou-se que muitas vezes a concepção deturpada ou anti Direitos Humanos vem de cima para baixo) e da liberação dos soldados para a participação das aulas, pois houve relatos de que Policiais são impedidos de frequentarem as aulas, por estarem no período de trabalho; ou que o mesmo curso seja ministrado em vários turnos a fim de contemplar a todos.

- Sugere-se que os cursos de aperfeiçoamento não sejam tão esparsos e que tenham uma carga horária diária compatível com a objetivo do curso e que priorize a assimilação e reflexão sobre os conteúdos dos cursos.

- Valorização das pesquisas que já existem e o incentivo a novas no âmbito da Segurança Pública, em especial as que se fundamentem nos princípios de Direitos Humanos como base para a melhoria do agir profissional do Policial e do seu trato com a sociedade.

- Criação de políticas de incentivo à produção científica no campo de Direitos Humanos.

- Promoção de concursos em que fossem premiadas as melhores pesquisas e monografias produzidas pelos policiais militares.

- Discussão sobre Direitos Humanos de forma ampla nas escolas e nas comunidades onde há projetos sociais desenvolvidos pelas Secretarias de Segurança Pública.

- Instalações adequadas para as aulas e para a estadia do Policial dentro da instituição.

- Maior privacidade nos alojamentos para as Policiais Militares femininas, que se sentem desrespeitadas, haja vista que, por ser minoria, há corporações que nem reservam banheiros especificamente para elas, e quando reservam os homens também os usam.

- Assistência Psicológica e social preventiva aos policiais no sentido de desenvolver um tratamento específico para identificar problemas que estão acontecendo no seio da tropa, entre policiais com seus assuntos pessoais, para que os referidos problemas não venham a culminar em problemáticas maiores. Embutidos nesta(s) política(s) de Assistência Psicológica e social poderiam ser incluídos os comandantes, com vistas a que eles sejam capazes de identificar o problema previamente.

- Criação de políticas de valorização do Policial dentro da Instituição.

- Incentivar a valorização do Policial perante a sociedade através de campanhas midiáticas para que a mesma reconheça seu valor e respeite sua atividade.

- Lançamento de campanhas e cursos por parte das Secretarias de Segurança Pública para a conscientização dos profissionais de mídia no que se refere aos Direitos Humanos. Essas campanhas e cursos poderão ter a própria mídia (Rádio, Televisão, Internet etc.) como canal de divulgação e devem direcionar-se para discussões como a violência e os Direitos Humanos têm sido tratados por esses meios de comunicação, principalmente as mídias “sensacionalistas”.

- Sugere-se que haja uma continuidade de pesquisas a fim de discutir-se com maior ênfase os dados obtidos nesta pesquisa, mas por razões de exiguidade de tempo, não foram suficientemente explorados. Para isso, seria interessante prosseguir com este estudo, ampliando e/ou complementando subsídios empíricos que fortalecessem esses dados para estudos mais aprofundados.

- Ampliar a temática da pesquisa para a Polícia Civil, pois, conforme relatos destes policiais, estes carecem de investimentos e fundamentos no campo dos Direitos Humanos.

- Em pesquisas em que há necessidade de dados documentais institucionais, que haja uma interferência direta da SENASP no sentido de solicitar formalmente os dados via pesquisadores, inclusive vincular o repasse de investimentos para instituições de Segurança Pública que estejam mais abertas à pesquisa e ao conhecimento científico, sem omitir ou negligenciar informações de interesse público, sem as quais pesquisas e investigações não conseguem avançar para um nível crítico.

- Controle e avaliação da SENASP por meio de visitas monitoradas, a fim de averiguar os conteúdos e aplicabilidade dos Direitos Humanos nas Instituições e Academias Militares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sem dúvida foi desmitificada a ideia de que a Polícia como instituição é totalmente hermética, fechada para investigações científicas, até porque é notável que as corporações, em todas as cidades visitadas, indicaram que há um começo muito promissor para a prevalência do conhecimento sob qualquer pretexto de sua essencialidade ser pautada pela hierarquia e disciplina e que por estar atrelada historicamente à ditadura, pudesse esconder-se entre seus muros e escudos humanos fardados.

Nesta pesquisa qualitativa, a metodologia utilizada foi dialógica, sobretudo de aproximações constantes com os sujeitos da pesquisa, assim possibilitando às falas fluírem com maior espontaneidade e, por conseguinte, imprimir um caráter mais próximo da realidade, não só pelas falas, mas os gestos, os olhares, a acolhida, a hostilidade, enfim, essa proximidade deixou um saldo positivo de credibilidade e abertura para próximas investidas na realidade concreta dos policiais.

Ainda que os períodos de transição pelos quais passem a Polícia estejam voltados para servir com retidão à comunidade, isso não significa que encontramos uma Polícia livre de entraves de toda ordem, começando por uma estrutura por vezes sucateada, corpo funcional desanimado, falta de valorização da atividade militar, estigma negativo de sua imagem perante si mesmo e perante a sociedade, e a gritante contradição de encontrar-se desacreditada por uma sociedade a qual deveria preservar e proteger, mas que se sente absolutamente desprotegida por uma Polícia que precisa ser mais qualificada para o enfrentamento da violência, da criminalidade e para a proteção do cidadão, na mais simples situação às mais complexas investidas. Pois é o cidadão a quem deverá proteger e nesta relação os saldos não são nada animadores, carecendo de uma maior preparação no campo dos Direitos Humanos para que os policiais se sintam mais confiantes em suas ações e estabeleçam relações que favoreçam interações significativas com a sociedade.

É inegável, a sociedade estigmatiza o Policial como “repressor”, o que culmina na não associação da imagem daquela pessoa que está ali fardada servindo o Estado à de um cidadão com Direitos também (como qualquer outro membro da sociedade). Assim, o Policial acaba se apropriando dessa “verdade”, passando a não mais se perceber como cidadão. No Rio de Janeiro e em Salvador, o Policial sequer anda livremente fardado em seu bairro, em sua rua, na esquina, não importa a distância; é como se ele tivesse que abrir mão de sua identidade ou assumir uma nova diferente e distante da ideia de servir e proteger a sociedade, pois o tráfico de drogas e a criminalidade de modo geral tomaram dimensões colossais e confrontam-se com a força do Estado. Os policiais, representantes mais próximos do problema de um Estado desafiado (muitas vezes face a face), não se sentem seguros na posição de policiais e de andarem com suas fardas próximo ao local em que, não raramente, moram.

Apesar da realidade estabelecida, a polícia já trabalha para a desedificação desta junto à comunidade e com o próprio policial, por meio de cursos que visam aprimorar a prática policial voltada à cidadania e aos conteúdos e posturas. A introdução definitiva de Policiamento Comunitário em várias grades curriculares de cursos de formação de soldados. E o trabalho com esse tipo de policiamento tem mostrado eficiência no sentido de conseguir estabelecer uma proximidade junto à comunidade, fazendo-a confiar mais no trabalho da polícia e vendo que ele, o policial, é um agente não somente para reprimir, e sim para resguardar seus direitos.

Mas, por outro lado, é preciso que se diga: a corporação militar em alguma medida reforça a ideia de policial não-cidadão, quando nega a ele instalações higiênicas ou para repouso adequadas; salários baixos; quando transforma hierarquia e disciplina em humilhação e tortura, e daí por diante. E falando em hierarquia, tema agudizado na pesquisa, há que se destacar sua função dúbia: a facilitadora e necessária à organização, e a repressora, que prejudica as relações entre subalternos e comandantes e entre polícia e população, uma vez que quem a confunde com autoritarismo tende a julgar-se superior, acima do bem do mal, e esta postura comumente extrapola as relações policial-policial e alcança em cheio o cidadão.

Outro tema que não perpassa diretamente pela formação foi identificado: a maneira de como a polícia é vista pela mídia que vez ou outra frequenta os discursos dos policiais militares como algoz, a manipuladora do povo e promotora ou fomentadora do ódio ao infrator, à violência com as próprias mãos, a que condena precocemente o Policial Militar etc. Mas há que se dizer que a mídia exerce um papel de controle externo sem o qual talvez os abusos dos maus policiais e as atrocidades cometidas fossem bem piores e mais frequentes.

Sobre isto, as Ouvidorias das Secretarias de Segurança Pública e das Polícias Militares, cuja importância é extrema no combate aos excessos das Corporações Policiais Militares é que revelam dados como a maior incidência de infrações cometidas por PMs mais novos. Outrossim, apontam o corporativismo como uma de suas principais barreiras para o exercício de suas funções, que ocorre, segundo revelou esta pesquisa, por causalidades diversas que vão desde a interdependência entre os membros da corporação ao mero interesse pessoal.

Nesses seis meses de intromissão no mundo dos militares estaduais de Belém, Brasília, Porto Alegre, Rio de Janeiro e Salvador, respeitadas suas especificidades elencadas ao longo deste último relatório, viu-se a necessidade de maior carga horária dedicada aos Direitos Humanos e a disciplinas que o têm como pilar, como Ética, Cidadania, Relações Humanas e outras; outra observação se deu no repasse da disciplina: a maneira de olhar os Direitos Humanos, de acordo com o que foi ouvido, é, provavelmente, reflexo de uma formação em que a ideia de Direitos Humanos começa e termina com enfoque legalista ou relatando conteúdos históricos, não transcendendo a outros fatores mais importantes e fundamentais, como imprimir um caráter ético, democrático, humano e socialmente trabalhado, a fim de que Direitos Humanos estejam vinculados ao pensamento de se importar com o outro, sentir-se responsável pelo outro e que valorize o ponto de vista sob o qual a sociedade é desenvolvida e sustentada como comunidade humana.

Durante a análise dos relatos coletados na pesquisa de campo, pôde-se averiguar que as convergências e divergências nos pontos de vista dos Gestores, Oficiais e Soldados no que diz respeito às concepções distorcidas de Direitos Humanos são predominantes entre Policiais Militares de patentes inferiores, e que o discurso vai se modificando com o aumento das patentes. Essas deformidades resultam de uma formação deficitária não só e necessariamente nas Polícias Militares, como servidores públicos estaduais; mas também como membros de uma sociedade que tende a converter seus valores em cifras e seus princípios em regras vãs.

Nos discursos analisados entre Praças, é possível concluir que alguns têm noção bem definida do que sejam Direitos Humanos e falam muito no respeito ao cidadão, principalmente os que estão acabando os cursos de Soldados. No entanto, nas entrevistas realizadas, é possível perceber que a maioria, e principalmente os que já têm uma vivência maior nas ruas, e até mesmo os que já se formaram há mais de 20 anos, apresentam uma concepção mais corriqueira (semelhante ao senso comum), concebendo o termo Direitos Humanos como sinônimo de instituições de defesa dos Direitos Humanos. Sentem-se indefesos em relação aos Direitos Humanos, pois quando são perguntados o que isso significa, comentam que é hipocrisia falar de Direitos Humanos na Polícia, pois eles próprios não são valorizados dentro da Instituição e a sociedade também não os valoriza, reclamam de baixos salários, condições de trabalhos precárias etc.. Deixando transparecer certo ressentimento do Policial Militar com o Estado, com a sociedade e/ou a mídia. O direcionamento deste ressentimento varia de capital para capital, existem aquelas nas quais o ressentimento é mais direcionado ao Estado, entendido como aquele que não protege, não concebe a Polícia como parte intrínseca dele, aquele que exclui o Policial militar; bem como há capitais em que o ressentimento é mais comumente relegado à sociedade e à mídia, que não reconhecem a importância do Policial. Este ressentimento se dá no sentido da não observância aos “Direitos Humanos do Policial”.

Apesar de existir um meio de valorização do Policial por meio de políticas internas como merecimento, prêmios e gratificações, os policiais ainda sentem que isso deve ser melhorado, pois concluem que esta “valorização” ocorre apenas para de determinados grupos em detrimento de outros.

Os oficiais e gestores demonstram maior esclarecimento sobre o tema, têm um discurso aprimorado e costumam demonstrar amplo conhecimento, inclusive filosófico, a respeito. Suas falas preconizam o respeito a todo cidadão, organizam cursos para mostrar que Direitos Humanos são muito amplos para serem rotulados como defesa de bandidos, e que acima de tudo deve-se respeitar a dignidade das pessoas, independente de cor, sexo, raça ou quaisquer outras características. Assim como muitos falam das diversas questões sociais que estão envolvidas e que devem ser trabalhadas para a defesa dos direitos dos homens.

Mas é nessa questão que encontramos as maiores ambiguidades. Em todas as cidades, tanto Gestores como Oficiais pareciam esquecer a máxima dos Direitos Humanos ao manifestar certa descrença por uma postura pautada no respeito à pessoa, seja qual for. Muitas vezes percebeu-se um grande distanciamento entre a teoria e a prática, ou seja, os cursos de formação, em todos os níveis, não estão enfatizando os conteúdos de Direitos Humanos de maneira que seja incorporado no processo educativo da prática Policial. E pior ainda, muitos estão repassando de maneira equivocada e distorcida.

A pesquisa revelou ainda que o paradigma do Policial *faber* em detrimento do *sapiens* tem sido desconstruído e isto é extremamente positivo, não só porque a sociedade tende a valorizar e respeitar os que detêm conhecimento, visto que este eleva o indivíduo a um determinado *status*, e com os policiais não haveria de ser diferente. O Policial mais bem formado é mais respeitado pela população. Para muitos (com ênfase aos mais abastados), o fato de o Policial ter pouca escolaridade significa que ele encontra-se em condição de inferioridade em relação aos cidadãos civis.

Por fim, pode-se constatar que o Policial Militar é um agente a serviço do Estado, e como tal deve ser respeitado pela população e pelo ente a quem presta serviço. A discussão em torno da negação ou cerceamento dos Direitos Humanos do Policial é antiga e real. É preciso que o Policial se faça ouvir sim, e que não seja mais um alienado subordinado ao sistema, mas talvez seja a hora de lateralizar o dilema (Direitos do cidadão *versus* Direitos do Policial) e partir para uma visão ampla e generalizada de Direitos Humanos. Um modo de dar início a isso é saber que “Direitos Humanos” não são sinônimos somente de entidades de defesa dos Direitos Humanos, não são direitos de bandido, não foram escritos na época errada, tampouco devem ser deixados de lado ou desrespeitados como forma de protesto à inobservância de outros direitos (ou direitos de outros grupos). Direitos humanos são garantias universais, indivisíveis e historicamente edificadas mediante lutas e conquistas da sociedade em prol das necessidades que a cercam em cada etapa do processo democrático em que vivemos em nosso país.

A seguinte fala obtida na pesquisa de campo realizada em Porto Alegre é muito significativa no pensar Direitos Humanos e Segurança Pública:

[...] e independente de força de lei ou de qualquer outra questão de ordenamento jurídico, o respeito aos Direitos Humanos, acho que quanto mais isso ocorrer tanto maior será o nosso nível de civilização e a PM, como um agente permanente nas relações com a sociedade, tem um papel fundamental nas ações concretas de respeito aos Direitos Humanos; talvez não haja uma profissão que as pessoas tenham que observar tanto isso, porque a PM lida com a prevenção e com a repressão e quando a PM intervém e se trata de uma repressão, o conflito está formado e nessa hora o Policial tem de estar preparado, e aí vem toda a questão do ensino, vem a questão da formação, vem a questão do recrutamento. Ele tem que ter o equilíbrio e o preparo técnico-profissional para saber mesmo na hora do conflito ou de uma prisão em flagrante, “não eu não posso deixar de observar o direito fundamental até mesmo daquele que é um infrator naquele momento”. (Corregedoria da Brigada Militar do RS, informação verbal).

Diante do caminho percorrido nesta pesquisa é fundamental reafirmar que :

(...) não basta apenas educar *sobre* direitos humanos, é preciso educar *nos* direitos humanos e *para os* direitos humanos. Isto requer um esforço para várias gerações de policiais e de pessoas comprometidas com uma nova realidade, de uma polícia que sempre exale respeito, humanidade e confiança. Sonho? Utopia? Talvez! Não sei! Mas sei que argumentar e agir para tornar o mundo mais humano é um horizonte que ilumina de sentido a caminhada. (LIMA, 2011).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANISTIA INTERNACIONAL. Relatório *Eles Entram Atirando – Policiamento de Comunidades Socialmente Excluídas no Brasil* (Índice AI: AMR 19/025/2005).

ARENDT, Hannah. *Origens do Totalitarismo: Antissemitismo, Imperialismo e Totalitarismo*.

Trad. Roberto Raposo. 8ª Edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

BALESTRERI, Ricardo Brisolla. *Direitos humanos: coisa de Polícia*. 2. ed. Passo Fundo [RS]: CAPEC-Gráfica; editora Berthier, 2002.

BRASIL. *Emenda Constitucional n. 18*. Disponível em: <http://legislacao.planalto.gov.br/legislacao/nsf/>. Acesso em: 15 de setembro de 2005.

_____. *Estatuto dos Policiais Militares do Estado do Rio Grande do Sul*. Disponível em: http://www.al.rs.gov.br/Legis/M010/M0100099.ASP?Hid_Tipo=TEXTO&Hid_TodasNormas=29918&hTexto=&Hid_IDNorma=29918. Acesso em: 11 de abril de 2012.

_____. *Plano Nacional de Segurança Pública para o Brasil*. Brasília: Governo Federal, 2001.

_____. *Ministério da Justiça*. Disponível em: www.portal.mj.gov.br. Acesso em 8 de maio de 2012.

BRETAS, Marcos. *A Polícia Carioca no Império*. Rio de Janeiro, Revista Estudos Históricos, n. 22, vol. 12, p. 219-234, 1998.

BUBER, Martin. *Do diálogo e do dialógico*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1982.

CARDIA, Nancy. *A violência urbana e os jovens*. In: PINHEIRO, Paulo Sérgio et al. São Paulo sem medo: um diagnóstico da violência urbana. Rio de Janeiro: Garamond, 1998.

_____; ADORNO, Sérgio; POLETO, Frederico. *Homicídio e violação de Direitos Humanos em São Paulo*. Estud. av., São Paulo, n. 47, v. 17, 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010340142003000100004&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 28 mai. 2008.

CERQUEIRA, Carlos Magno Nazareth. *O futuro de uma ilusão: o sonho de uma nova Polícia*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos Editora, 2001. (Coleção Polícia Amanhã).

CHEVIGNY, Paul. *Definindo o papel da Polícia na América Latina*. In: PINHEIRO, Paulo Sérgio; MENDEZ, Juan; O'DONNELL, Guilherme (Orgs.). *Democracia, violência e injustiça*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

COELHO, Edmundo Campos. *Em busca de identidade: o exército e a política na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1976.

DAMATTA, Roberto. *A casa e a rua*. 6. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

DORNELLES, João Ricardo W. *Conflito e segurança: entre pombos e falcões*. Rio de Janeiro: Lumem Júris, 2003.

FLORES, Joaquim Herrera. *Los derechos humanos: una visión crítica*. Disponível em: <http://www.fiadh.org/inicio.htm>. Acesso em: 12 de maio de 2011

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 11. reimpr. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1995.

GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Ed. Atlas, 2002.

GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. 4. ed. São Paulo: Editora Perspectiva S.A., 1992.

_____. *A representação do eu na vida cotidiana*. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

IBGE. *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística*. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 21 abr. 2008.

LEMONS-NELSON, Ana Tereza. *Criminalidade Policial, Cidadania e Estado de Direito*. Salvador, *Caderno CEAS*, n. 197, 2002.

LIMA, Cristiane. *Relatório de Pesquisa sobre a situação socioeconômica e familiar dos Policiais Militares do 5º BPM*. Belém: UFPA, 1996.

_____. *Policial-Militar ser ou não ser-cidadão: uma vivência na Polícia Militar do Pará*. 1997. 82 f. Monografia (Programa de Pós-Graduação Serviço Social na Gestão de Políticas Sociais) – Universidade Federal do Pará, Belém, 1997.

_____. *Ações e Relações Sociais dos Profissionais de Serviço Social na Polícia Militar do Pará*. 2001. 107 f. Dissertação (Programa de Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2001.

_____. *Direitos Humanos e Dilemas da Democracia no Brasil: um estudo sociológico do Trabalho Policial (1985/2009)*. Tese de Doutorado. 2009. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Disponível em : ftp://ftp.ufrn.br/pub/biblioteca/ext/bdtd/CristianeSLL_TESE.pdf

_____. *Educação e Cultura em Direitos Humanos para as Forças Policiais*. Artigo publicado na Edição Eletrônica da Revista Carta Capital em agosto de 2011. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br>. Acesso em 10 de março de 2012.

_____ e MENDES, Ivone da Silva. *Reflexões sobre as Relações Sociais na Polícia Militar do Pará*. 2003. 83 f. Monografia. (Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública) – UCAM, Rio de Janeiro, 2003.

MENDONÇA, Kátia. *Outras Veredas para Pensar a Ação Política: a não-violência*. In: COSTA, Maria José Jackson (Org.). *Sociologia na Amazônia: debates teóricos e experiências de pesquisa*. Belém: UFPA, 2001.

_____. *A salvação pelo espetáculo: mito do herói e política no Brasil*. Rio de Janeiro: TOPBOOKS Editora, 2002.

MISSE, Michel. “O solo das milícias é a generalizada corrupção na polícia fluminense”. *Entrevista especial com Michel Misse*. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/504509-o-solo-das-milicias-e-a-generalizada-corrupcao-na-policia-fluminense-entrevista-especial-com-michel-misse>. Acesso em: 8 de março de 2012.

MOLINA, Antonio Garcia-Pablos; GOMES, Luiz Flávio. *Criminologia*. 3. ed. São Paulo: RT, 2000.

MOREIRA, Marcelo Rasga; NETO, Otávio Cruz; SUCENA, Luiz Fernando Mazzei. Grupos Focais e Pesquisa Social Qualitativa: o debate orientado como técnica de investigação. Disponível em: http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2002/Com_JUV_PO27_Neto_texto.pdf. Acesso em: 8 de março de 2012.

MOUNIER, Emmanuel. *O personalismo*. Lisboa: Martins Fontes, 1964.

PAIXÃO, Antônio Luiz; BEATO F. Cláudio C. *Crimes, vítimas e policiais*. São Paulo, Tempo Social. *Rev. Sociol. USP*, n. 9, p. 233-248, 1997.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Violência, crime e sistemas policiais em países de novas democracias*. São Paulo, Tempo Social. *Rev. Sociol. USP*, n. 9, p. 43-52, 1997.

_____. Transição Política e Não-Estado de Direito na República. In: _____. *Brasil um século de transformações*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Por uma concepção multicultural de Direitos Humanos. In: _____. *Reconhecer para libertar*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003b.

_____. *Poderá o Direito ser Emancipatório?* Coimbra-Portugal, Revista Crítica de Ciências Sociais, n. 65, p. 3-76, 2003c.

_____. *A minha concepção de socialismo é de democracia sem fim*. Entrevista. Natal [RN], *Cronos*, n. 1, v. 8, p. 287-300, 2007.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. *A arma e a flor: formação da organização Policial, consenso e violência*. São Paulo, Tempo Social. *Rev. Sociol. USP*, n. 9, p. 155-167, 1997.

SOARES, Luiz Eduardo. *Novas políticas de Segurança Pública: alguns exemplos recentes*. Jus Navigandi, Teresina, a. 7, n. 65, mai. 2003. Disponível em: <<http://www1.jus.com.br/doutrina/texto.asp?id=4096>>. Acesso em: 19 de junho 2012.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História militar no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1965.

ZAVERUCHA, Jorge. *FHC, forças armadas e Polícia: entre o autoritarismo e a democracia (1999-2002)*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

LISTA DE SIGLAS

BA – Bahia
BCS – Base Comunitária de Segurança
BCS – Base Comunitária de Segurança
CAPPC – Curso de Aprimoramento da Prática Policial Cidadã
CEFAP- Centro de Aperfeiçoamento de Praças
DEC – Diretoria de Educação e Cultura
DF – Distrito Federal
DH – Direitos Humanos
FLANDU – Faxina, Limpeza e Arrumação de Dependências da Unidade
IESP – Instituto de Ensino de Segurança Pública
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação
OS – Ordem de Serviço
PA – Pará
PM – Polícia Militar
PMBA – Polícia Militar do Estado da Bahia
PMPA – Polícia Militar do Estado do Pará
PMDf – Polícia Militar do Distrito Federal
PMERJ – Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro
PO – Policiamento Ostensivo
PPGCS – Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais
PROERD – Programa Educacional de Resistência a Drogas e a Violência
PRONASCI – Programa Nacional de Segurança com Cidadania
RS – Rio Grande do Sul
SENASP – Secretaria Nacional de Segurança Pública
SSP – Secretaria de Segurança Pública
UPP – Unidade de Polícia Pacificadora



